

2011

Guia para Jornalistas

Câmara dos Deputados

*"Capa: Edifício Principal e Anexo I da Câmara dos Deputados.
Foto: Rodolfo Stuckert"*

Guia para Jornalistas

**Câmara dos Deputados
2011**

(atualizado até 17 de maio de 2011)

Mesa da Câmara dos Deputados

54ª Legislatura - 2011

Presidente: Marco Maia (PT-RS)

1º Vice-Presidente: Rose de Freitas (PMDB-ES)

2º Vice-Presidente: Eduardo da Fonte (PP-PE)

1º Secretário: Eduardo Gomes (PSDB-TO)

2º Secretário: Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP)

3º Secretário: Inocência Oliveira (PR-PE)

4º Secretário: Júlio Delgado (PSB-MG)

Suplentes de Secretário

1º Suplente: Geraldo Resende (PMDB-MS)

2º Suplente: Manato (PDT-ES)

3º Suplente: Carlos Eduardo Cadoca (PSC-PE)

4º Suplente: Sérgio Moraes (PTB-RS)

Procurador Parlamentar: Nelson Marquezelli (PTB-SP)

Ouvidor Parlamentar: Miguel Corrêa (PT-MG)

Procuradora da Mulher: Elcione Barbalho (PMDB-PA)

Diretor-Geral: Rogério Ventura Teixeira

Secretário-Geral da Mesa: Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida

Secretaria de Comunicação Social: Sueli Navarro

Assessoria de Imprensa: Francisco Brandão

APRESENTAÇÃO

A cobertura da Câmara dos Deputados representa uma das tarefas mais desafiadoras da carreira de um jornalista, em face das dimensões de sua organização e da complexidade das notícias. São 513 deputados, organizados em mais de duas dezenas de partidos e em 20 comissões temáticas permanentes, além de vários outros comitês técnicos para debater e decidir sobre, literalmente, todas as principais questões do nosso Brasil. Todo o povo está representado sob a cúpula invertida do Plenário Ulysses Guimarães, em toda a sua diversidade e variedade, para cumprir a missão constitucional de produzir leis e fiscalizar o Governo.

Trata-se de um trabalho difícil, mas extremamente recompensador para um profissional de comunicação. Porque a Câmara dos Deputados é também um dos parlamentos mais abertos do mundo, onde o jornalista trava contato direto e contínuo com as fontes de informação. Com uma equipe de servidores preparados, a Casa mantém o compromisso de transparência, fornecendo uma quantidade surpreendente de dados sobre a atividade parlamentar e sua estrutura administrativa.

Para auxiliar os profissionais da imprensa no seu dia-a-dia, a Câmara dos Deputados lança este **Guia para Jornalistas**, que reúne informações de modo simples e de rápida consulta. Nele podem ser encontrados dados gerais sobre a Câmara dos Deputados, com lista telefônica dos deputados e principais órgãos da Casa, guia do Portal (www.camara.gov.br) e glossário legislativo. Entre as novidades desta segunda edição, o livreto contém apresentação dos principais programas institucionais de responsabilidade social, transparência e cidadania, além de esclarecimentos a respeito das perguntas mais frequentes feitas pelos jornalistas à Assessoria de Imprensa da Câmara. Com a publicação, espera-se que a cobertura do Legislativo se torne menos árdua e ainda mais satisfatória.

Dep. Marco Maia
Presidente da Câmara dos Deputados

ÍNDICE

Lista Telefônica.....	5
Mesa Diretora.....	7
Outros Órgãos.....	9
Lideranças.....	11
Comissões.....	15
Deputados.....	18
Câmara Responde.....	71
Votações.....	73
Deputados.....	76
Cota para Exercício da Atividade Parlamentar.....	80
Apartamentos Funcionais e Auxílio-Moradia.....	84
Gabinetes e Instalações.....	85
Funcionários, Secretários Parlamentares e CNEs.....	89
Responsabilidade Social, Transparência e Cidadania.....	95
Acervo.....	97
Acessibilidade.....	100
Bosque dos Constituintes.....	101
Ecocâmara.....	101
E-Democracia.....	103
Educação Legislativa e Estágios.....	104
Fiscalize o Orçamento.....	105
Plenarinho.....	105
Programa de Apoio ao Trabalho do Adolescente.....	105
Guia do Portal da Câmara.....	111
Glossário Legislativo.....	129



LISTA TELEFÔNICA

Mesa Diretora

Presidente – Marco Maia (PT-RS)

Edifício Principal, Pavimento Superior

Representante da Câmara dos Deputados quando ela se pronuncia coletivamente e supervisor dos seus trabalhos e da sua ordem. Tem sua competência definida no art. 16 e 17 do Regimento Interno. Entre as várias atribuições estão a de substituir o Presidente da República, nos termos do art. 80 da Constituição, e integrar o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional.

Na ausência do presidente, as sessões do Plenário são presididas, sucessivamente, pelos vice-presidentes, secretários e suplentes ou, finalmente, pelo deputado mais idoso, entre os de maior número de legislaturas

Imprensa: Adriana Rodrigues - 3215-8013, 9943-0073

jornalismo@marcomaia.com.br

Carla Bisol - 3215-8020, 9681-0529 carlabisol@marcomaia.com.br

1ª Vice-Presidente – Rose de Freitas (PMDB-ES)

Edifício Principal, Pavimento Superior

Substitui o presidente em suas ausências ou impedimentos; elabora pareceres sobre os requerimentos de informações e os projetos de resolução.

Imprensa: José Natal - 3215-8100, 8170-3702 jnatal@uol.com.br

Fernando Isoppo - 3215-8100, 8130-5110 fernandoisoppo@uol.com.br

2º Vice-Presidente – Eduardo da Fonte (PP-PE)

Edifício Principal

Substitui o presidente nas ausências ou impedimentos simultâneos deste e da 1º vice-presidente; examina os pedidos de ressarcimento de despesa médica dos deputados; exerce a função de Corregedor; fomenta a interação institucional entre a Câmara dos Deputados e os órgãos do Poder Legislativo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, para desenvolver sistematicamente a ação legislativa.

Imprensa: Fábio Pedrosa - 3215-8260, 9831-1704

fabio.pedrosa@camara.gov.br

1º Secretário – Eduardo Gomes (PSDB-TO)*Edifício Principal*

Superintendente dos serviços administrativos da Câmara; recebe convites, representações, petições e memoriais dirigidos à Câmara; recebe e faz a correspondência oficial da Casa, exceto a das comissões; encaminha indicações e requerimento de informação a ministros de Estado ou a qualquer titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República; recebe as respostas, faz o controle e arquia provisoriamente toda a documentação referente aos últimos; interpreta e faz observar o ordenamento jurídico de pessoal e dos serviços administrativos da Câmara; dá posse ao diretor-geral da Câmara e ao secretário-geral da Mesa; decide, em primeira instância, recursos contra atos do diretor-geral da Câmara; ratifica despesas da Câmara dos Deputados;

Imprensa: Franklin Mendonça - 3215-8238

franklin.mendonca@camara.gov.br

2º Secretário – Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP)*Edifício Principal*

Providencia passaporte diplomático e pede Nota de Visto ao Itamaraty

Imprensa: Maurício Gama Malcher - 3215-5538, 8432-6739

maucher01@hotmail.com

3º Secretário – Inocêncio Oliveira (PR-PE)*Edifício Principal*

Controla o fornecimento de requisições de passagens de transporte aéreo aos deputados e funcionários a trabalho; examina os requerimentos de licença e justificativa de faltas de deputados; exerce a função de corregedor-substituto

Imprensa: Cláudio Lessa - 3215-8300, 8114-9428

claudio.lessa@camara.gov.br

Tânia Rocha Domiciano - 3215-8313, 9962-2298

tania.domiciano@camara.gov.br

4º Secretário – Júlio Delgado (PSB-MG)

Edifício Principal

Supervisiona o sistema habitacional da Câmara dos Deputados; distribui as unidades residenciais aos deputados; propõe à Mesa a compra, venda, construção e locação de imóveis; encaminha à Diretoria-Geral concessão de auxílio-moradia aos deputados que não residam em imóveis funcionais.

Imprensa: Raquel Machado - 3215-8354, 8119-6767

raquel.rocha@camara.gov.br

1º Suplente – Geraldo Resende (PMDB-MS)

Imprensa: Rodrigo Pael - 3215-5905, 8111-2255

rodrigopael@yahoo.com.br

2º Suplente – Manato (PDT-ES)

Imprensa: Leonardo Brito - 3215-8440 8125-9872

dep.manato@camara.gov.br

3º Suplente – Carlos Eduardo Cadoca (PSC-PE)

Imprensa: Rafael Fontana - 3215-8432, 8116-4450

rafaelfontana@gmail.com

4º Suplente – Sérgio Moraes (PTB-RS)

Gabinete: 3215-8407

Outros órgãos

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar –**Presidente: José Carlos Araújo (PDT-BA)**

Anexo II, Térreo, Ala A, Sala T-51

Encarregado do procedimento disciplinar destinado à aplicação de penalidades em casos de descumprimento das normas relativas ao decoro parlamentar na Câmara dos Deputados. O colegiado é composto por 21 membros titulares e igual número de suplentes, com mandato de dois anos, não podendo ser substituídos a qualquer tempo, como ocorre nas demais comissões.

O Conselho de Ética atua mediante provocação da Mesa da Câmara dos Deputados para a instauração de processo disciplinar. Deputados,

comissões e cidadãos em geral podem encaminhar representação para a Mesa, que fará a destinação para o Conselho de Ética. Partidos políticos com representação no Congresso Nacional podem encaminhar representação diretamente ao Conselho de Ética.

Imprensa: Leandro Quirino - 3215-8600, 8172-7269, 8611-9737

lc.quirino@gmail.com

Ouvidor – Miguel Corrêa (PT-MG)

Anexo II, Ala C, Sala T-40

Recebe e encaminha aos órgãos competentes as demandas formuladas pelos cidadãos. Por intermédio da Ouvidoria o cidadão pode manifestar à Câmara sua opinião, crítica e até mesmo fazer sugestões que impliquem no aprimoramento das atividades do Parlamento. As principais manifestações são encaminhadas ao presidente da Câmara, aos líderes dos partidos e aos parlamentares.

Imprensa: Ricardo Borges - 3215-8501, 9637-0580

ricardoborges.ximenes@gmail.com

Procurador Parlamentar – Nelson Marquezelli (PTB-SP)

Defende a Câmara dos Deputados, seus órgãos e seus integrantes no exercício do mandato ou de suas funções institucionais, quando atingidos em sua honra ou imagem perante a sociedade.

Imprensa: Bertha Pellegrino - 3215-8534, 9984-6188

berthapellegrino@uol.com.br

Procuradora da Mulher - Elcione Barbalho (PMDB-PA)

Anexo I, 21º Andar, Sala 2109

Recebe e encaminha aos órgãos competentes as denúncias e anseios da população feminina, mediante a discussão e aprovação de Projetos de Lei (PL), Projetos de Emenda à Constituição (PEC) e discussão de políticas públicas que venham garantir e assegurar os direitos já conquistados.

Imprensa: Luiza Emília Mello - 3215-8810, 7815-6651

luiza.mello@camara.gov.br

Lideranças

Governo – Cândido Vaccarezza (PT-SP)

Anexo II, Bloco das Lideranças, sala 110

Imprensa: Cid Queiroz - 3215-9020, 9985-0787

imprensa.lidgovcd@camara.gov.br cid.queiroz@camara.gov.br

Minoria – Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG)

Anexo II, Sala 125-B

Imprensa: Mônica Donato - 3215-9825, 9311-4702

monicadonatojc@gmail.com kilma.araujo@camara.gov.br

PT – Paulo Teixeira (SP)

Edifício Principal, Sala T-02

Bancada: 88 deputados

Imprensa: Paulo Paiva Nogueira - 3215-9132, 9115-3633

imprensa.pt@gmail.com

Denise Camarano - 3215-9102

PMDB – Henrique Eduardo Alves (RN)

Edifício Principal

Bancada: 79 deputados

Imprensa: Sandra Inácio - 3215-9194, 9983-9945

sandracinacio@gmail.com

PSDB – Duarte Nogueira (SP)

Edifício Principal, Térreo

Bancada: 53 deputados

Imprensa: Marco Túlio Chaves - 3215-9389, 9666-9950

marcotuliochaves@gmail.com

Cristiane Barão - 3215-9342, (16) 9791-7023

cristianebarao@uol.com.br

Juliana Sartori - 3215-9383, 8119-5159 juliana_sartori@hotmail.com

DEM – Antônio Carlos Magalhães Neto (BA)

Edifício Principal

Bancada: 43 deputados

Imprensa: Tony Carlo - 3215-9261, 3215-9272, (62) 9202-0429

tonycarlo.coelho@gmail.com imprensa.lide.dem@gmail.com

PP – Nelson Meurer (PR)

Edifício Principal

Bancada: 41 deputados

Imprensa: Célia Scherdien - 3215-9424, 9219-1900

celia.shcerdien@camara.gov.br

PR – Lincoln Portela (MG)

Anexo II, Sala 123

Bancada: 40 deputados

Imprensa: Lu Caldas - 3215-9567, 9983-6104

lucaldas4@hotmail.com

PSB – Ana Arraes (PE)

Anexo II

Bancada: 31 deputados

Imprensa: Gustavo Sousa Jr. - 3215-9662, 8119-5006

gustavo.sousa@camara.gov.br

PDT – Giovanni Queiroz (PA)

Edifício Principal, Ala Superior, Sala 13

Bancada: 27 deputados

Imprensa: João Carlos de Matos - 3215-9700, 8126-1437

joaoCarlos1.matos@gmail.com

Gal Leal - 3215-9700, 8143-4727

galleal@hotmail.com

PTB – Jovair Arantes (GO)

Edifício Principal, Sala 11

Bancada: 21 deputados

Imprensa: Érica Amorim - 3215-9516, 8495-1222

erica.amorim@camara.gov.br

PSC – Ratinho Junior (PR)

Anexo I, Sala 1606; e Anexo III, 1º Andar, Salas 583/584-B

Bancada: 18 deputados

Imprensa: Rafael Fontana - 3215-9761, 8116-4450

rafaelfontana@gmail.com

Paula Oliveira - 3215-9761, (21) 7898-2874

paulaoliveira.psc@gmail.com

PCdoB – Osmar Júnior (PI)

Anexo II

Bancada: 15 deputados

Imprensa: Márcia Xavier - 3215-9738, 9968-6968

marcia.xavier@camara.gov.br

PV – Sarney Filho (MA)

Anexo I, 23º Andar, Sala 2308

Bancada: 14 deputados

Imprensa: Renata Leite - 3215-9793, 8149-2356

imprensa.pv@camara.gov.br

PPS – Rubens Bueno (PR)

Anexo II, Térreo, Ala A, Sala 23

Bancada: 12 deputados

Imprensa: Luis Zanini - 3215-9615, 8117-5719

luis.zanini@camara.gov.br

Diógenes Botelho - 3215-9605, 9952-0123

diogenes.botelho@camara.gov.br

PRB – Vitor Paulo (RJ)

Anexo IV, Subsolo, Sala 18

Bancada: 12 deputados

Imprensa: Helen Assumpção - 3215-9884, 9151-9852

imprensa.prb@camara.gov.br

PMN – Fábio Faria (RN)

Anexo I, 16º Andar, Sala 1604

Bancada: 4 deputados

Imprensa: Cristina Honfi - 3215-9831, 9993-9528

cristina.honfi@camara.gov.br

Felipe Rodrigues - 3215-9831, 8597-6119

felipe.pereira@camara.gov.br

PTdoB – Lourival Mendes (MA)

Anexo IV, Gabinete 937

Bancada: 4 deputados

Imprensa: Anna Carolina Soares - 3215-5937, 8141-0855

carolppsoares@hotmail.com

PSOL – Chico Alencar (RJ)

Anexo III, 1º Andar, Sala 586-B

Bancada: 3 deputados

Imprensa: Mariane Andrade - 3215-9836, 8157-9979

mariane.andrade@camara.gov.br

PHS – Felipe Bornier (RJ)

Anexo IV, Gabinete 216

Bancada: 2 deputados

Imprensa: Paulo Cezar Pereira - 3215-5216, (21) 9992-3676

paulocezarpereira@yahoo.com.br

PRTB – Aureo (RJ)

Anexo IV, Gabinete 581

Bancada: 2 deputados

Imprensa: Noeli Becker - 3215-5581, 9985-7345

becker.noeli@gmail.com

PSL - Dr. Grilo (MG)

Anexo IV, Gabinete 645

Bancada: 2 deputados

Imprensa: Claudiney Alves - 3215-5645, (31) 8483-4268

alves.claudiney@ig.com.br

PRP - Jânio Natal (BA)

Anexo III, Gabinete 587

Bancada: 1 deputado

Imprensa: Zaqueu de Oliveira - 3215-5587, 9904-6144

zaqueufilho@gmail.com

PTC - Edivaldo Holanda Júnior (MA)

Anexo III, Gabinete 484

Bancada: 1 deputado

Imprensa: Daniel Moreira Jorge - 3215-3484, 8436-4956

danielmoreirajorge@gmail.com

Comissões

Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Presidente: Lira Maia (DEM-PA)

Anexo II, Térreo, Ala C, Sala 36

Secretaria: Moizes da Cunha - 3216-6401

Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional

Presidente: Gladson Cameli (PP-AC)

Anexo II, Sala T-59

Secretaria: Iara Aires - 3216-6432

Imprensa: David Casseb - 3216-6438, 9236-3490

dacasseb@hotmail.com

Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Presidente: Bruno Araújo (PSDB-PE)

Anexo II, Térreo, Ala A, Sala T-49

Secretaria: Myriam de Oliveira - 3216-6461

Imprensa: Patrícia Zimmermann - 3216-6460, 8188-1320

patricia.gomes@camara.gov.br

Constituição e Justiça e de Cidadania

Presidente: João Paulo Cunha (PT-SP)

Anexo II, Ala A, Sala 21, Térreo

Secretaria: Rejane Marques - 3216-6494

Imprensa: Vladimir Soares - (11) 3653-1832, (11) 7486-8268

vladwinter@yahoo.com.br

Defesa do Consumidor

Presidente: Roberto Santiago (PV-SP)

Anexo II, Pavimento Superior, Ala C, Sala 152

Secretaria: Lilian de Cássia Santos - 3216-6920

Imprensa: Carol Mourão - 3216-6921, 8218-6606

carolmourao1611@gmail.com

Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio

Presidente: João Maia (PR-RN)

Anexo II, Ala A, Sala T-33

Secretaria: Anamélia Fernandes - 3216-6602

Desenvolvimento Urbano

Presidente: Manoel Junior (PMDB-PB)

Anexo II, Pavimento Superior, Ala C, Sala 188

Secretaria: Iracema Marques - 3216-6554

Imprensa: Cristiane Galvão - 3216-6551/53, 9984-9069

cristiane.galvao@camara.gov.br

Direitos Humanos e Minorias

Presidente: Manuela D'Ávila (PCdoB-RS)

Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, Sala 185

Secretario: Márcio de Araújo - 3216-6571

Imprensa: Gustavo Alves - 3216-6571, 9989-5344

alvesgustavo@gmail.com

Educação e Cultura

Presidente: Fátima Bezerra (PT-RN)

Anexo II, Pavimento Superior, Ala C, Sala 170

Secretaria: Jairo Luis Brod - 3216-6622

Imprensa: Rejane Medeiros - 3216-6623, 9983-5196

rejane.medeiros@camara.gov.br

Finanças e Tributação

Presidente: Cláudio Puty (PT-PA)

Anexo II, Pavimento Superior, Ala C, Sala 136

Secretaria: Marcelle Cavalcanti - 3216-6654

Imprensa: Alyne Thacila - 9158-8544, alyne@libris.com.br

Fiscalização Financeira e Controle

Presidente: Sérgio Brito (PSC-BA)

Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, Sala 161

Secretaria: Regina Games - 3216-6672

Imprensa: Saulo de Castilho - 3216-6674, 9218-0525

saulo.castilho@camara.gov.br

Legislação Participativa

Presidente: Vítor Paulo (PRB-RJ)

Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, Salas 121 e 122

Secretaria: Sônia Hypolito - 3216-6695

Imprensa: Jamile Reis - 3216-6697, 9193-0094

jamile.reis@prb10.org.br

Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**Presidente: Giovani Cherini (PDT-RS)***Anexo II, Pavimento Superior, Ala C, Sala 142*

Secretaria: Aurenilton de Almeida - 3216-6522

Minas e Energia**Presidente: Luiz Fernando Faria (PP-MG)***Anexo II, Térreo, Ala C, Salas T-56 e T-60*

Secretaria: Damaci de Miranda - 3216-6717

Imprensa: Kenia Cibele do Carmo – 3215-1339, 8142-2062

kenia.carmo@camara.gov.br**Relações Exteriores e de Defesa Nacional****Presidente: Carlos Alberto Leréia (PSDB-GO)***Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, Sala 125*

Secretaria: Ana Cristina Oliveira - 3216-6738

Imprensa: Diego Freire - 3215-5830, 3216-6730, 8141-5597

diego.jornal@gmail.com**Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado****Presidente: Mendonça Prado (DEM-SE)***Anexo II, Pavimento Superior, Sala 166-C*

Secretaria: Ricardo Perpétuo - 3216-6765

Imprensa: Izys Moreira - 3216-6763, 8165-5609

izys.moreira@camara.gov.br**Seguridade Social e Família****Presidente: Saraiva Felipe (PMDB-MG)***Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, Sala 145-A*

Secretaria: Lin Israel dos Santos - 3216-6784

Imprensa: Djalma Gomes - 3215-5429, (31) 9929-1352

djalmag@yahoo.com**Trabalho, de Administração e Serviço Público****Presidente: Sílvio Costa (PTB-PE)***Anexo II, Térreo, Ala C, Sala 46*

Secretaria: Ruy Omar da Silva - 3216-6807

Imprensa: Márcia Paravizzi - 3216-6804, 9966-8828

paravizzi@gmail.com

Turismo e Desporto**Presidente: Jonas Donizette (PSB-SP)***Anexo II, Ala A, Sala T-05*

Secretaria: James Gorman Júnior - 3216-6832

*Imprensa: Cristina Bravo - 3216-6836, 9215-0621**cristinabravo@camara.gov.br***Viação e Transportes****Presidente: Edson Ezequiel (PMDB-RJ)***Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, Sala 175*

Secretaria: Admar dos Santos - 3216-6855

Comissão Mista de Orçamento**Presidente: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)***Anexo II, Térreo, Ala C, Sala 8*

Secretaria: Myrna Pereira - 3216-6892

*Imprensa: José Henrique – 3303-6747 henriquej775@gmail.com**Eduardo Costa - 3303-6747 eduardoresponde@gmail.com***Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul***Anexo II, Térreo, Ala C, Sala 24*

Secretaria: Antônio Costa Filho - 3216-6875

*Imprensa: Mônica Nubiato - 3216-6874, 8228-2240**monicanubiato@hotmail.com***Deputados****Abelardo Camarinha - PSB-SP**

Gabinete: 609 - Anexo 4 Telefone: 3215-5609 Fax: 3215-2609

*dep.abelardocamarinha@camara.gov.br***Abelardo Lupion - DEM-PR**

Gabinete: 515 - Anexo 4 Telefone: 3215-5515 Fax: 3215-2515

*dep.abelardolupion@camara.gov.br***Acelino Popó - PRB-BA**

Gabinete: 345 - Anexo 4 Telefone: 3215-5345 Fax: 3215-2345

dep.acelinopopo@camara.gov.br

Ademir Camilo - PDT-MG

Gabinete: 212 - Anexo 4 Telefone: 3215-5212 Fax: 3215-2212
dep.ademircamilo@camara.gov.br

Adrian - PMDB-RJ

Gabinete: 441 - Anexo 4 Telefone: 3215-5441 Fax: 3215-2441
dep.adrian@camara.gov.br

Aelton Freitas - PR-MG

Gabinete: 204 - Anexo 4 Telefone: 3215-5204 Fax: 3215-2204
dep.aeltonfreitas@camara.gov.br

Afonso Hamm - PP-RS

Gabinete: 604 - Anexo 4 Telefone: 3215-5604 Fax: 3215-2604
dep.afonsohamm@camara.gov.br

Aguinaldo Ribeiro - PP-PB

Gabinete: 735 - Anexo 4 Telefone: 3215-5735 Fax: 3215-2735
dep.aguinaldoribeiro@camara.gov.br

Alberto Filho - PMDB-MA

Gabinete: 617 - Anexo 4 Telefone: 3215-5617 Fax: 3215-2617
dep.albertofilho@camara.gov.br

Alberto Mourão - PSDB-SP

Gabinete: 568 - Anexo 3 Telefone: 3215-5568 Fax: 3215-2568
dep.albertomourao@camara.gov.br

Alceu Moreira - PMDB-RS

Gabinete: 445 - Anexo 4 Telefone: 3215-5445 Fax: 3215-2445
dep.alceumoreira@camara.gov.br

Aldo Rebelo - PCdoB-SP

Gabinete: 15 - Anexo 2 Telefone: 3215-5967 Fax: 3215-2967
dep.aldorebelo@camara.gov.br

Alessandro Molon - PT-RJ

Gabinete: 652 - Anexo 4 Telefone: 3215-5652 Fax: 3215-2652
dep.alessandromolon@camara.gov.br

Alex Canziani - PTB-PR

Gabinete: 842 - Anexo 4 Telefone: 3215-5842 Fax: 3215-2842
dep.alexcanziani@camara.gov.br

Alexandre Leite - DEM-SP

Gabinete: 841 - Anexo 4 Telefone: 3215-5841 Fax: 3215-2841
dep.alexandreleite@camara.gov.br

Alexandre Roso - PSB-RS

Gabinete: 742 - Anexo 4 Telefone: 3215-5742 Fax: 3215-2742
dep.alexandreroso@camara.gov.br

Alexandre Santos - PMDB-RJ

Gabinete: 331 - Anexo 4 Telefone: 3215-5331 Fax: 3215-2331
dep.alexandresantos@camara.gov.br

Alfredo Kaefer - PSDB-PR

Gabinete: 818 - Anexo 4 Telefone: 3215-5818 Fax: 3215-2818
dep.alfredokaefer@camara.gov.br

Alfredo Sirkis - PV-RJ

Gabinete: 240 - Anexo 4 Telefone: 3215-5240 Fax: 3215-2240
dep.alfredosirkis@camara.gov.br

Alice Portugal - PCdoB-BA

Gabinete: 420 - Anexo 4 Telefone: 3215-5420 Fax: 3215-2420
dep.aliceportugal@camara.gov.br

Aline Corrêa - PP-SP

Gabinete: 511 - Anexo 4 Telefone: 3215-5511 Fax: 3215-2511
dep.alinecorrea@camara.gov.br

Almeida Lima - PMDB-SE

Gabinete: 726 - Anexo 4 Telefone: 3215-5726 Fax: 3215-2726
dep.almeidalima@camara.gov.br

Amauri Teixeira - PT-BA

Gabinete: 237 - Anexo 4 Telefone: 3215-5237 Fax: 3215-2237
dep.amauriteixeira@camara.gov.br

Ana Arraes - PSB-PE

Gabinete: 846 - Anexo 4 Telefone: 3215-5846 Fax: 3215-2846
dep.anaarraes@camara.gov.br

Anderson Ferreira - PR-PE

Gabinete: 272 - Anexo 3 Telefone: 3215-5272 Fax: 3215-2272
dep.andersonferreira@camara.gov.br

André Dias - PSDB-PA

Gabinete: 336 - Anexo 4 Telefone: 3215-5336 Fax: 3215-2336
dep.andredias@camara.gov.br

André Figueiredo - PDT-CE

Gabinete: 940 - Anexo 4 Telefone: 3215-5940 Fax: 3215-2940
dep.andrefigueiredo@camara.gov.br

Andre Moura - PSC-SE

Gabinete: 380 - Anexo 3 Telefone: 3215-5380 Fax: 3215-2380
dep.andremoura@camara.gov.br

Andre Vargas - PT - PR

Gabinete: 923 - Anexo 4 Telefone: 3215-5923 Fax: 3215-2923
dep.andrevargas@camara.gov.br

André Zacharow - PMDB-PR

Gabinete: 238 - Anexo 4 Telefone: 3215-5238 Fax: 3215-2238
dep.andrezacharow@camara.gov.br

Andreia Zito - PSDB-RJ

Gabinete: 636 - Anexo 4 Telefone: 3215-5636 Fax: 3215-2636
dep.andreiazito@camara.gov.br

Ângelo Agnolin - PDT-TO

Gabinete: 367 - Anexo 3 Telefone: 3215-5367 Fax: 3215-2367
dep.angeloagnolin@camara.gov.br

Angelo Vanhoni - PT-PR

Gabinete: 672 - Anexo 3 Telefone: 3215-5672 Fax: 3215-2672
dep.angelovanhoni@camara.gov.br

Anibal Gomes - PMDB-CE

Gabinete: 731 - Anexo 4 Telefone: 3215-5731 Fax: 3215-2731
dep.anibalgomes@camara.gov.br

Anthony Garotinho - PR-RJ

Gabinete: 714 - Anexo 4 Telefone: 3215-5714 Fax: 3215-2714
dep.anthonygarotinho@camara.gov.br

Antônia Lúcia - PSC-AC

Gabinete: 444 - Anexo 4 Telefone: 3215-5444 Fax: 3215-2444
dep.antonialucia@camara.gov.br

Antônio Andrade - PMDB-MG

Gabinete: 305 - Anexo 4 Telefone: 3215-5305 Fax: 3215-2305
dep.antonioandrade@camara.gov.br

Antonio Balhmann - PSB-CE

Gabinete: 522 - Anexo 4 Telefone: 3215-5522 Fax: 3215-2522
dep.antonioalhmann@camara.gov.br

Antonio Brito - PTB-BA

Gabinete: 479 - Anexo 3 Telefone: 3215-5479 Fax: 3215-2479
dep.antonio Brito@camara.gov.br

Antonio Bulhões - PRB-SP

Gabinete: 327 - Anexo 4 Telefone: 3215-5327 Fax: 3215-2327
dep.antonio Bulhoes@camara.gov.br

Antonio Carlos Magalhães Neto - DEM-BA

Gabinete: 939 - Anexo 4 Telefone: 3215-8269 Fax: 3215-2939
dep.antonio carlos magalhaes neto@camara.gov.br

Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB-SP

Gabinete: 624 - Anexo 4 Telefone: 3215-5624 Fax: 3215-2624
dep.antonio carlos mendes thame@camara.gov.br

Antonio Imbassahy - PSDB-BA

Gabinete: 810 - Anexo 4 Telefone: 3215-5810 Fax: 3215-2810
dep.antonio imbassahy@camara.gov.br

Antônio Roberto - PV-MG

Gabinete: 379 - Anexo 3 Telefone: 3215-5379 Fax: 3215-2379
dep.antonio roberto@camara.gov.br

Aracely de Paula - PR-MG

Gabinete: 201 - Anexo 4 Telefone: 3215-5201 Fax: 3215-2201
dep.aracely depaula@camara.gov.br

Ariosto Holanda - PSB-CE

Gabinete: 575 - Anexo 3 Telefone: 3215-5575 Fax: 3215-2575
dep.ariosto holanda@camara.gov.br

Arlindo Chinaglia - PT-SP

Gabinete: 4 - Anexo 1 Telefone: 3215-5966 Fax: 32152966
dep.arlindo chinaglia@camara.gov.br

Arnaldo Faria de Sá - PTB-SP

Gabinete: 929 - Anexo 4 Telefone: 3215-5929 Fax: 3215-2929
dep.arnaldofariadesa@camara.gov.br

Arnaldo Jardim - PPS-SP

Gabinete: 245 - Anexo 4 Telefone: 3215-5245 Fax: 3215-2245
dep.arnaldojardim@camara.gov.br

Arnaldo Jordy - PPS-PA

Gabinete: 376 - Anexo 3 Telefone: 3215-5376 Fax: 3215-2376
dep.arnaldojordy@camara.gov.br

Arnon Bezerra - PTB-CE

Gabinete: 413 - Anexo 4 Telefone: 3215-5413 Fax: 3215-2413
dep.arnonbezerra@camara.gov.br

Arolde de Oliveira - DEM-RJ

Gabinete: 917 - Anexo 4 Telefone: 3215-5917 Fax: 3215-2917
dep.aroldedeoliveira@camara.gov.br

Arthur Lira - PP-AL

Gabinete: 942 - Anexo 4 Telefone: 3215-5942 Fax: 3215-2942
dep.arthurlira@camara.gov.br

Arthur Oliveira Maia - PMDB-BA

Gabinete: 537 - Anexo 4 Telefone: 3215-5537 Fax: 3215-2537
dep.arthuroliveiramaia@camara.gov.br

Artur Bruno - PT-CE

Gabinete: 467 - Anexo 3 Telefone: 3215-5467 Fax: 3215-2467
dep.arturbruno@camara.gov.br

Assis Carvalho - PT-PI

Gabinete: 909 - Anexo 4 Telefone: 3215-5909 Fax: 3215-2909
dep.assiscarvalho@camara.gov.br

Assis do Couto - PT - PR

Gabinete: 428 - Anexo 4 Telefone: 3215-5428 Fax: 3215-2428
dep.assisdocouto@camara.gov.br

Assis Melo - PCdoB-RS

Gabinete: 605 - Anexo 4 Telefone: 3215-5605 Fax: 3215-2605
dep.assismelo@camara.gov.br

Átila Lins - PMDB-AM

Gabinete: 730 - Anexo 4 Telefone: 3215-5730 Fax: 3215-2730
dep.atilalins@camara.gov.br

Audifax - PSB-ES

Gabinete: 574 - Anexo 3 Telefone: 3215-5574 Fax: 3215-2574
dep.audifax@camara.gov.br

Augusto Carvalho - PPS-DF

Gabinete: 352 - Anexo 4 Telefone: 3215-5352 Fax: 3215-2352
dep.augustocarvalho@camara.gov.br

Augusto Coutinho - DEM-PE

Gabinete: 835 - Anexo 4 Telefone: 3215-5835 Fax: 3215-2835
dep.augustocoutinho@camara.gov.br

Aureo - PRTB-RJ

Gabinete: 581 - Anexo 3 Telefone: 3215-5581 Fax: 3215-2581
dep.aureo@camara.gov.br

Benedita da Silva - PT-RJ

Gabinete: 330 - Anexo 4 Telefone: 3215-5330 Fax: 3215-2330
dep.beneditadasilva@camara.gov.br

Benjamin Maranhão - PMDB-PB

Gabinete: 458 - Anexo 4 Telefone: 3215-5458 Fax: 3215-2458
dep.benjaminmaranhao@camara.gov.br

Berinho Bantim - PSDB-RR

Gabinete: 737 - Anexo 4 Telefone: 3215-5737 Fax: 3215-2737
dep.berinhobantim@camara.gov.br

Bernardo Santana de Vasconcellos - PR-MG

Gabinete: 854 - Anexo 4 Telefone: 3215-5854 Fax: 3215-2854
dep.bernardosantanadevasconcellos@camara.gov.br

Beto Faro - PT-PA

Gabinete: 723 - Anexo 4 Telefone: 3215-5723 Fax: 3215-2723
dep.betofaro@camara.gov.br

Beto Mansur - PP-SP

Gabinete: 616 - Anexo 4 Telefone: 3215-5616 Fax: 3215-2616
dep.betomansur@camara.gov.br

Biffi - PT-MS

Gabinete: 260 - Anexo 4 Telefone: 3215-5260 Fax: 3215-2260
dep.biffi@camara.gov.br

Bohn Gass - PT-RS

Gabinete: 473 - Anexo 3 Telefone: 3215-5473 Fax: 3215-2473
dep.bohngass@camara.gov.br

Bonifácio de Andrada - PSDB-MG

Gabinete: 431 - Anexo 4 Telefone: 3215-5431 Fax: 3215-2431
dep.bonifaciodeandrada@camara.gov.br

Brizola Neto - PDT-RJ

Gabinete: 437 - Anexo 4 Telefone: 3215-5437 Fax: 3215-2437
dep.brizolaneto@camara.gov.br

Bruna Furlan - PSDB-SP

Gabinete: 836 - Anexo 4 Telefone: 3215-5836 Fax: 3215-2836
dep.brunafurlan@camara.gov.br

Bruno Araújo - PSDB-PE

Gabinete: 718 - Anexo 4 Telefone: 3215-5718 Fax: 3215-2718
dep.brunoaraujo@camara.gov.br

Camilo Cola - PMDB-ES

Gabinete: 469 - Anexo 3 Telefone: 3215-5469 Fax: 3215-2469
dep.camilocola@camara.gov.br

Cândido Vaccarezza - PT-SP

Gabinete: 958 - Anexo 4 Telefone: 3215-5958 Fax: 3215-2958
dep.candidovaccarezza@camara.gov.br

Carlaile Pedrosa - PSDB-MG

Gabinete: 824 - Anexo 4 Telefone: 3215-5824 Fax: 3215-2824
dep.carlailepedrosa@camara.gov.br

Carlinhos Almeida - PT-SP

Gabinete: 613 - Anexo 4 Telefone: 3215-5613 Fax: 3215-2613
dep.carlinhosalmeida@camara.gov.br

Carlos Alberto Leréia - PSDB-GO

Gabinete: 830 - Anexo 4 Telefone: 3215-5830 Fax: 3215-2830
dep.carlosalbertolereia@camara.gov.br

Carlos Bezerra - PMDB-MT

Gabinete: 815 - Anexo 4 Telefone: 3215-5815 Fax: 3215-2815
dep.carlosbezerra@camara.gov.br

Carlos Brandão - PSDB-MA

Gabinete: 529 - Anexo 4 Telefone: 3215-5529 Fax: 3215-2529
dep.carlosbrandao@camara.gov.br

Carlos Eduardo Cadoca - PSC-PE

Gabinete: 415 - Anexo 4 Telefone: 3215-5415 Fax: 3215-2415
dep.carloseduardocadoca@camara.gov.br

Carlos Magno - PP-RO

Gabinete: 213 - Anexo 4 Telefone: 3215-5213 Fax: 3215-2213
dep.carlosmagno@camara.gov.br

Carlos Roberto - PSDB-SP

Gabinete: 760 - Anexo 4 Telefone: 3215-5760 Fax: 3215-2760
dep.carlosroberto@camara.gov.br

Carlos Sampaio - PSDB-SP

Gabinete: 207 - Anexo 4 Telefone: 3215-5207 Fax: 3215-2207
dep.carlossampaio@camara.gov.br

Carlos Souza - PP-AM

Gabinete: 319 - Anexo 4 Telefone: 3215-5319 Fax: 3215-2319
dep.carlossouza@camara.gov.br

Carlos Zarattini - PT-SP

Gabinete: 808 - Anexo 4 Telefone: 3215-5808 Fax: 3215-2808
dep.carloszarattini@camara.gov.br

Carmen Zanotto - PPS-SC

Gabinete: 503 - Anexo 4 Telefone: 3215-5503 Fax: 3215-2503
dep.carmenzanotto@camara.gov.br

Celia Rocha - PTB-AL

Gabinete: 301 - Anexo 4 Telefone: 3215-5301 Fax: 3215-2301
dep.celiarocha@camara.gov.br

Celso Maldaner - PMDB-SC

Gabinete: 311 - Anexo 4 Telefone: 3215-5311 Fax: 3215-2311
dep.celsomaldaner@camara.gov.br

Cesar Colnago - PSDB-ES

Gabinete: 602 - Anexo 4 Telefone: 3215-5602 Fax: 3215-2602
dep.cesarcolnago@camara.gov.br

César Halum - PPS-TO

Gabinete: 282 - Anexo 3 Telefone: 3215-5282 Fax: 3215-2282
dep.cesarhalum@camara.gov.br

Chico Alencar - PSOL-RJ

Gabinete: 848 - Anexo 4 Telefone: 3215-5848 Fax: 3215-2848
dep.chicoalencar@camara.gov.br

Chico D'Angelo - PT-RJ

Gabinete: 232 - Anexo 4 Telefone: 3215-5232 Fax: 3215-2232
dep.chicodangelo@camara.gov.br

Chico Lopes - PCdoB-CE

Gabinete: 310 - Anexo 4 Telefone: 3215-5310 Fax: 3215-2310
dep.chicolopes@camara.gov.br

Cida Borghetti - PP - PR

Gabinete: 412 - Anexo 4 Telefone: 3215-5412 Fax: 3215-2412
dep.cidaborghetti@camara.gov.br

Claudio Cajado - DEM-BA

Gabinete: 630 - Anexo 4 Telefone: 3215-5630 Fax: 3215-2630
dep.claudiocajado@camara.gov.br

Cláudio Puty - PT-PA

Gabinete: 480 - Anexo 3 Telefone: 3215-5480 Fax: 3215-2480
dep.claudioputy@camara.gov.br

Cleber Verde - PRB-MA

Gabinete: 710 - Anexo 4 Telefone: 3215-5710 Fax: 3215-2710
dep.cleberverde@camara.gov.br

Cristiano - PTdoB-RJ

Gabinete: 286 - Anexo 3 Telefone: 3215-5286 Fax: 3215-2286
dep.cristiano@camara.gov.br

Dalva Figueiredo - PT-AP

Gabinete: 704 - Anexo 4 Telefone: 3215-5704 Fax: 3215-2704
dep.dalvafigueiredo@camara.gov.br

Damião Feliciano - PDT-PB

Gabinete: 938 - Anexo 4 Telefone: 3215-5938 Fax: 3215-2938
dep.damiaofeliciano@camara.gov.br

Daniel Almeida - PCdoB-BA

Gabinete: 317 - Anexo 4 Telefone: 3215-5317 Fax: 3215-2317
dep.danielalmeida@camara.gov.br

Danilo Forte - PMDB-CE

Gabinete: 384 - Anexo 3 Telefone: 3215-5384 Fax: 3215-2384
dep.daniloforte@camara.gov.br

Danrlei de Deus Hinterholz - PTB-RS

Gabinete: 566 - Anexo 3 Telefone: 3215-5566 Fax: 3215-2566
dep.danleidedeushinterholz@camara.gov.br

Darcísio Perondi - PMDB-RS

Gabinete: 518 - Anexo 4 Telefone: 3215-5518 Fax: 3215-2518
dep.darcisioperondi@camara.gov.br

Davi Alcolumbre - DEM-AP

Gabinete: 231 - Anexo 4 Telefone: 3215-5231 Fax: 3215-2231
dep.davialcolumbre@camara.gov.br

Davi Alves Silva Júnior - PR-MA

Gabinete: 813 - Anexo 4 Telefone: 3215-5813 Fax: 3215-2813
dep.davialvessilvajunior@camara.gov.br

Décio Lima - PT-SC

Gabinete: 218 - Anexo 4 Telefone: 3215-5218 Fax: 3215-2218
dep.deciolima@camara.gov.br

Delegado Protógenes - PCdoB-SP

Gabinete: 745 - Anexo 4 Telefone: 3215-5745 Fax: 3215-2745
dep.delegadoprotogenes@camara.gov.br

Delegado Waldir - PSDB-GO

Gabinete: 816 - Anexo 4 Telefone: 3215-5816 Fax: 3215-2816
dep.delegadowaldir@camara.gov.br

Deley - PSC-RJ

Gabinete: 544 - Anexo 4 Telefone: 3215-5544 Fax: 3215-2544
dep.deley@camara.gov.br

Devanir Ribeiro - PT-SP

Gabinete: 332 - Anexo 4 Telefone: 3215-5332 Fax: 3215-2332
dep.devanirribeiro@camara.gov.br

Diego Andrade - PR-MG

Gabinete: 307 - Anexo 4 Telefone: 3215-5307 Fax: 3215-2307
dep.diegoandrade@camara.gov.br

Dilceu Sperafico - PP-PR

Gabinete: 746 - Anexo 4 Telefone: 3215-5746 Fax: 3215-2746
dep.dilceusperafico@camara.gov.br

Dimas Fabiano - PP-MG

Gabinete: 325 - Anexo 4 Telefone: 3215-5325 Fax: 3215-2325
dep.dimasfabiano@camara.gov.br

Dimas Ramalho - PPS-SP

Gabinete: 658 - Anexo 4 Telefone: 3215-5658 Fax: 3215-2658
dep.dimasramalho@camara.gov.br

Domingos Dutra - PT-MA

Gabinete: 806 - Anexo 4 Telefone: 3215-5806 Fax: 3215-2806
dep.domingosdutra@camara.gov.br

Domingos Neto - PSB-CE

Gabinete: 546 - Anexo 4 Telefone: 3215-5546 Fax: 3215-2546
dep.domingosneto@camara.gov.br

Domingos Sávio - PSDB-MG

Gabinete: 271 - Anexo 3 Telefone: 3215-5271 Fax: 3215-2271
dep.domingossavio@camara.gov.br

Dr. Adilson Soares - PR-RJ

Gabinete: 926 - Anexo 4 Telefone: 3215-5926 Fax: 3215-2926
dep.dr.adilsonsoares@camara.gov.br

Dr. Aluizio - PV-RJ

Gabinete: 371 - Anexo 3 Telefone: 3215-5371 Fax: 3215-2371
dep.dr.aluizio@camara.gov.br

Dr. Carlos Alberto - PMN-RJ

Gabinete: 208 - Anexo 4 Telefone: 3215-5208 Fax: 3215-2208
dep.dr.carlosalberto@camara.gov.br

Dr. Francisco Araújo - PSL-RR

Gabinete: 587 - Anexo 3 Telefone: 3215-5587 Fax: 32152587
dep.dr.franciscoaraujo@camara.gov.br

Dr. Grilo - PSL-MG

Gabinete: 645 - Anexo 4 Telefone: 3215-5645 Fax: 3215-2645
dep.dr.grilo@camara.gov.br

Dr. Jorge Silva - PDT-ES

Gabinete: 383 - Anexo 3 Telefone: 3215-5383 Fax: 3215-2383
dep.dr.jorgesilva@camara.gov.br

Dr. Paulo César - PR-RJ

Gabinete: 904 - Anexo 4 Telefone: 3215-5904 Fax: 3215-2904
dep.dr.paulocesar@camara.gov.br

Dr. Rosinha - PT - PR

Gabinete: 474 - Anexo 3 Telefone: 3215-5474 Fax: 3215-2474
dep.dr.rosinha@camara.gov.br

Dr. Ubiali - PSB-SP

Gabinete: 543 - Anexo 4 Telefone: 3215-5543 Fax: 3215-2543
dep.dr.ubiali@camara.gov.br

Duarte Nogueira - PSDB-SP

Gabinete: 525 - Anexo 4 Telefone: 3215-5525 Fax: 3215-2525
dep.duartenogueira@camara.gov.br

Dudimar Paxiuba - PSDB-PA

Gabinete: 527 - Anexo 4 Telefone: 3215-5527 Fax: 3215-2527
dep.dudimarpaxiuba@camara.gov.br

Edinho Araújo - PMDB-SP

Gabinete: 418 - Anexo 4 Telefone: 3215-5418 Fax: 3215-2418
dep.edinhoaraujo@camara.gov.br

Edinho Bez - PMDB-SC

Gabinete: 703 - Anexo 4 Telefone: 3215-5703 Fax: 3215-2703
dep.edinhobez@camara.gov.br

Edio Lopes - PMDB-RR

Gabinete: 350 - Anexo 4 Telefone: 3215-5350 Fax: 3215-2350
dep.ediolopes@camara.gov.br

Edivaldo Holanda Junior - PTC-MA

Gabinete: 484 - Anexo 3 Telefone: 3215-5484 Fax: 3215-2484
dep.edivaldoholandajunior@camara.gov.br

Edmar Arruda – PSC-PR

Gabinete: 962 - Anexo 4 Telefone: 3215-5962 Fax: 3215-2962
dep.edmararruda@camara.gov.br

Edson Ezequiel - PMDB-RJ

Gabinete: 748 - Anexo 4 Telefone: 3215-5748 Fax: 3215-2748
dep.edsonezequiel@camara.gov.br

Edson Pimenta - PCdoB-BA

Gabinete: 403 - Anexo 4 Telefone: 3215-5403 Fax: 3215-2403
dep.edsonpimenta@camara.gov.br

Edson Santos - PT-RJ

Gabinete: 402 - Anexo 4 Telefone: 3215-5402 Fax: 3215-2402
dep.edsonsantos@camara.gov.br

Edson Silva - PSB-CE

Gabinete: 921 - Anexo 4 Telefone: 3215-5921 Fax: 3215-2921
dep.edsonsilva@camara.gov.br

Eduardo Azeredo - PSDB-MG

Gabinete: 722 - Anexo 4 Telefone: 3215-5722 Fax: 3215-2722
dep.eduardoazeredo@camara.gov.br

Eduardo Barbosa - PSDB-MG

Gabinete: 540 - Anexo 4 Telefone: 3215-5540 Fax: 3215-2540
dep.eduardobarbosa@camara.gov.br

Eduardo Cunha - PMDB-RJ

Gabinete: 510 - Anexo 4 Telefone: 3215-5510 Fax: 3215-2510
dep.eduardocunha@camara.gov.br

Eduardo da Fonte - PP-PE

Gabinete: 628 - Anexo 4 Telefone: 3215-5628 Fax: 3215-2628
dep.eduardodafonte@camara.gov.br

Eduardo Gomes - PSDB-TO

Gabinete: 950 - Anexo 4 Telefone: 3215-5950 Fax: 3215-2950
dep.eduardogomes@camara.gov.br

Eduardo Sciarra - DEM – PR

Gabinete: 433 - Anexo 4 Telefone: 3215-5433 Fax: 3215-2433
dep.eduardosciarra@camara.gov.br

Efraim Filho - DEM-PB

Gabinete: 744 - Anexo 4 Telefone: 3215-5744 Fax: 3215-2744
dep.efraimfilho@camara.gov.br

Elcione Barbalho - PMDB-PA

Gabinete: 919 - Anexo 4 Telefone: 3215-5919 Fax: 3215-2919
dep.elcionebarbalho@camara.gov.br

Eleuses Paiva - DEM-SP

Gabinete: 935 - Anexo 4 Telefone: 3215-5935 Fax: 3215-2935
dep.eleusespaiva@camara.gov.br

Eli Correa Filho - DEM-SP

Gabinete: 519 - Anexo 4 Telefone: 3215-5519 Fax: 3215-2519
dep.elicorreafilho@camara.gov.br

Eliane Rolim - PT-RJ

Gabinete: 409 - Anexo 4 Telefone: 3215-5409 Fax: 3215-2409
dep.elianerolim@camara.gov.br

Emiliano José - PT-BA

Gabinete: 481 - Anexo 3 Telefone: 3215-5481 Fax: 3215-2481
dep.emilianojose@camara.gov.br

Enio Bacci - PDT-RS

Gabinete: 930 - Anexo 4 Telefone: 3215-5930 Fax: 3215-2930
dep.eniobacci@camara.gov.br

Erika Kokay - PT-DF

Gabinete: 203 - Anexo 4 Telefone: 3215-5203 Fax: 3215-2203
dep.erikakokay@camara.gov.br

Erivelton Santana - PSC-BA

Gabinete: 756 - Anexo 4 Telefone: 3215-5756 Fax: 3215-2756
dep.eriveltonsantana@camara.gov.br

Eros Biondini - PTB-MG

Gabinete: 475 - Anexo 3 Telefone: 3215-5475 Fax: 3215-2475
dep.erosbiondini@camara.gov.br

Esperidião Amin - PP-SC

Gabinete: 252 - Anexo 4 Telefone: 3215-5252 Fax: 3215-2252
dep.esperidioamin@camara.gov.br

Eudes Xavier - PT-CE

Gabinete: 472 - Anexo 3 Telefone: 3215-5472 Fax: 3215-2472
dep.eudesxavier@camara.gov.br

Evandro Milhomen - PCdoB-AP

Gabinete: 419 - Anexo 4 Telefone: 3215-5419 Fax: 3215-2419
dep.evandromilhomen@camara.gov.br

Fábio Faria - PMN-RN

Gabinete: 335 - Anexo 4 Telefone: 3215-5335 Fax: 3215-2335
dep.fabiofaria@camara.gov.br

Fábio Ramalho - PV-MG

Gabinete: 374 - Anexo 3 Telefone: 3215-5374 Fax: 3215-2374
dep.fabioramalho@camara.gov.br

Fábio Souto - DEM-BA

Gabinete: 827 - Anexo 4 Telefone: 3215-5827 Fax: 3215-2827
dep.fabiosouto@camara.gov.br

Fabio Trad - PMDB-MS

Gabinete: 452 - Anexo 4 Telefone: 3215-5452 Fax: 3215-2452
dep.fabiotrad@camara.gov.br

Fátima Bezerra - PT-RN

Gabinete: 236 - Anexo 4 Telefone: 3215-5236 Fax: 3215-2236
dep.fatimabezerra@camara.gov.br

Fátima Pelaes - PMDB-AP

Gabinete: 416 - Anexo 4 Telefone: 3215-5416 Fax: 3215-2416
dep.fatimapelaes@camara.gov.br

Felipe Bornier - PHS-RJ

Gabinete: 216 - Anexo 4 Telefone: 3215-5216 Fax: 3215-2216
dep.felipebornier@camara.gov.br

Felipe Maia - DEM-RN

Gabinete: 528 - Anexo 4 Telefone: 3215-5528 Fax: 3215-2528
dep.felipemaia@camara.gov.br

Félix Mendonça Júnior - PDT-BA

Gabinete: 912 - Anexo 4 Telefone: 3215-5912 Fax: 3215-2912
dep.felixmendoncajunior@camara.gov.br

Fernando Coelho Filho - PSB-PE

Gabinete: 662 - Anexo 4 Telefone: 3215-5662 Fax: 3215-2662
dep.fernandocoelho filho@camara.gov.br

Fernando Ferro - PT-PE

Gabinete: 427 - Anexo 4 Telefone: 3215-5427 Fax: 3215-2427
dep.fernandoferro@camara.gov.br

Fernando Francischini - PSDB-PR

Gabinete: 265 - Anexo 3 Telefone: 3215-5265 Fax: 3215-2265
dep.fernandofrancischini@camara.gov.br

Fernando Jordão - PMDB-RJ

Gabinete: 302 - Anexo 4 Telefone: 3215-5302 Fax: 3215-2302
dep.fernandojordao@camara.gov.br

Fernando Marroni - PT-RS

Gabinete: 312 - Anexo 4 Telefone: 3215-5312 Fax: 3215-2312
dep.fernandomarroni@camara.gov.br

Fernando Torres - DEM-BA

Gabinete: 462 - Anexo 4 Telefone: 3215-5462 Fax: 3215-2462
dep.fernandotorres@camara.gov.br

Filipe Pereira - PSC-RJ

Gabinete: 705 - Anexo 4 Telefone: 3215-5705 Fax: 3215-2705
dep.filipepereira@camara.gov.br

Flávia Morais - PDT-GO

Gabinete: 738 - Anexo 4 Telefone: 3215-5738 Fax: 3215-2738
dep.flaviamorais@camara.gov.br

Flaviano Melo - PMDB-AC

Gabinete: 224 - Anexo 4 Telefone: 3215-5224 Fax: 3215-2224
dep.flavianomelo@camara.gov.br

Francisco Escórcio - PMDB-MA

Gabinete: 814 - Anexo 4 Telefone: 3215-5814 Fax: 3215-2814
dep.franciscoescorcio@camara.gov.br

Francisco Floriano - PR-RJ

Gabinete: 719 - Anexo 4 Telefone: 3215-5719 Fax: 3215-2719
dep.franciscofloriano@camara.gov.br

Francisco Praciano - PT-AM

Gabinete: 803 - Anexo 4 Telefone: 3215-5803 Fax: 3215-2803
dep.franciscopraciano@camara.gov.br

Gabriel Chalita - PSB-SP

Gabinete: 817 - Anexo 4 Telefone: 3215-5817 Fax: 3215-2817
dep.gabrielchalita@camara.gov.br

Gabriel Guimarães - PT-MG

Gabinete: 821 - Anexo 4 Telefone: 3215-5821 Fax: 3215-2821
dep.gabrielguimaraes@camara.gov.br

Gastão Vieira - PMDB-MA

Gabinete: 554 - Anexo 4 Telefone: 3215-5554 Fax: 3215-2554
dep.gastaovieira@camara.gov.br

Gean Loureiro - PMDB-SC

Gabinete: 483 - Anexo 3 Telefone: 3215-5483 Fax: 3215-2483
dep.geanloureiro@camara.gov.br

Genecias Noronha - PMDB-CE

Gabinete: 244 - Anexo 4 Telefone: 3215-5244 Fax: 3215-2244
dep.geneciasnoronha@camara.gov.br

George Hilton - PRB-MG

Gabinete: 843 - Anexo 4 Telefone: 3215-5843 Fax: 3215-2843
dep.georgehilton@camara.gov.br

Geraldo Resende - PMDB-MS

Gabinete: 905 - Anexo 4 Telefone: 3215-5905 Fax: 3215-2905
dep.geraldoresende@camara.gov.br

Geraldo Simões - PT-BA

Gabinete: 446 - Anexo 4 Telefone: 3215-5446 Fax: 3215-2446
dep.geraldosimoes@camara.gov.br

Geraldo Thadeu - PPS-MG

Gabinete: 248 - Anexo 4 Telefone: 3215-5248 Fax: 3215-2248
dep.geraldothadeu@camara.gov.br

Giacobo - PR-PR

Gabinete: 762 - Anexo 4 Telefone: 3215-5762 Fax: 3215-2762
dep.giacobo@camara.gov.br

Gilmar Machado - PT-MG

Gabinete: 262 - Anexo 4 Telefone: 3215-5262 Fax: 3215-2262
dep.gilmarmachado@camara.gov.br

Giovani Cherini - PDT-RS

Gabinete: 466 - Anexo 3 Telefone: 3215-5466 Fax: 3215-2466
dep.giovanicherini@camara.gov.br

Giovanni Queiroz - PDT-PA

Gabinete: 618 - Anexo 4 Telefone: 3215-5618 Fax: 3215-2618
dep.giovaniqueiroz@camara.gov.br

Giroto - PR-MS

Gabinete: 277 - Anexo 3 Telefone: 3215-5277 Fax: 3215-2277
dep.giroto@camara.gov.br

Givaldo Carimbão - PSB-AL

Gabinete: 732 - Anexo 4 Telefone: 3215-5732 Fax: 3215-2732
dep.givaldocarimbao@camara.gov.br

Gladson Cameli - PP-AC

Gabinete: 956 - Anexo 4 Telefone: 3215-5956 Fax: 3215-2956
dep.gladsoncameli@camara.gov.br

Glauber Braga - PSB-RJ

Gabinete: 362 - Anexo 4 Telefone: 3215-5362 Fax: 3215-2362
dep.glauberbraga@camara.gov.br

Gonzaga Patriota - PSB-PE

Gabinete: 430 - Anexo 4 Telefone: 3215-5430 Fax: 3215-2430
dep.gonzagapatriota@camara.gov.br

Gorete Pereira - PR-CE

Gabinete: 206 - Anexo 4 Telefone: 3215-5206 Fax: 3215-2206
dep.goretepereira@camara.gov.br

Guilherme Campos - DEM-SP

Gabinete: 283 - Anexo 3 Telefone: 3215-5283 Fax: 3215-2283
dep.guilhermecampos@camara.gov.br

Guilherme Mussi - PV-SP

Gabinete: 712 - Anexo 4 Telefone: 3215-5712 Fax: 3215-2712
dep.guilhermemussi@camara.gov.br

Heleno Silva - PRB-SE

Gabinete: 583 - Anexo 3 Telefone: 3215-5583 Fax: 3215-2583
dep.helenosilva@camara.gov.br

Hélio Santos - PSDB-MA

Gabinete: 268 - Anexo 3 Telefone: 3215-5268 Fax: 3215-2268
dep.heliosantos@camara.gov.br

Henrique Afonso - PV-AC

Gabinete: 440 - Anexo 4 Telefone: 3215-5440 Fax: 3215-2440
dep.henriqueafonso@camara.gov.br

Henrique Eduardo Alves - PMDB-RN

Gabinete: 539 - Anexo 4 Telefone: 3215-5539 Fax: 3215-2539
dep.henriqueeduardoalves@camara.gov.br

Henrique Fontana - PT-RS

Gabinete: 256 - Anexo 4 Telefone: 3215-5256 Fax: 3215-2256
dep.henriquefontana@camara.gov.br

Henrique Oliveira - PR-AM

Gabinete: 562 - Anexo 4 Telefone: 3215-5562 Fax: 3215-2562
dep.henriqueoliveira@camara.gov.br

Hermes Parcianello - PMDB-PR

Gabinete: 234 - Anexo 4 Telefone: 3215-5234 Fax: 3215-2234
dep.hermesparcianello@camara.gov.br

Heuler Cruvinel - DEM-GO

Gabinete: 275 - Anexo 3 Telefone: 3215-5275 Fax: 3215-2275
dep.heulercruvinel@camara.gov.br

Homero Pereira - PR-MT

Gabinete: 960 - Anexo 4 Telefone: 3215-5960 Fax: 3215-2960
dep.homeropereira@camara.gov.br

Hugo Leal - PSC-RJ

Gabinete: 631 - Anexo 4 Telefone: 3215-5631 Fax: 3215-2631
dep.hugoleal@camara.gov.br

Hugo Motta - PMDB-PB

Gabinete: 582 - Anexo 3 Telefone: 3215-5582 Fax: 3215-2582
dep.hugomotta@camara.gov.br

Hugo Napoleão - DEM-PI

Gabinete: 414 - Anexo 4 Telefone: 3215-5414 Fax: 3215-2414
dep.hugonapoleao@camara.gov.br

Inocência Oliveira - PR-PE

Gabinete: 26 - Anexo 2 32158171 Fax: 3215-2963
dep.inocenciooliveira@camara.gov.br

Iracema Portella - PP-PI

Gabinete: 924 - Anexo 4 Telefone: 3215-5924 Fax: 3215-2924
dep.iracemaportella@camara.gov.br

Irajá Abreu - DEM-TO

Gabinete: 802 - Anexo 4 Telefone: 3215-5802 Fax: 3215-2802
dep.irajaabreu@camara.gov.br

Íris de Araújo - PMDB-GO

Gabinete: 530 - Anexo 4 Telefone: 3215-5530 Fax: 3215-2530
dep.irisdearaujo@camara.gov.br

Ivan Valente - PSOL-SP

Gabinete: 716 - Anexo 4 Telefone: 3215-5716 Fax: 3215-2716
dep.ivanvalente@camara.gov.br

Izalci - PR-DF

Gabinete: 284 - Anexo 3 Telefone: 3215-5284 Fax: 3215-2284
dep.izalci@camara.gov.br

Jaime Martins - PR-MG

Gabinete: 333 - Anexo 4 Telefone: 3215-5333 Fax: 3215-2333
dep.jaimemartins@camara.gov.br

Jair Bolsonaro - PP-RJ

Gabinete: 482 - Anexo 3 Telefone: 3215-5482 Fax: 3215-2482
dep.jairbolsonaro@camara.gov.br

Jairo Ataíde - DEM-MG

Gabinete: 809 - Anexo 4 Telefone: 3215-5809 Fax: 3215-2809
dep.jairoataide@camara.gov.br

Jandira Feghali - PCdoB-RJ

Gabinete: 622 - Anexo 4 Telefone: 3215-5622 Fax: 3215-2622
dep.jandirafeghali@camara.gov.br

Janete Rocha Pietá - PT-SP

Gabinete: 578 - Anexo 3 Telefone: 3215-5578 Fax: 3215-2578
dep.janeterochapieta@camara.gov.br

Jânio Natal - PRP-BA

Gabinete: 671 - Anexo 3 Telefone: 3215-5671 Fax: 3215-2671
dep.janionatal@camara.gov.br

Jaqueline Roriz - PMN-DF

Gabinete: 408 - Anexo 4 Telefone: 3215-5408 Fax: 3215-2408
dep.jaquelinroriz@camara.gov.br

Jean Wyllys - PSOL-RJ

Gabinete: 646 - Anexo 4 Telefone: 3215-5646 Fax: 3215-2646
dep.jeanwyllys@camara.gov.br

Jefferson Campos - PSB-SP

Gabinete: 346 - Anexo 4 Telefone: 3215-5346 Fax: 3215-2346
dep.jeffersoncampos@camara.gov.br

Jerônimo Goergen - PP-RS

Gabinete: 316 - Anexo 4 Telefone: 3215-5316 Fax: 3215-2316
dep.jeronimogoergen@camara.gov.br

Jesus Rodrigues - PT-PI

Gabinete: 706 - Anexo 4 Telefone: 3215-5706 Fax: 3215-2706
dep.jesusrodrigues@camara.gov.br

Jhonatan de Jesus - PRB-RR

Gabinete: 535 - Anexo 4 Telefone: 3215-5535 Fax: 3215-2535
dep.jhonatandejesus@camara.gov.br

Jilmar Tatto - PT-SP

Gabinete: 548 - Anexo 4 Telefone: 3215-5548 Fax: 3215-2548
dep.jilmartatto@camara.gov.br

Jô Moraes - PCdoB-MG

Gabinete: 322 - Anexo 4 Telefone: 3215-5322 Fax: 3215-2322
dep.jomoraes@camara.gov.br

João Ananias - PCdoB-CE

Gabinete: 303 - Anexo 4 Telefone: 3215-5303 Fax: 3215-2303
dep.joaonianias@camara.gov.br

João Arruda - PMDB-PR

Gabinete: 633 - Anexo 4 Telefone: 3215-5633 Fax: 3215-2633
dep.joaarruda@camara.gov.br

João Bittar - DEM-MG

Gabinete: 243 - Anexo 4 Telefone: 3215-5243 Fax: 3215-2243
dep.joaobittar@camara.gov.br

João Campos - PSDB-GO

Gabinete: 315 - Anexo 4 Telefone: 3215-5315 Fax: 3215-2315
dep.joaocampos@camara.gov.br

João Carlos Bacelar - PR-BA

Gabinete: 928 - Anexo 4 Telefone: 3215-5928 Fax: 3215-2928
dep.joaocarlosbacelar@camara.gov.br

João Dado - PDT-SP

Gabinete: 509 - Anexo 4 Telefone: 3215-5509 Fax: 3215-2509
dep.joaodado@camara.gov.br

João Lyra - PTB-AL

Gabinete: 720 - Anexo 4 Telefone: 3215-5720 Fax: 3215-2720
dep.joaolyra@camara.gov.br

João Magalhães - PMDB-MG

Gabinete: 211 - Anexo 4 Telefone: 3215-5211 Fax: 3215-2211
dep.joaomagalhaes@camara.gov.br

João Maia - PR-RN

Gabinete: 439 - Anexo 4 Telefone: 3215-5439 Fax: 3215-2439
dep.joaomaia@camara.gov.br

João Paulo Cunha - PT-SP

Gabinete: 2 - Anexo 2 Telefone: 3215-5965 Fax: 32152965
dep.joaopaulocunha@camara.gov.br

João Paulo Lima - PT-PE

Gabinete: 360 - Anexo 4 Telefone: 3215-5360 Fax: 3215-2360
dep.joaopaulolima@camara.gov.br

Joaquim Beltrão - PMDB-AL

Gabinete: 717 - Anexo 4 Telefone: 3215-5717 Fax: 3215-2717
dep.joaquimbeltrao@camara.gov.br

Jonas Donizette - PSB-SP

Gabinete: 471 - Anexo 3 Telefone: 3215-5471 Fax: 3215-2471
dep.jonasdonizette@camara.gov.br

Jorge Boeira - PT-SC

Gabinete: 342 - Anexo 4 Telefone: 3215-5342 Fax: 3215-2342
dep.jorgeboeira@camara.gov.br

Jorge Corte Real - PTB-PE

Gabinete: 621 - Anexo 4 Telefone: 3215-5621 Fax: 3215-2621
dep.jorgecortereal@camara.gov.br

Jorge Pinheiro - PRB-GO

Gabinete: 536 - Anexo 4 Telefone: 3215-5536 Fax: 3215-2536
dep.jorgepinheiro@camara.gov.br

Jorge Tadeu Mudalen - DEM-SP

Gabinete: 538 - Anexo 4 Telefone: 3215-5538 Fax: 3215-2538
dep.jorgetadeumudalen@camara.gov.br

Jorginho Mello - PSDB-SC

Gabinete: 329 - Anexo 4 Telefone: 3215-5329 Fax: 3215-2329
dep.jorginhomello@camara.gov.br

José Airton - PT-CE

Gabinete: 734 - Anexo 4 Telefone: 3215-5734 Fax: 3215-2734
dep.joseairton@camara.gov.br

José Augusto Maia - PTB-PE

Gabinete: 758 - Anexo 4 Telefone: 3215-5758 Fax: 3215-2758
dep.joseaugustomaia@camara.gov.br

José Carlos Araújo - PDT-BA

Gabinete: 246 - Anexo 4 Telefone: 3215-5246 Fax: 3215-2246
dep.josecarlosaraujo@camara.gov.br

José Chaves - PTB-PE

Gabinete: 436 - Anexo 4 Telefone: 3215-5436 Fax: 3215-2436
dep.josechaves@camara.gov.br

José de Filippi - PT-SP

Gabinete: 611 - Anexo 4 Telefone: 3215-5611 Fax: 3215-2611
dep.josedefilippi@camara.gov.br

José Guimarães - PT-CE

Gabinete: 358 - Anexo 4 Telefone: 3215-5358 Fax: 3215-2358
dep.joseguimaraes@camara.gov.br

José Humberto - PHS-MG

Gabinete: 267 - Anexo 3 Telefone: 3215-5267 Fax: 3215-2267
dep.josehumberto@camara.gov.br

José Linhares - PP-CE

Gabinete: 860 - Anexo 4 Telefone: 3215-5860 Fax: 3215-2860
dep.joselinhares@camara.gov.br

José Mentor - PT-SP

Gabinete: 502 - Anexo 4 Telefone: 3215-5502 Fax: 3215-2502
dep.josementor@camara.gov.br

José Nunes - DEM-BA

Gabinete: 728 - Anexo 4 Telefone: 3215-5728 Fax: 3215-2728
dep.josenunes@camara.gov.br

José Otávio Germano - PP-RS

Gabinete: 424 - Anexo 4 Telefone: 3215-5424 Fax: 3215-2424
dep.joseotaviogermano@camara.gov.br

José Priante - PMDB-PA

Gabinete: 752 - Anexo 4 Telefone: 3215-5752 Fax: 3215-2752
dep.josepriante@camara.gov.br

José Rocha - PR-BA

Gabinete: 908 - Anexo 4 Telefone: 3215-5908 Fax: 3215-2908
dep.joserocha@camara.gov.br

Jose Stédile - PSB-RS

Gabinete: 354 - Anexo 4 Telefone: 3215-5354 Fax: 3215-2354
dep.josestedile@camara.gov.br

Joseph Bandeira - PT-BA

Gabinete: 320 - Anexo 4 Telefone: 3215-5320 Fax: 3215-2320
dep.josephbandeira@camara.gov.br

Josias Gomes - PT-BA

Gabinete: 642 - Anexo 4 Telefone: 3215-5642 Fax: 3215-2642
dep.josiasgomes@camara.gov.br

Josué Bengtson - PTB-PA

Gabinete: 505 - Anexo 4 Telefone: 3215-5505 Fax: 3215-2505
dep.josuebengtson@camara.gov.br

Jovair Arantes - PTB-GO

Gabinete: 504 - Anexo 4 Telefone: 3215-5504 Fax: 3215-2504
dep.jovairarantes@camara.gov.br

Júlio Campos - DEM-MT

Gabinete: 524 - Anexo 4 Telefone: 3215-5524 Fax: 3215-2524
dep.juliocampos@camara.gov.br

Júlio Cesar - DEM-PI

Gabinete: 944 - Anexo 4 Telefone: 3215-5944 Fax: 3215-2944
dep.juliocesar@camara.gov.br

Júlio Delgado - PSB-MG

Gabinete: 323 - Anexo 4 Telefone: 3215-5323 Fax: 3215-2323
dep.juliodelgado@camara.gov.br

Júnior Coimbra - PMDB-TO

Gabinete: 274 - Anexo 3 Telefone: 3215-5274 Fax: 3215-2274
dep.juniorcoimbra@camara.gov.br

Junji Abe - DEM-SP

Gabinete: 340 - Anexo 4 Telefone: 3215-5340 Fax: 3215-2340
dep.junjiabe@camara.gov.br

Jutahy Junior - PSDB-BA

Gabinete: 407 - Anexo 4 Telefone: 3215-5407 Fax: 3215-2407
dep.jutahyjunior@camara.gov.br

Keiko Ota - PSB-SP

Gabinete: 523 - Anexo 4 Telefone: 3215-5523 Fax: 3215-2523
dep.keikoota@camara.gov.br

Lael Varella - DEM-MG

Gabinete: 721 - Anexo 4 Telefone: 3215-5721 Fax: 3215-2721
dep.laelvarella@camara.gov.br

Laercio Oliveira - PR-SE

Gabinete: 629 - Anexo 4 Telefone: 3215-5629 Fax: 3215-2629
dep.laerciooliveira@camara.gov.br

Laurez Moreira - PSB-TO

Gabinete: 736 - Anexo 4 Telefone: 3215-5736 Fax: 3215-2736
dep.laurezmoreira@camara.gov.br

Lauriete - PSC-ES

Gabinete: 223 - Anexo 4 Telefone: 3215-5223 Fax: 3215-2223
dep.lauriete@camara.gov.br

Lázaro Botelho - PP-TO

Gabinete: 278 - Anexo 3 Telefone: 3215-5278 Fax: 3215-2278
dep.lazarobotelho@camara.gov.br

Leandro Vilela - PMDB-GO

Gabinete: 309 - Anexo 4 Telefone: 3215-5309 Fax: 3215-2309
dep.leandrovilela@camara.gov.br

Lelo Coimbra - PMDB-ES

Gabinete: 801 - Anexo 4 Telefone: 3215-5801 Fax: 3215-2801
dep.lelocoimbra@camara.gov.br

Leonardo Monteiro - PT-MG

Gabinete: 922 - Anexo 4 Telefone: 3215-5922 Fax: 3215-2922
dep.leonardomonteiro@camara.gov.br

Leonardo Quintão - PMDB-MG

Gabinete: 914 - Anexo 4 Telefone: 3215-5914 Fax: 3215-2914
dep.leonardoquintao@camara.gov.br

Leopoldo Meyer - PSB-PR

Gabinete: 233 - Anexo 4 Telefone: 3215-5233 Fax: 3215-2233
dep.leopoldomeyer@camara.gov.br

Liliam Sá - PR-RJ

Gabinete: 434 - Anexo 4 Telefone: 3215-5434 Fax: 3215-2434
dep.liliamsa@camara.gov.br

Lincoln Portela - PR-MG

Gabinete: 615 - Anexo 4 Telefone: 3215-5615 Fax: 3215-2615
dep.lincolnportela@camara.gov.br

Lindomar Garçon - PV-RO

Gabinete: 254 - Anexo 4 Telefone: 3215-5254 Fax: 3215-2254
dep.lindomargarcon@camara.gov.br

Lira Maia - DEM-PA

Gabinete: 516 - Anexo 4 Telefone: 3215-5516 Fax: 3215-2516
dep.liramaia@camara.gov.br

Lourival Mendes - PTdoB-MA

Gabinete: 937 - Anexo 4 Telefone: 3215-5937 Fax: 3215-2937
dep.lourivalmendes@camara.gov.br

Luci Choinacki - PT-SC

Gabinete: 306 - Anexo 4 Telefone: 3215-5306 Fax: 3215-2306
dep.lucichoinacki@camara.gov.br

Luciana Santos - PCdoB-PE

Gabinete: 531 - Anexo 4 Telefone: 3215-5531 Fax: 3215-2531
dep.lucianasantos@camara.gov.br

Luciano Castro - PR-RR

Gabinete: 401 - Anexo 4 Telefone: 3215-5401 Fax: 3215-2401
dep.lucianocastro@camara.gov.br

Luciano Moreira - PMDB-MA

Gabinete: 831 - Anexo 4 Telefone: 3215-5831 Fax: 3215-2831
dep.lucianomoreira@camara.gov.br

Lúcio Vale - PR-PA

Gabinete: 822 - Anexo 4 Telefone: 3215-5822 Fax: 3215-2822
dep.luciovale@camara.gov.br

Lucio Vieira Lima - PMDB-BA

Gabinete: 612 - Anexo 4 Telefone: 3215-5612 Fax: 3215-2612
dep.luciovieiralima@camara.gov.br

Luis Carlos Heinze - PP-RS

Gabinete: 526 - Anexo 4 Telefone: 3215-5526 Fax: 3215-2526
dep.luiscarlosheinze@camara.gov.br

Luis Tibé - PTdoB-MG

Gabinete: 632 - Anexo 4 Telefone: 3215-5632 Fax: 3215-2632
dep.luistibe@camara.gov.br

Luiz Alberto - PT-BA

Gabinete: 954 - Anexo 4 Telefone: 3215-5954 Fax: 3215-2954
dep.luizalberto@camara.gov.br

Luiz Argôlo - PP-BA

Gabinete: 643 - Anexo 4 Telefone: 3215-5643 Fax: 3215-2643
dep.luizargolo@camara.gov.br

Luiz Carlos - PSDB-AP

Gabinete: 750 - Anexo 4 Telefone: 3215-5750 Fax: 3215-2750
dep.luizcarlos@camara.gov.br

Luiz Carlos Setim - DEM-PR

Gabinete: 901 - Anexo 4 Telefone: 3215-5901 Fax: 3215-2901
dep.luizcarlossetim@camara.gov.br

Luiz Couto - PT-PB

Gabinete: 442 - Anexo 4 Telefone: 3215-5442 Fax: 3215-2442
dep.luizcouto@camara.gov.br

Luiz Fernando Faria - PP-MG

Gabinete: 339 - Anexo 4 Telefone: 3215-5339 Fax: 3215-2339
dep.luizfernandofaria@camara.gov.br

Luiz Fernando Machado - PSDB-SP

Gabinete: 832 - Anexo 4 Telefone: 3215-5832 Fax: 3215-2832
dep.luizfernandomachado@camara.gov.br

Luiz Nishimori - PSDB-PR

Gabinete: 220 - Anexo 4 Telefone: 3215-5220 Fax: 3215-2220
dep.luiznishimori@camara.gov.br

Luiz Noé - PSB-RS

Gabinete: 338 - Anexo 4 Telefone: 3215-5338 Fax: 3215-2338
dep.luiznoe@camara.gov.br

Luiz Otavio - PMDB-PA

Gabinete: 410 - Anexo 4 Telefone: 3215-5410 Fax: 3215-2410
dep.luizotavio@camara.gov.br

Luiza Erundina - PSB-SP

Gabinete: 620 - Anexo 4 Telefone: 3215-5620 Fax: 3215-2620
dep.luizaerundina@camara.gov.br

Manato - PDT-ES

Gabinete: 313 - Anexo 4 Telefone: 3215-5313 Fax: 3215-2313
dep.manato@camara.gov.br

Mandetta - DEM-MS

Gabinete: 577 - Anexo 3 Telefone: 3215-5577 Fax: 3215-2577
dep.mandetta@camara.gov.br

Manoel Junior - PMDB-PB

Gabinete: 601 - Anexo 4 Telefone: 3215-5601 Fax: 3215-2601
dep.manoeljunior@camara.gov.br

Manoel Salviano - PSDB-CE

Gabinete: 506 - Anexo 4 Telefone: 3215-5506 Fax: 3215-2506
dep.manoelsalviano@camara.gov.br

Manuela d'Ávila - PCdoB-RS

Gabinete: 438 - Anexo 4 Telefone: 3215-5438 Fax: 3215-2438
dep.manueladavila@camara.gov.br

Mara Gabrielli - PSDB-SP

Gabinete: 226 - Anexo 4 Telefone: 3215-5226 Fax: 3215-2226
dep.maragabrielli@camara.gov.br

Marçal Filho - PMDB-MS

Gabinete: 448 - Anexo 4 Telefone: 3215-5448 Fax: 3215-2448
dep.marcalfilho@camara.gov.br

Marcelo Aguiar - PSC-SP

Gabinete: 321 - Anexo 4 Telefone: 3215-5321 Fax: 3215-2321
dep.marceloaguiar@camara.gov.br

Marcelo Castro - PMDB-PI

Gabinete: 811 - Anexo 4 Telefone: 3215-5811 Fax: 3215-2811
dep.marcelocastro@camara.gov.br

Marcelo Matos - PDT-RJ

Gabinete: 579 - Anexo 3 Telefone: 3215-5579 Fax: 3215-2579
dep.marcelomatos@camara.gov.br

Marcio Bittar - PSDB-AC

Gabinete: 952 - Anexo 4 Telefone: 3215-5952 Fax: 3215-2952
dep.marciobittar@camara.gov.br

Márcio Macêdo - PT-SE

Gabinete: 654 - Anexo 4 Telefone: 3215-5654 Fax: 3215-2654
dep.marciomacedo@camara.gov.br

Márcio Marinho - PRB-BA

Gabinete: 326 - Anexo 4 Telefone: 3215-5326 Fax: 3215-2326
dep.marciomarinho@camara.gov.br

Márcio Reinaldo Moreira - PP-MG

Gabinete: 819 - Anexo 4 Telefone: 3215-5819 Fax: 3215-2819
dep.marcioreinaldomoreira@camara.gov.br

Marco Maia - PT-RS

Gabinete: 14 - Anexo 2 Telefone: 3215-5964 Fax: 3215-2964
dep.marcomaia@camara.gov.br

Marcon - PT-RS

Gabinete: 569 - Anexo 3 Telefone: 3215-5569 Fax: 3215-2569
dep.marcon@camara.gov.br

Marcos Medrado - PDT-BA

Gabinete: 834 - Anexo 4 Telefone: 3215-5834 Fax: 3215-2834
dep.marcosmedrado@camara.gov.br

Marcos Montes - DEM-MG

Gabinete: 334 - Anexo 4 Telefone: 3215-5334 Fax: 3215-2334
dep.marcosmontes@camara.gov.br

Marcus Pestana - PSDB-MG

Gabinete: 715 - Anexo 4 Telefone: 3215-5715 Fax: 3215-2715
dep.marcuspestana@camara.gov.br

Marina Santanna - PT-GO

Gabinete: 279 - Anexo 3 Telefone: 3215-5279 Fax: 3215-2279
dep.marinasantanna@camara.gov.br

Marinha Raupp - PMDB-RO

Gabinete: 614 - Anexo 4 Telefone: 3215-5614 Fax: 3215-2614
dep.marinharaupp@camara.gov.br

Marllos Sampaio - PMDB-PI

Gabinete: 906 - Anexo 4 Telefone: 3215-5906 Fax: 3215-2906
dep.marlossampaio@camara.gov.br

Maurício Quintella Lessa - PR-AL

Gabinete: 425 - Anexo 4 Telefone: 3215-5425 Fax: 3215-2425
dep.mauricioquintellalessa@camara.gov.br

Maurício Trindade - PR-BA

Gabinete: 456 - Anexo 4 Telefone: 3215-5456 Fax: 3215-2456
dep.mauriciotrindade@camara.gov.br

Mauro Benevides - PMDB-CE

Gabinete: 607 - Anexo 4 Telefone: 3215-5607 Fax: 3215-2607
dep.maurobenevides@camara.gov.br

Mauro Lopes - PMDB-MG

Gabinete: 844 - Anexo 4 Telefone: 3215-5844 Fax: 3215-2844
dep.maurolopes@camara.gov.br

Mauro Mariani - PMDB-SC

Gabinete: 925 - Anexo 4 Telefone: 3215-5925 Fax: 3215-2925
dep.mauromariani@camara.gov.br

Mauro Nazif - PSB-RO

Gabinete: 948 - Anexo 4 Telefone: 3215-5948 Fax: 3215-2948
dep.mauronazif@camara.gov.br

Mendes Ribeiro Filho - PMDB-RS

Gabinete: 222 - Anexo 4 Telefone: 3215-5222 Fax: 3215-2222
dep.mendesribeirofilho@camara.gov.br

Mendonça Filho - DEM-PE

Gabinete: 314 - Anexo 4 Telefone: 3215-5314 Fax: 3215-2314
dep.mendoncafilho@camara.gov.br

Mendonça Prado - DEM-SE

Gabinete: 508 - Anexo 4 Telefone: 3215-5508 Fax: 3215-2508
dep.mendoncaprado@camara.gov.br

Miguel Corrêa - PT-MG

Gabinete: 627 - Anexo 4 Telefone: 3215-5627 Fax: 3215-2627
dep.miguelcorrea@camara.gov.br

Milton Monti - PR-SP

Gabinete: 328 - Anexo 4 Telefone: 3215-5328 Fax: 3215-2328
dep.miltonmonti@camara.gov.br

Miriquinho Batista - PT-PA

Gabinete: 435 - Anexo 4 Telefone: 3215-5435 Fax: 3215-2435
dep.miriquinhobatista@camara.gov.br

Miro Teixeira - PDT-RJ

Gabinete: 270 - Anexo 3 Telefone: 3215-5270 Fax: 3215-2270
dep.miroteixeira@camara.gov.br

Missionário José Olímpio - PP-SP

Gabinete: 507 - Anexo 4 Telefone: 3215-5507 Fax: 3215-2507
dep.missionariojoseolimpio@camara.gov.br

Moacir Micheletto - PMDB-PR

Gabinete: 478 - Anexo 3 Telefone: 3215-5478 Fax: 3215-2478
dep.moacirmicheletto@camara.gov.br

Moreira Mendes - PPS-RO

Gabinete: 943 - Anexo 4 Telefone: 3215-5943 Fax: 3215-2943
dep.moreiramendes@camara.gov.br

Natan Donadon - PMDB-RO

Gabinete: 239 - Anexo 4 Telefone: 3215-5239 Fax: 3215-2239
dep.natandonadon@camara.gov.br

Nazareno Fonteles - PT-PI

Gabinete: 640 - Anexo 4 Telefone: 3215-5640 Fax: 3215-2640
dep.nazarenofonteles@camara.gov.br

Neilton Mulim - PR-RJ

Gabinete: 639 - Anexo 4 Telefone: 3215-5639 Fax: 3215-2639
dep.neiltonmulim@camara.gov.br

Nelson Bornier - PMDB-RJ

Gabinete: 727 - Anexo 4 Telefone: 3215-5727 Fax: 3215-2727
dep.nelsonbornier@camara.gov.br

Nelson Marchezan Junior - PSDB-RS

Gabinete: 368 - Anexo 3 Telefone: 3215-5368 Fax: 3215-2368
dep.nelsonmarchezanjunior@camara.gov.br

Nelson Marquezelli - PTB-SP

Gabinete: 920 - Anexo 4 Telefone: 3215-8350 Fax: 3215-2920
dep.nelsonmarquezelli@camara.gov.br

Nelson Meurer - PP-PR

Gabinete: 916 - Anexo 4 Telefone: 3215-5916 Fax: 3215-2916
dep.nelsonmeurer@camara.gov.br

Nelson Padovani - PSC-PR

Gabinete: 513 - Anexo 4 Telefone: 3215-5513 Fax: 3215-2513
dep.nelsonpadovani@camara.gov.br

Nelson Pellegrino - PT-BA

Gabinete: 826 - Anexo 4 Telefone: 3215-5826 Fax: 3215-2826
dep.nelsonpellegrino@camara.gov.br

Neri Geller - PP-MT

Gabinete: 837 - Anexo 4 Telefone: 3215-5837 Fax: 3215-2837
dep.nerigeller@camara.gov.br

Newton Cardoso - PMDB-MG

Gabinete: 932 - Anexo 4 Telefone: 3215-5932 Fax: 3215-2932
dep.newtoncardoso@camara.gov.br

Newton Lima - PT-SP

Gabinete: 805 - Anexo 4 Telefone: 3215-5805 Fax: 3215-2805
dep.newtonlima@camara.gov.br

Nice Lobão - DEM-MA

Gabinete: 215 - Anexo 4 Telefone: 3215-5215 Fax: 3215-2215
dep.nicelobao@camara.gov.br

Nilda Gondim - PMDB-PB

Gabinete: 833 - Anexo 4 Telefone: 3215-5833 Fax: 3215-2833
dep.nildagondim@camara.gov.br

Nilton Capixaba - PTB-RO

Gabinete: 724 - Anexo 4 Telefone: 3215-5724 Fax: 3215-2724
dep.niltoncapixaba@camara.gov.br

Odair Cunha - PT-MG

Gabinete: 556 - Anexo 4 Telefone: 3215-5556 Fax: 3215-2556
dep.odaircunha@camara.gov.br

Onofre Santo Agostini - DEM-SC

Gabinete: 404 - Anexo 4 Telefone: 3215-5404 Fax: 3215-2404
dep.onofresantoagostini@camara.gov.br

Onyx Lorenzoni - DEM-RS

Gabinete: 828 - Anexo 4 Telefone: 3215-5828 Fax: 3215-2828
dep.onyxlorenzoni@camara.gov.br

Osmar Júnior - PCdoB-PI

Gabinete: 356 - Anexo 4 Telefone: 3215-5356 Fax: 3215-2356
dep.osmarjunior@camara.gov.br

Osmar Serraglio - PMDB-PR

Gabinete: 845 - Anexo 4 Telefone: 3215-5845 Fax: 3215-2845
dep.osmarserraglio@camara.gov.br

Osmar Terra - PMDB-RS

Gabinete: 927 - Anexo 4 Telefone: 3215-5927 Fax: 3215-2927
dep.osmarterra@camara.gov.br

Otávio Leite - PSDB-RJ

Gabinete: 225 - Anexo 4 Telefone: 3215-5225 Fax: 3215-2225
dep.otavioleite@camara.gov.br

Otoniel Lima - PRB-SP

Gabinete: 370 - Anexo 3 Telefone: 3215-5370 Fax: 3215-2370
dep.otoniellima@camara.gov.br

Oziel Oliveira - PDT-BA

Gabinete: 635 - Anexo 4 Telefone: 3215-5635 Fax: 3215-2635
dep.ozieloliveira@camara.gov.br

Padre João - PT-MG

Gabinete: 743 - Anexo 4 Telefone: 3215-5743 Fax: 3215-2743
dep.padrejoao@camara.gov.br

Padre Ton - PT-RO

Gabinete: 280 - Anexo 3 Telefone: 3215-5280 Fax: 3215-2280
dep.padرتون@camara.gov.br

Paes Landim - PTB-PI

Gabinete: 648 - Anexo 4 Telefone: 3215-5648 Fax: 3215-2648
dep.paeslandim@camara.gov.br

Pastor Eurico - PSB-PE

Gabinete: 369 - Anexo 3 Telefone: 3215-5369 Fax: 3215-2369
dep.pastoreurico@camara.gov.br

Pastor Marco Feliciano - PSC-SP

Gabinete: 366 - Anexo 3 Telefone: 3215-5366 Fax: 3215-2366
dep.pastormarcofeliciano@camara.gov.br

Pauderney Avelino - DEM-AM

Gabinete: 610 - Anexo 4 Telefone: 3215-5610 Fax: 3215-2610
dep.pauderneyavelino@camara.gov.br

Paulo Abi-Ackel - PSDB-MG

Gabinete: 460 - Anexo 4 Telefone: 3215-5460 Fax: 3215-2460
dep.pauloabiackel@camara.gov.br

Paulo Cesar Quartiero - DEM-RR

Gabinete: 375 - Anexo 3 Telefone: 3215-5375 Fax: 3215-2375
dep.paulocesarquartiero@camara.gov.br

Paulo Foletto - PSB-ES

Gabinete: 839 - Anexo 4 Telefone: 3215-5839 Fax: 3215-2839
dep.paulofoletto@camara.gov.br

Paulo Freire - PR-SP

Gabinete: 273 - Anexo 3 Telefone: 3215-5273 Fax: 3215-2273
dep.paulofreire@camara.gov.br

Paulo Magalhães - DEM-BA

Gabinete: 903 - Anexo 4 Telefone: 3215-5903 Fax: 3215-2903
dep.paulomagalhaes@camara.gov.br

Paulo Maluf - PP-SP

Gabinete: 512 - Anexo 4 Telefone: 3215-5512 Fax: 3215-2512
dep.paulomaluf@camara.gov.br

Paulo Pereira da Silva - PDT-SP

Gabinete: 217 - Anexo 4 Telefone: 3215-5217 Fax: 3215-2217
dep.paulopereiradasilva@camara.gov.br

Paulo Piau - PMDB-MG

Gabinete: 626 - Anexo 4 Telefone: 3215-5626 Fax: 3215-2626
dep.paulopiau@camara.gov.br

Paulo Pimenta - PT-RS

Gabinete: 552 - Anexo 4 Telefone: 3215-5552 Fax: 3215-2552
dep.paulopimenta@camara.gov.br

Paulo Rubem Santiago - PDT-PE

Gabinete: 423 - Anexo 4 Telefone: 3215-5423 Fax: 3215-2423
dep.paulorubemsantiago@camara.gov.br

Paulo Teixeira - PT-SP

Gabinete: 281 - Anexo 3 Telefone: 3215-5281 Fax: 3215-2281
dep.pauloteixeira@camara.gov.br

Paulo Wagner - PV-RN

Gabinete: 324 - Anexo 4 Telefone: 3215-5324 Fax: 3215-2324
dep.paulowagner@camara.gov.br

Pedro Chaves - PMDB-GO

Gabinete: 406 - Anexo 4 Telefone: 3215-5406 Fax: 3215-2406
dep.pedrochaves@camara.gov.br

Pedro Eugênio - PT-PE

Gabinete: 902 - Anexo 4 Telefone: 3215-5902 Fax: 3215-2902
dep.pedroeugenio@camara.gov.br

Pedro Uczai - PT-SC

Gabinete: 229 - Anexo 4 Telefone: 3215-5229 Fax: 3215-2229
dep.pedrouczai@camara.gov.br

Penna - PV-SP

Gabinete: 205 - Anexo 4 Telefone: 3215-5205 Fax: 3215-2205
dep.penna@camara.gov.br

Pepe Vargas - PT-RS

Gabinete: 545 - Anexo 4 Telefone: 3215-5545 Fax: 3215-2545
dep.pepevargas@camara.gov.br

Perpétua Almeida - PCdoB-AC

Gabinete: 625 - Anexo 4 Telefone: 3215-5625 Fax: 3215-2625
dep.perpetuaalmeida@camara.gov.br

Pinto Itamaraty - PSDB-MA

Gabinete: 933 - Anexo 4 Telefone: 3215-5933 Fax: 3215-2933
dep.pintoitamaraty@camara.gov.br

Policarpo - PT-DF

Gabinete: 941 - Anexo 4 Telefone: 3215-5941 Fax: 3215-2941
dep.policarpo@camara.gov.br

Professor Setimo - PMDB-MA

Gabinete: 550 - Anexo 4 Telefone: 3215-5550 Fax: 3215-2550
dep.professorsetimo@camara.gov.br

Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM-TO

Gabinete: 432 - Anexo 4 Telefone: 3215-5432 Fax: 3215-2432
dep.professoradorinhaseabrazende@camara.gov.br

Professora Marcivania - PT-AP

Gabinete: 209 - Anexo 4 Telefone: 3215-5209 Fax: 3215-2209
dep.professoramarcivania@camara.gov.br

Raimundão - PMDB-CE

Gabinete: 318 - Anexo 4 Telefone: 3215-5318 Fax: 3215-2318
dep.raimundao@camara.gov.br

Raimundo Gomes de Matos - PSDB-CE

Gabinete: 725 - Anexo 4 Telefone: 3215-5725 Fax: 3215-2725
dep.raimundogomesdematos@camara.gov.br

Ratinho Junior - PSC-PR

Gabinete: 521 - Anexo 4 Telefone: 3215-5521 Fax: 3215-2521
dep.ratinhojunior@camara.gov.br

Raul Henry - PMDB-PE

Gabinete: 707 - Anexo 4 Telefone: 3215-5707 Fax: 3215-2707
dep.raulhenry@camara.gov.br

Raul Lima - PP-RR

Gabinete: 381 - Anexo 3 Telefone: 3215-5381 Fax: 3215-2381
dep.raullima@camara.gov.br

Rebecca Garcia - PP-AM

Gabinete: 520 - Anexo 4 Telefone: 3215-5520 Fax: 3215-2520
dep.rebeccagarcia@camara.gov.br

Reginaldo Lopes - PT-MG

Gabinete: 426 - Anexo 4 Telefone: 3215-5426 Fax: 3215-2426
dep.reginaldolopes@camara.gov.br

Reguffe - PDT-DF

Gabinete: 372 - Anexo 3 Telefone: 3215-5372 Fax: 3215-2372
dep.reguffe@camara.gov.br

Reinaldo Azambuja - PSDB-MS

Gabinete: 572 - Anexo 3 Telefone: 3215-5572 Fax: 3215-2572
dep.reinaldoazambuja@camara.gov.br

Reinhold Stephanes - PMDB-PR

Gabinete: 820 - Anexo 4 Telefone: 3215-5820 Fax: 3215-2820
dep.reinholdstephanes@camara.gov.br

Renan Filho - PMDB-AL

Gabinete: 907 - Anexo 4 Telefone: 3215-5907 Fax: 3215-2907
dep.renanfilho@camara.gov.br

Renato Molling - PP-RS

Gabinete: 337 - Anexo 4 Telefone: 3215-5337 Fax: 3215-2337
dep.renatomolling@camara.gov.br

Renzo Braz - PP-MG

Gabinete: 373 - Anexo 3 Telefone: 3215-5373 Fax: 3215-2373
dep.renzobraz@camara.gov.br

Ribamar Alves - PSB-MA

Gabinete: 729 - Anexo 4 Telefone: 3215-5729 Fax: 3215-2729
dep.ribamaralves@camara.gov.br

Ricardo Berzoini - PT-SP

Gabinete: 344 - Anexo 4 Telefone: 3215-5344 Fax: 3215-2344
dep.ricardoberzoini@camara.gov.br

Ricardo Izar - PV-SP

Gabinete: 634 - Anexo 4 Telefone: 3215-5634 Fax: 3215-2634
dep.ricardoizar@camara.gov.br

Ricardo Quirino - PRB-DF

Gabinete: 931 - Anexo 4 Telefone: 3215-5931 Fax: 3215-2931
dep.ricardoquirino@camara.gov.br

Ricardo Tripoli - PSDB-SP

Gabinete: 241 - Anexo 4 Telefone: 3215-5241 Fax: 3215-2241
dep.ricardotripoli@camara.gov.br

Roberto Balestra - PP-GO

Gabinete: 219 - Anexo 4 Telefone: 3215-5219 Fax: 3215-2219
dep.robertobalestra@camara.gov.br

Roberto Britto - PP-BA

Gabinete: 733 - Anexo 4 Telefone: 3215-5733 Fax: 3215-2733
dep.robertobritto@camara.gov.br

Roberto de Lucena - PV-SP

Gabinete: 235 - Anexo 4 Telefone: 3215-5235 Fax: 3215-2235
dep.robertodelucena@camara.gov.br

Roberto Dorner - PP-MT

Gabinete: 829 - Anexo 4 Telefone: 3215-5829 Fax: 3215-2829
dep.robertodorner@camara.gov.br

Roberto Freire - PPS-SP

Gabinete: 606 - Anexo 4 Telefone: 3215-5606 Fax: 3215-2606
dep.robertofreire@camara.gov.br

Roberto Santiago - PV-SP

Gabinete: 533 - Anexo 4 Telefone: 3215-5533 Fax: 3215-2533
dep.robertosantiago@camara.gov.br

Roberto Teixeira - PP-PE

Gabinete: 450 - Anexo 4 Telefone: 3215-5450 Fax: 3215-2450
dep.robertoteixeira@camara.gov.br

Rodrigo de Castro - PSDB-MG

Gabinete: 701 - Anexo 4 Telefone: 3215-5701 Fax: 3215-2701
dep.rodrigodecastro@camara.gov.br

Rodrigo Maia - DEM-RJ

Gabinete: 308 - Anexo 4 Telefone: 3215-5308 Fax: 3215-2308
dep.rodrigomaia@camara.gov.br

Rogério Carvalho - PT-SE

Gabinete: 641 - Anexo 4 Telefone: 3215-5641 Fax: 3215-2641
dep.rogeriocarvalho@camara.gov.br

Rogério Marinho - PSDB-RN

Gabinete: 840 - Anexo 4 Telefone: 3215-5840 Fax: 3215-2840
dep.rogeriomarinho@camara.gov.br

Rogério Peninha Mendonça - PMDB-SC

Gabinete: 656 - Anexo 4 Telefone: 3215-5656 Fax: 3215-2656
dep.rogeriopeninhamendonca@camara.gov.br

Romário - PSB-RJ

Gabinete: 411 - Anexo 4 Telefone: 3215-5411 Fax: 3215-2411
dep.romario@camara.gov.br

Romero Rodrigues - PSDB-PB

Gabinete: 825 - Anexo 4 Telefone: 3215-5825 Fax: 3215-2825
dep.romerorodrigues@camara.gov.br

Ronaldo Benedet - PMDB-SC

Gabinete: 918 - Anexo 4 Telefone: 3215-5918 Fax: 3215-2918
dep.ronaldobenedet@camara.gov.br

Ronaldo Caiado - DEM-GO

Gabinete: 227 - Anexo 4 Telefone: 3215-5227 Fax: 3215-2227
dep.ronaldocaiado@camara.gov.br

Ronaldo Fonseca - PR-DF

Gabinete: 382 - Anexo 3 Telefone: 3215-5382 Fax: 3215-2382
dep.ronaldofonseca@camara.gov.br

Ronaldo Nogueira - PTB-RS

Gabinete: 570 - Anexo 3 Telefone: 3215-5570 Fax: 3215-2570
dep.ronaldonogueira@camara.gov.br

Ronaldo Zulke - PT-RS

Gabinete: 858 - Anexo 4 Telefone: 3215-5858 Fax: 3215-2858
dep.ronaldozulke@camara.gov.br

Rosane Ferreira - PV - PR

Gabinete: 454 - Anexo 4 Telefone: 3215-5454 Fax: 3215-2454
dep.rosaneferreira@camara.gov.br

Rose de Freitas - PMDB-ES

Gabinete: 946 - Anexo 4 Telefone: 3215-5946 Fax: 3215-2946
dep.rosedefreitas@camara.gov.br

Rosinha da Adefal - PTdoB-AL

Gabinete: 230 - Anexo 4 Telefone: 3215-5230 Fax: 3215-2230
dep.rosinhadaadefal@camara.gov.br

Rubens Bueno - PPS-PR

Gabinete: 623 - Anexo 4 Telefone: 3215-5623 Fax: 3215-2623
dep.rubensbueno@camara.gov.br

Rubens Otoni - PT-GO

Gabinete: 501 - Anexo 4 Telefone: 3215-5501 Fax: 3215-2501
dep.rubensotoni@camara.gov.br

Rui Costa - PT-BA

Gabinete: 576 - Anexo 3 Telefone: 3215-5576 Fax: 3215-2576
dep.ruicosta@camara.gov.br

Rui Palmeira - PSDB-AL

Gabinete: 476 - Anexo 3 Telefone: 3215-5476 Fax: 3215-2476
dep.ruipalmeira@camara.gov.br

Ruy Carneiro - PSDB-PB

Gabinete: 565 - Anexo 3 Telefone: 3215-5565 Fax: 3215-2565
dep.ruycarneiro@camara.gov.br

Sabino Castelo Branco - PTB-AM

Gabinete: 911 - Anexo 4 Telefone: 3215-5911 Fax: 3215-2911
dep.sabinocastelobranco@camara.gov.br

Ságuas Moraes - PT-MT

Gabinete: 276 - Anexo 3 Telefone: 3215-5276 Fax: 3215-2276
dep.saguasmoraes@camara.gov.br

Salvador Zimbaldi - PDT-SP

Gabinete: 804 - Anexo 4 Telefone: 3215-5804 Fax: 3215-2804
dep.salvadorzimbaldi@camara.gov.br

Sandes Júnior - PP-GO

Gabinete: 702 - Anexo 4 Telefone: 3215-5702 Fax: 3215-2702
dep.sandesjunior@camara.gov.br

Sandra Rosado - PSB-RN

Gabinete: 650 - Anexo 4 Telefone: 3215-5650 Fax: 3215-2650
dep.sandrarosado@camara.gov.br

Sandro Alex - PPS-PR

Gabinete: 221 - Anexo 4 Telefone: 3215-5221 Fax: 3215-2221
dep.sandroalex@camara.gov.br

Sandro Mabel - PR-GO

Gabinete: 443 - Anexo 4 Telefone: 3215-5443 Fax: 3215-2443
dep.sandromabel@camara.gov.br

Saraiva Felipe - PMDB-MG

Gabinete: 429 - Anexo 4 Telefone: 3215-5429 Fax: 3215-2429
dep.saraivafelipe@camara.gov.br

Sarney Filho - PV-MA

Gabinete: 202 - Anexo 4 Telefone: 3215-5202 Fax: 3215-2202
dep.sarneyfilho@camara.gov.br

Sebastião Bala Rocha - PDT-AP

Gabinete: 608 - Anexo 4 Telefone: 3215-5608 Fax: 3215-2608
dep.sebastiaobalarocha@camara.gov.br

Sérgio Barradas Carneiro - PT-BA

Gabinete: 571 - Anexo 3 Telefone: 3215-5571 Fax: 3215-2571
dep.sergiobarradascarneiro@camara.gov.br

Sérgio Brito - PSC-BA

Gabinete: 638 - Anexo 4 Telefone: 3215-5638 Fax: 3215-2638
dep.sergiobrito@camara.gov.br

Sérgio Guerra - PSDB-PE

Gabinete: 754 - Anexo 4 Telefone: 3215-5754 Fax: 3215-2754
dep.sergioguerra@camara.gov.br

Sérgio Moraes - PTB-RS

Gabinete: 258 - Anexo 4 Telefone: 3215-5258 Fax: 3215-2258
dep.sergiomoraes@camara.gov.br

Sibá Machado - PT-AC

Gabinete: 421 - Anexo 4 Telefone: 3215-5421 Fax: 3215-2421
dep.sibamachado@camara.gov.br

Sílas Câmara - PSC-AM

Gabinete: 532 - Anexo 4 Telefone: 3215-5532 Fax: 3215-2532
dep.silascamara@camara.gov.br

Sílvio Costa - PTB-PE

Gabinete: 417 - Anexo 4 Telefone: 3215-5417 Fax: 3215-2417
dep.silviocosta@camara.gov.br

Simão Sessim - PP-RJ

Gabinete: 709 - Anexo 4 Telefone: 3215-5709 Fax: 3215-2709
dep.simaosessim@camara.gov.br

Solange Almeida - PMDB-RJ

Gabinete: 585 - Anexo 3 Telefone: 3215-5585 Fax: 3215-2585
dep.solangealmeida@camara.gov.br

Stefano Aguiar - PSC-MG

Gabinete: 341 - Anexo 4 Telefone: 3215-5341 Fax: 3215-2341
dep.stefanoaguiar@camara.gov.br

Stepan Nercessian - PPS-RJ

Gabinete: 517 - Anexo 4 Telefone: 3215-5517 Fax: 3215-2517
dep.stepannercessian@camara.gov.br

Sueli Vidigal - PDT-ES

Gabinete: 812 - Anexo 4 Telefone: 3215-5812 Fax: 3215-2812
dep.suelividigal@camara.gov.br

Takayama - PSC-PR

Gabinete: 910 - Anexo 4 Telefone: 3215-5910 Fax: 3215-2910
dep.takayama@camara.gov.br

Taumaturgo Lima - PT-AC

Gabinete: 945 - Anexo 4 Telefone: 3215-5945 Fax: 3215-2945
dep.taumaturgolima@camara.gov.br

Teresa Surita - PMDB-RR

Gabinete: 250 - Anexo 4 Telefone: 3215-5250 Fax: 3215-2250
dep.teresasurita@camara.gov.br

Tiririca - PR-SP

Gabinete: 637 - Anexo 4 Telefone: 3215-5637 Fax: 3215-2637
dep.tiririca@camara.gov.br

Toninho Pinheiro - PP-MG

Gabinete: 584 - Anexo 3 Telefone: 3215-5584 Fax: 3215-2584
dep.toninhopinheiro@camara.gov.br

Valadares Filho - PSB-SE

Gabinete: 660 - Anexo 4 Telefone: 3215-5660 Fax: 3215-2660
dep.valadaresfilho@camara.gov.br

Valdemar Costa Neto - PR-SP

Gabinete: 542 - Anexo 4 Telefone: 3215-5542 Fax: 3215-2542
dep.valdemarcostaneto@camara.gov.br

Valdir Colatto - PMDB-SC

Gabinete: 708 - Anexo 4 Telefone: 3215-5708 Fax: 3215-2708
dep.valdircolatto@camara.gov.br

Valdivino de Oliveira - PSDB-GO

Gabinete: 934 - Anexo 4 Telefone: 3215-5934 Fax: 3215-2934
dep.valdivinodeoliveira@camara.gov.br

Valmir Assunção - PT-BA

Gabinete: 739 - Anexo 4 Telefone: 3215-5739 Fax: 3215-2739
dep.valmirassuncao@camara.gov.br

Valtenir Pereira - PSB-MT

Gabinete: 913 - Anexo 4 Telefone: 3215-5913 Fax: 3215-2913
dep.valtenirpereira@camara.gov.br

Vander Loubet - PT-MS

Gabinete: 838 - Anexo 4 Telefone: 3215-5838 Fax: 3215-2838
dep.vanderloubet@camara.gov.br

Vanderlei Macris - PSDB-SP

Gabinete: 348 - Anexo 4 Telefone: 3215-5348 Fax: 3215-2348
dep.vanderleimacris@camara.gov.br

Vaz de Lima - PSDB-SP

Gabinete: 850 - Anexo 4 Telefone: 3215-5850 Fax: 3215-2850
dep.vazdelima@camara.gov.br

Vicente Arruda - PR-CE

Gabinete: 603 - Anexo 4 Telefone: 3215-5603 Fax: 3215-2603
dep.vicentearruda@camara.gov.br

Vicente Candido - PT-SP

Gabinete: 560 - Anexo 4 Telefone: 3215-5560 Fax: 3215-2560
dep.vicentecandido@camara.gov.br

Vicentinho - PT-SP

Gabinete: 740 - Anexo 4 Telefone: 3215-5740 Fax: 3215-2740
dep.vicentinho@camara.gov.br

Vieira da Cunha - PDT-RS

Gabinete: 711 - Anexo 4 Telefone: 3215-5711 Fax: 3215-2711
dep.vieiradacunha@camara.gov.br

Vilalba - PRB-PE

Gabinete: 915 - Anexo 4 Telefone: 3215-5915 Fax: 3215-2915
dep.vilalba@camara.gov.br

Vilson Covatti - PP-RS

Gabinete: 228 - Anexo 4 Telefone: 3215-5228 Fax: 3215-2228
dep.vilsoncovatti@camara.gov.br

Vinicius Gurgel - PRTB-AP

Gabinete: 852 - Anexo 4 Telefone: 3215-5852 Fax: 3215-2852
dep.viniciusgurgel@camara.gov.br

Vitor Paulo - PRB-RJ

Gabinete: 422 - Anexo 4 Telefone: 3215-5422 Fax: 3215-2422
dep.vitorpaulo@camara.gov.br

Vitor Penido - DEM-MG

Gabinete: 558 - Anexo 4 Telefone: 3215-5558 Fax: 3215-2558
dep.vitorpenido@camara.gov.br

Waldenor Pereira - PT-BA

Gabinete: 807 - Anexo 4 Telefone: 3215-5807 Fax: 3215-2807
dep.waldenorpereira@camara.gov.br

Waldir Maranhão - PP-MA

Gabinete: 541 - Anexo 4 Telefone: 3215-5541 Fax: 3215-2541
dep.waldirmaranhao@camara.gov.br

Walney Rocha - PTB-RJ

Gabinete: 644 - Anexo 4 Telefone: 3215-5644 Fax: 3215-2644
dep.walneyrocha@camara.gov.br

Walter Ihoshi - DEM-SP

Gabinete: 242 - Anexo 4 Telefone: 3215-5242 Fax: 3215-2242
dep.walterihoshi@camara.gov.br

Walter Tosta - PMN-MG

Gabinete: 214 - Anexo 4 Telefone: 3215-5214 Fax: 3215-2214
dep.waltertosta@camara.gov.br

Wandenkolk Gonçalves - PSDB-PA

Gabinete: 210 - Anexo 4 Telefone: 3215-5210 Fax: 3215-2210
dep.wandenkolkgoncalves@camara.gov.br

Washington Reis - PMDB-RJ

Gabinete: 856 - Anexo 4 Telefone: 3215-5856 Fax: 3215-2856
dep.washingtonreis@camara.gov.br

Weliton Prado - PT-MG

Gabinete: 862 - Anexo 4 Telefone: 3215-5862 Fax: 3215-2862
dep.welitonprado@camara.gov.br

Wellington Fagundes - PR-MT

Gabinete: 713 - Anexo 4 Telefone: 3215-5713 Fax: 3215-2713
dep.wellingtonfagundes@camara.gov.br

Wellington Roberto - PR-PB

Gabinete: 514 - Anexo 4 Telefone: 3215-5514 Fax: 3215-2514
dep.wellingtonroberto@camara.gov.br

William Dib - PSDB-SP

Gabinete: 304 - Anexo 4 Telefone: 3215-5304 Fax: 3215-2304
dep.williamdib@camara.gov.br

Wilson Filho - PMDB-PB

Gabinete: 534 - Anexo 4 Telefone: 3215-5534 Fax: 3215-2534
dep.wilsonfilho@camara.gov.br

Wladimir Costa - PMDB-PA

Gabinete: 343 - Anexo 4 Telefone: 3215-5343 Fax: 3215-2343
dep.wladimircosta@camara.gov.br

Wolney Queiroz - PDT-PE

Gabinete: 936 - Anexo 4 Telefone: 3215-5936 Fax: 3215-2936
dep.wolneyqueiroz@camara.gov.br

Zé Geraldo - PT-PA

Gabinete: 266 - Anexo 3 Telefone: 3215-5266 Fax: 3215-2266
dep.zegeraldo@camara.gov.br

Zé Silva - PDT-MG

Gabinete: 573 - Anexo 3 Telefone: 3215-5573 Fax: 3215-2573
dep.zesilva@camara.gov.br

Zé Vieira - PR-MA

Gabinete: 405 - Anexo 4 Telefone: 3215-5405 Fax: 3215-2405
dep.zevieira@camara.gov.br

Zeca Dirceu - PT – PR

Gabinete: 285 - Anexo 3 Telefone: 3215-5285 Fax: 3215-2285
dep.zecadirceu@camara.gov.br

Zequinha Marinho - PSC-PA

Gabinete: 823 - Anexo 4 Telefone: 3215-5823 Fax: 3215-2823
dep.zequinhamarinho@camara.gov.br

Zoinho - PR-RJ

Gabinete: 619 - Anexo 4 Telefone: 3215-5619 Fax: 3215-2619
dep.zoinho@camara.gov.br

Zonta - PP-SC

Gabinete: 741 - Anexo 4 Telefone: 3215-5741 Fax: 3215-2741
dep.zonta@camara.gov.br

Anotações

Anotações

Anotações

Anotações

Mural em óleo sobre tela, sem título, de Di Cavalcanti
Foto: Saulo Cruz



CÂMARA RESPONDE

Votações
Deputados
Cotas para Exercício da Atividade Parlamentar
Apartamentos funcionais e auxílio moradia
Gabinetes e instalações
Funcionários e secretários parlamentares

Para outras dúvidas sobre a Câmara dos Deputados, ligue para a Assessoria de Imprensa da Câmara dos Deputados no telefone 61 3126-1507, 3216-1506, 9968-3190 ou envie e-mail para imprensa@camara.gov.br

VOTAÇÕES

Quantos votos são necessários para aprovar um projeto no Plenário?

O número varia de acordo com o tipo da proposta. Para aprovar um projeto de lei ou medida provisória, é necessário um quorum mínimo de 257 deputados presentes. Desse número, o projeto pode ser aprovado por maioria simples – qualquer número de votos favoráveis acima do número de contrários. As propostas de emenda à Constituição (PECs) devem ser aprovadas pelo Plenário em dois turnos, com maioria de 3/5 dos deputados (308 votos). Os projetos de lei complementar também passam por dois turnos de votação; para sua aprovação são necessários 257 votos favoráveis.

Quais projetos devem passar pela votação do Plenário?

Os projetos de lei complementar; de código; de iniciativa popular; de Comissão; relativos a matéria que não possa ser objeto de delegação, consoante o § 1º do art. 68 da Constituição Federal; oriundos do Senado, ou por ele emendados, que tenham sido aprovados pelo Plenário de qualquer uma das Casas; que tenham recebido pareceres divergentes; em regime de urgência.

O projeto de lei votado conclusivamente pelas Comissões deverá seguir para o Plenário se, no prazo de cinco sessões, houver recurso nesse sentido de um décimo dos membros da Casa (51 deputados), apresentado em sessão e provido por decisão do Plenário da Câmara. E, por último, aqueles

que tenham recebido parecer terminativo se, no mesmo prazo de cinco sessões, houver recurso contra o referido parecer com o mesmo apoioamento, apresentação e provimento do recurso contra apreciação conclusiva.

Navegue no portal: Para consultar o conteúdo de uma proposição e sua tramitação, clique em "Atividade Legislativa" e "Projetos de Lei e outras Proposições". É possível fazer a pesquisa por número da proposição ou por tema.

Quais proposições são sujeitas ao arquivamento na mudança de legislatura?

Todas as proposições que tenham sido submetidas à deliberação da Câmara e ainda se encontrem em tramitação, pendentes de apreciação de qualquer comissão ou com parecer contrário, exceto as proposições que tenham tramitado pelo Senado ou dele originárias, de iniciativa popular, de iniciativa de outro Poder ou do Procurador-Geral da República.

Não se sujeitam ao arquivamento as proposições com pareceres favoráveis de todas as comissões, inclusive CFT e CCJ (e suas apensadas).

É possível desarquivar a proposição?

Apenas os deputados que foram reeleitos podem pedir o desarquivamento, no prazo até 15 de agosto de 2011. No caso de proposições de iniciativa coletiva obrigatória (ex: PEC, PDC de plebiscito), o desarquivamento poderá ser solicitado apenas pelo primeiro signatário. Uma vez desarquivada, a proposição retoma a tramitação desde o estágio em que se encontrava, exceto a proposição com a discussão encerrada na legislatura anterior, que terá a discussão reaberta para receber novas emendas (Regimento Interno, art. 166). Projetos arquivados podem ser reapresentados por outros parlamentares, recebendo nova numeração e reiniciando a tramitação.

Quem pode apresentar proposições à Câmara?

As propostas de emenda à Constituição (PECs) só podem ser apresentadas:

- por um terço do total de deputados (171);
- pelo Presidente da República
- por mais da metade das assembleias legislativas dos estados (Constituição, art. 60, caput).

Já os projetos de lei em geral podem ser de iniciativa de qualquer deputado ou comissão da Casa, da Mesa, do Presidente da República ou de cidadãos – com assinaturas de um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de 0,3% dos eleitores de cada um deles (Constituição, art. 61, § 2)

O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores podem apresentar projetos sobre matérias de interesse institucional do Poder Judiciário, como Estatuto da Magistratura, alteração do número de membros dos tribunais inferiores, mudanças na organização judiciária, etc. (Constituição, art. 96, II)

O procurador-geral da República pode apresentar projetos de lei sobre organização, atribuições e estatuto do Ministério Público da União, bem como sobre criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares (Constituição, art. 127, § 2).

Projetos de resolução, de decreto legislativo, emendas, indicações, requerimentos, recursos, pareceres e propostas de fiscalização e controle têm sua iniciativa reservada a deputados, comissões técnicas e à Mesa.

Quais as matérias cuja iniciativa legislativa é reservada privativamente ao Presidente da República?

A proposição de leis que fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas ou disponham sobre:

- criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração
- organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios
- servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade
- organização do Ministério Público e da Defensoria Pública e da União, normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios
- criação, estruturação e atribuições dos ministérios e órgãos da administração pública.

(Constituição, art. 61 § 1)

Se o deputado apresentar proposição de iniciativa reservada a outro Poder, ou sobre matéria estranha à competência legislativa da União,

da Câmara ou do Congresso Nacional, a Presidência deverá recusar o recebimento e devolver a proposição ao autor, cabendo recurso ao Plenário. Não ocorrendo a devolução, a proposição receberá parecer de inconstitucionalidade na Comissão de Constituição e Justiça.

Quais as comissões a que devem ser distribuídas as proposições?

As proposições devem ser distribuídas na seguinte ordem:

- às comissões competentes para se pronunciarem sobre o mérito, sendo no máximo três (Regimento Interno, art. 32);
- à Comissão de Finanças e Tributação, quando estiverem envolvidos aspectos financeiros e orçamentários públicos;
- à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em qualquer caso, para o exame de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, bem como para a adequação da redação, quando necessário.

Quando uma proposição envolve matéria de competência de mais de três comissões de mérito, deve ser analisada por uma comissão especial exclusivamente constituída para dar parecer sobre ela. Este parecer abordará não só os aspectos de mérito, mas também os de adequação financeira e orçamentária, se for o caso, e os de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e de redação da proposição.

Quando pode haver tramitação conjunta de proposições?

Quando a Mesa verificar que já existe em tramitação na Casa proposição da mesma espécie, tratando de matéria idêntica ou correlata. Neste caso, determina-se a apensação (sem incorporação) das proposições, que passam a tramitar em um único processo. No caso de tramitação conjunta, a proposição do Senado tem precedência sobre a da Câmara, e a mais antiga sobre a mais recente. Se a Mesa se omitir no momento da distribuição das proposições, o deputado pode requerer que determinada proposição seja apensada a outra.

DEPUTADOS

Quanto ganha um deputado federal?

A remuneração mensal é de R\$ 26.723,13 (Decreto Legislativo 805/2010). O subsídio leva em conta o comparecimento do parlamentar

às sessões deliberativas do Plenário, considerando o registro em todas as votações. As ausências não são descontadas caso o parlamentar se encontre em missão oficial no País ou no exterior e nos casos de doença comprovada por atestado de junta médica oficial, licença gestante, licença paternidade e acidente (Atos da Mesa 67/1997 e 23/1999). De acordo com a Constituição, o valor do subsídio é o mesmo para deputados federais e senadores (art. 49, inciso VII). Atualmente, foram equiparados aos subsídios dos ministros do Supremo Tribunal Federal, presidente e vice-presidente da República e ministros de Estado.

O parlamentar recebe nos meses de fevereiro e dezembro ajuda de custo equivalente ao valor da remuneração. A ajuda de custo destina-se à compensação de despesas com transporte e outras necessárias para comparecer à sessão legislativa. O pagamento da ajuda de custo também considera o número de dias em que o parlamentar exerceu o mandato. Em fevereiro, é observada a proporcionalidade dos dias de efetivo exercício do mandato nos 30 dias subsequentes à primeira assunção (Ato da Mesa 34/2009). Para receber a ajuda de custo relativa a dezembro, os deputados também precisam ter exercido no mínimo dois terços do mandato.

Navegue no portal: A presença dos deputados nas sessões do Plenário e das comissões está registrada na página de cada parlamentar no portal da Câmara, clique em "Deputados" e "Conheça os deputados". No caso de ausência, o motivo é relacionado.

Quanto o deputado é descontado por ausência nas sessões deliberativas?

O desconto é de cerca de R\$ 800 por sessão, variando de acordo com o número de sessões deliberativas no mês. O limite máximo é de R\$ 16.701,96 – o equivalente a 62,5% do salário do parlamentar. O cálculo do desconto é regulado pelo Ato da Mesa do Congresso, sem número, de 2003. O deputado perderá o mandato se faltar em 1/3 das sessões ordinárias (Constituição, art. 55, III).

Quantos dias de recesso os deputados têm por ano?

O número pode variar de acordo com o ano – como exemplo, em 2010 são 54 dias; em 2011, 53. A sessão legislativa é realizada de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro (art. 57 da Constituição Federal). As reuniões marcadas para essas datas são transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados,

domingos ou feriados. Nos anos em que os deputados tomam posse e/ou ocorre a eleição da Mesa Diretora, são realizadas sessões preparatórias em 1º de fevereiro (neste caso, a data deve ser obedecida mesmo se cair em um fim de semana).

Os deputados têm direito a recesso no período anterior às eleições?

Em países de todo o mundo, os parlamentos entram em recesso formal ou informal nesse período, para que deputados e senadores possam acompanhar o processo eleitoral, entrar em contato direto com os eleitores e firmar alianças que serão decisivas nas atividades legislativas. Esse recesso pode variar de duas a três semanas, como nos Estados Unidos e no Reino Unido, até seis a oito semanas, na Hungria e na Rússia. No Brasil, não há prazo regimental definido e o período pode variar segundo acordo entre as lideranças partidárias.

Como são definidas as viagens de deputados em missões oficiais?

As missões oficiais atendem a convites de Parlamentos de outros países, organismos internacionais com os quais a Câmara mantém acordos de cooperação e solicitações de comissões permanentes ou grupos temáticos. Todos os pedidos de viagens para o exterior deverão ser previamente autorizados pelo presidente da Câmara dos Deputados. Entre os organismos internacionais dos quais a Câmara faz parte estão o Parlamento do Mercosul (Parlasul), a Assembleia Parlamentar da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (APCPLP), a União Inter-Parlamentar (UIP), Confederação Parlamentar das Américas (Copa), o Fórum Parlamentar Ibero-Americano.

Navegue no portal: Todas as viagens em missão oficial estão relacionadas no link [Transparência](#), clique em "Viagens em Missão Oficial". Até 15 dias após o retorno da viagem, é possível acessar o relatório do deputado sobre as atividades desenvolvidas.

Qual o custo das viagens em missões oficiais?

As diárias devem ser utilizadas para cobrir os custos com hospedagem, transporte local e alimentação. O valor da diária é de 320 dólares, em países da América do Sul, e de 350 dólares, para outros países. Nas viagens nacionais, o valor é de R\$ 300 para capitais e cidades de mais de 200 mil habitantes e R\$ 250 para cidades com menos de 200 mil habitantes.

Será concedida metade do valor das diárias quando o afastamento não exigir pernoite; quando a Câmara dos Deputados fornecer o alojamento ou outra forma de hospedagem; no dia do retorno. As diárias são pagas antecipadamente, de uma só vez e no máximo cinco dias antes da data prevista de partida.

(Ato da Mesa nº 133, de 31/10/2002)

Qual o atendimento médico oferecido aos deputados?

A Câmara reembolsa apenas as despesas médico-hospitalares feitas pelos deputados, nunca de familiares e dependentes. Somente são reembolsadas despesas com cirurgia ou exames e tratamentos que não podem ser realizados no Departamento Médico da Casa, por razões técnicas ou insuficiência de meios, como falta de determinados aparelhos. Não são reembolsadas despesas com tratamento odontológico, acompanhantes, transportes, telefonemas e serviços extras de caráter pessoal.

Todas as despesas médicas são conferidas por uma junta médica de funcionários da Casa e ressarcidas de acordo com o valor de mercado. Os pagamentos também devem ser autorizados pela Mesa Diretora.

O sistema de reembolso, criado pelo Ato da Mesa 24/1983, tem custo anual de cerca de R\$ 3 milhões. Segundo estudo financeiro da Câmara dos Deputados, o sistema é mais vantajoso para a administração pública, pois seria mais caro pagar um plano de saúde que atendesse ao perfil dos parlamentares – média de idade acima dos 50 anos e alta rotatividade, com mudança de quase 50% dos deputados em cada eleição. Ainda assim, os deputados também têm a opção de se associar ao plano de saúde dos funcionários da Câmara, que tem cobertura familiar.

Ex-deputados não têm direito ao sistema de reembolso, mas podem optar por continuar pagando o plano de saúde com valor de mercado (Ato da Mesa 71/2011).

Quais são as regras para aposentadoria dos deputados?

As regras para aposentadoria dos deputados foram alteradas e ficaram mais rígidas. O Plano de Seguridade Social dos Congressistas, criado em 1997, é semelhante às regras previdenciárias do servidor público federal e exige 35 anos de contribuição e 60 anos de idade para concessão de aposentadoria, sem fazer distinção entre homens e mulheres. Em qualquer hipótese, o benefício será suspenso durante o exercício de mandato

eletivo federal. A aposentadoria como parlamentar também não pode ser acumulada com qualquer aposentadoria do serviço público.

Como eram as regras anteriores para a aposentadoria dos deputados?

O Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), criado em 1963 e extinto pela Lei 9.506 de 1997, permitia pensão proporcional do parlamentar após 8 anos de contribuição e 50 anos de idade, no percentual de 26% do subsídio parlamentar. O salário integral só seria devido depois de 30 anos de mandato.

COTA PARA EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PARLAMENTAR

Qual o valor da Cota para Exercício da Atividade Parlamentar?

Instituída pelo Ato da Mesa 43/2009, a Cota para Exercício da Atividade Parlamentar unificou a verba indenizatória (que vigorava desde 2001), a cota de passagens aéreas e a cota postal-telefônica. Visa ao custeio de despesas típicas do exercício do mandato parlamentar, não podendo ser vista como incremento dos subsídios pagos aos deputados, nem como aporte adicional de dinheiro em espécie. Permite, em última análise, que o deputado realize as ações necessárias ao legítimo exercício do seu mandato, sem que para tanto se veja obrigado a lançar mão de meios destinados à própria subsistência.

Como o preço das passagens varia de acordo com o estado do parlamentar, os valores da cota também têm variação, conforme a seguir:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	VALOR DA COTA
AC	33.516,34
AL	30.723,33
AM	32.711,89
AP	32.563,97
BA	29.259,38
CE	31.865,01
DF	23.033,13
ES	28.057,67
GO	26.606,13
MA	31.637,78
MG	27.049,62
MS	30.419,48
MT	29.575,29

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	VALOR DA COTA
PA	31.695,15
PB	31.547,57
PE	31.278,18
PI	30.744,29
PR	29.154,13
RJ	26.797,65
RN	32.077,21
RO	32.789,41
RR	34.258,50
RS	30.671,69
SC	29.915,86
SE	30.113,87
SP	27.769,62
TO	29.632,52

Quais despesas podem ser feitas com a cota?

A utilização dos recursos deve implicar tão somente exigências burocráticas imprescindíveis, permitindo a flexibilidade possível na realização dos gastos. São eles:

01. passagens aéreas;
02. telefonia;
03. serviços postais, vedada a aquisição de selos;
04. manutenção de escritórios de apoio à atividade parlamentar, compreendendo:
 - locação de imóveis;
 - condomínio;
 - IPTU;
 - serviços de energia elétrica, água e esgoto;
 - locação de móveis e equipamentos;
 - material de expediente e suprimentos de informática;
 - acesso à Internet;
 - assinatura de TV a cabo ou similar;
 - locação ou aquisição de licença de uso de software;
 - assinatura de publicações;
05. fornecimento de alimentação do parlamentar;
06. hospedagem, exceto do parlamentar no Distrito Federal;

07. locação ou fretamento de aeronaves, embarcações e veículos automotores;
08. combustíveis e lubrificantes, até o limite inacumulável de R\$ 4.500,00 mensais; serviços de segurança prestados por empresa especializada, até o limite inacumulável de R\$ 4.500,00 mensais;
09. contratação, para fins de apoio ao exercício do mandato parlamentar, de consultorias e trabalhos técnicos, permitidas pesquisas socioeconômicas;
10. divulgação da atividade parlamentar, exceto nos 180 dias anteriores à data das eleições de âmbito federal, estadual ou municipal.

Quais as restrições para utilização das despesas?

Não se admitirá a utilização da Cota para ressarcimento de despesas relativas a bens fornecidos ou serviços prestados por empresa ou entidade da qual o proprietário ou detentor de qualquer participação seja o deputado ou parente seu até o terceiro grau. Também não se admitirá o ressarcimento de despesa com locação de imóvel pertencente ao próprio Deputado ou a entidade de qualquer natureza na qual ele possua participação.

É vedado o reembolso de pagamento realizado a pessoa física, salvo na hipótese de locação de imóvel e no caso de locação ou fretamento de aeronave ou embarcação.

Não será objeto de ressarcimento a despesa efetuada com gêneros alimentícios ou aquisição de material permanente, de duração superior a dois anos.

Os contratos de locação de bens móveis não poderão conter cláusulas que admitam a possibilidade de aquisição do bem mediante utilização da cota. A locação de automóvel, com ou sem o fornecimento do serviço de motorista, só poderá ser prestada por empresa especializada, observada a vigência máxima de três meses, permitida a prorrogação por um único período.

A Cota não poderá ser antecipada, transferida de um beneficiário para outro, convertida em pecúnia ou associada, ainda que parcialmente, a outros benefícios, verbas ou Cotas.

Não serão permitidos gastos de caráter eleitoral. Nos 180 dias anteriores à data das eleições de âmbito federal, estadual ou municipal, não serão permitidos gastos com divulgação da atividade parlamentar.

Há limite de gasto para as despesas?

Apenas as despesas de combustíveis e serviços de segurança têm limite mensal, de até R\$ 4.500,00 por cada rubrica. Quando as despesas no mês ultrapassarem esse valor, a Câmara dos Deputados reembolsará apenas o limite.

O saldo da Cota não utilizado acumula-se ao longo do exercício financeiro, vedada a acumulação de saldo de um exercício para o seguinte. A cota somente poderá ser utilizada para despesas de competência do respectivo exercício financeiro.

Navegue no portal: Todas as despesas com cotas estão relacionadas no link Transparência, clique em “Cota para Exercício da Atividade Parlamentar”. As despesas de cada deputado estão relacionadas pelo mês em que o gasto foi realizado. Os parlamentares têm até 90 dias, após o fornecimento do produto ou serviço, para apresentar as notas fiscais necessárias ao reembolso. No site, as despesas aparecem relacionadas com tipo de gasto, nome e CNPJ do fornecedor, número da nota fiscal e valor reembolsado. Nas passagens aéreas, estão relacionados o nome da companhia aérea, nome do passageiro, data de emissão do bilhete, percurso e valor.

Deputados têm direito a valores adicionais?

Atribui-se o adicional de R\$1.244,54 ao valor da cota mensal do deputado que exerce o cargo de:

01. líder ou vice-líder de partido político, de bloco parlamentar ou da minoria;
02. líder ou vice-líder do governo na Câmara dos Deputados ou no Congresso Nacional, se deputado federal; ou
03. presidente ou vice-presidente de comissão permanente.

O exercício concomitante de mais de um dos cargos não implicará acumulação do adicional.

Também possui livre franquia o telefone de titularidade da Câmara dos Deputados instalado em imóvel funcional ocupado por integrante da Mesa, líder do governo na Câmara ou no Congresso Nacional, se deputado, ou líder de partido político, de bloco parlamentar ou da minoria.

Assessores também podem realizar despesas da cota?

São reembolsadas apenas as despesas de funcionários a serviço com passagens aéreas, hospedagem e locação de veículos. Para o reembolso

das passagens aéreas, as viagens de funcionários devem ser previamente autorizadas pela Terceira-Secretaria.

APARTAMENTOS FUNCIONAIS E AUXÍLIO MORADIA

Por que os deputados precisam de apartamentos funcionais?

A Câmara dos Deputados conta com representantes de todas as unidades da Federação, que para desempenhar sua função como parlamentares devem se reunir em Brasília. Por causa do mandato fixo de apenas quatro anos e do alto índice de renovação nas eleições, poucos deputados possuem residência própria na Capital Federal. No total, a Câmara dos Deputados dispõe de 432 apartamentos. Eles estão localizados na 302 Norte (9 blocos), 202 Norte (4 blocos), 311 Sul (3 blocos) e 111 Sul (2 blocos).

Por que a Câmara paga auxílio moradia aos deputados?

O auxílio moradia é pago aos deputados que não ocupam apartamentos funcionais. Quando os 432 apartamentos funcionais foram construídos, na década de 1970, a Câmara tinha apenas 420 deputados. Com a redemocratização nos anos 1980 e a criação de novos estados da federação, a representação parlamentar cresceu, chegando a 513 deputados, desde 1995 até então. Por isso, há mais deputados do que apartamentos funcionais.

Quais são as regras para ocupar um apartamento funcional?

O deputado deve estar em efetivo exercício do mandato. O imóvel se destina exclusivamente à residência do deputado ocupante e seus familiares, vedada a cessão ou transferência a terceiros. O ocupante que deixar de exercer efetivamente o mandato deverá devolver o imóvel no prazo de 30 dias – para deputados que não foram reeleitos, o prazo seria até o início de março. O mesmo deputado não pode ocupar mais de uma unidade residencial. Em caso de desistência, o imóvel será redistribuído de acordo com a ordem de inscrição do candidato na relação de pretendentes à moradia, elaborada pela Quarta-Secretaria. (Atos da Mesa 15/1979 e 5/2011)

Quais são as regras para receber o auxílio-moradia?

O auxílio-moradia se constitui no reembolso mensal de despesa comprovada com moradia ou estada do deputado no Distrito Federal. A despesa

deve ser comprovada por nota fiscal do estabelecimento hoteleiro, referente à diária do hotel, ou recibo emitido pelo locador do imóvel objeto do contrato de locação (Ato da Mesa 34/92). O valor do auxílio moradia é de até R\$ 3 mil. Quando o ressarcimento é feito em espécie são descontados R\$ 825, o correspondente a 27,5% de Imposto de Renda na Fonte.

Por que a Câmara dos Deputados decidiu reformar os apartamentos funcionais?

A reforma está sendo feita para aumentar a taxa de ocupação dos imóveis. Até meados da década de 1990, quando a idade dos apartamentos passava da faixa de 20 anos, a taxa de ocupação sempre se manteve acima de 80%. Após o ano 2000, quando a integridade dos edifícios dava sinais de exaustão, os índices de ocupação ficaram abaixo dos 70%, chegando a 50% em 2006. No fim de 2010, havia 243 apartamentos ocupados dos 264 imóveis nos 11 blocos que estão em funcionamento – taxa de ocupação de 92%.

Nos últimos quatro anos, os gastos com manutenção do conjunto de imóveis foram em média de R\$ 7,5 milhões ao ano – o equivalente a um custo mensal de R\$ 2.630 por deputado ocupante. As despesas devem baixar significativamente com a conclusão da reforma e o aumento da ocupação dos apartamentos funcionais.

A reforma envolve seis blocos da quadra 302 Norte – F, G, H, I, A e B –, com o total de 144 apartamentos que serão entregues neste ano.

GABINETES E INSTALAÇÕES

Qual o tamanho da Câmara dos Deputados?

O complexo principal, que compreende Edifício Principal e anexos I, II, III e IV, tem 150 mil metros quadrados de área construída. O conjunto compreende 3,4 mil salas. Além das áreas administrativas e legislativas, existem nos edifícios agências bancárias, restaurantes, lanchonetes, bancas de revista, agência dos Correios, barbearia, áreas de exposição, entre outras, que garantem a vitalidade e o funcionamento do espaço.

A Câmara também cuida de cerca de 210 mil metros quadrados de área verde, o equivalente a 21 campos de futebol. Desse total, 140 mil metros quadrados são compostos pelos gramados em torno do Palácio do Congresso Nacional (Edifício Principal), pelo jardim de palmeiras imperiais próximo à Praça dos Três Poderes e por outras áreas circundando

os demais anexos e edifícios. Também contam os espaços verdes nas Superquadras 202 e 302 Norte e 111 e 311 Sul, onde estão os blocos dos apartamentos funcionais ocupados pelos deputados federais.

Desde novembro de 2008, dentro das comemorações dos 20 anos da Assembleia Nacional Constituinte, a Câmara incorporou mais 70,8 mil metros quadrados de área verde ao adotar o Parque Multiuso Bosque dos Constituintes, localizado próximo à Praça dos Três Poderes.

Quantas pessoas transitam pela Câmara?

A Câmara recebe em média 20 mil pessoas por dia, incluindo funcionários, visitantes e representantes de grupos organizados – população superior às de mais de 74% dos municípios brasileiros. O número varia de acordo com o tema das propostas que estão sendo discutidas, podendo chegar a 26 mil pessoas nas terças e quartas-feiras, quando o Plenário vota matérias mais polêmicas. A Câmara oferece serviço de visita guiada para turistas e escolas, chegando a atender 1,7 mil visitantes em dias de maior movimento. A visita funciona também nos fins de semana e feriados.

Quais as regras para acesso ao Salão Verde?

No Salão Verde, em dias de sessão, só é permitida a entrada de pessoas com traje de passeio: terno, gravata, vestido, saias, calças femininas e blazer (Ato da Mesa 63/1980). Jeans e tênis, só quando não houver sessão.

Quantos computadores a Câmara possui?

A Câmara dos Deputados conta com 8,5 mil computadores. A cada quatro anos, parte dos equipamentos é renovada, mediante licitação, para manter a atualização tecnológica de acordo com o padrão do mercado. Os visitantes têm à disposição terminais para consultar a tramitação das propostas e ter acesso a outras informações. Desde 2003, a Câmara vem realizando doações das máquinas desatualizadas para prefeituras, câmaras municipais, hospitais e escolas públicas, Santas Casas, Apaes e entidades assistenciais.

O deputado tem direito a gabinete?

É assegurado ao deputado um gabinete nas dependências da Câmara dos Deputados e uma vaga de estacionamento. Os gabinetes são equipados e mobiliados segundo padrão adotado pela Câmara dos Deputados, podendo ser modificados para atender necessidades especiais, mediante

parecer técnico do órgão competente e autorização do Primeiro-Secretário. Cada gabinete tem uma impressora, três computadores, uma TV, um aparelho de fax e cinco linhas telefônicas, incluído o fax (Portaria 70/1999).

O deputado não reeleito deve devolver o gabinete e a credencial de estacionamento até o dia 30 de janeiro do 1º ano da nova legislatura.

Os gabinetes do anexo IV têm 39 a 40 metros quadrados e dispõem de banheiros individuais, enquanto os do anexo III têm 33,7 metros quadrados, não têm banheiros e estão instalados em um prédio onde não há elevadores.

O deputado também pode optar por manter escritório em seu estado. As despesas com sua manutenção – aluguel, água e luz, telefone, etc. – devem ser cobertas pela Cota para Exercício da Atividade Parlamentar.

Quais são as regras de distribuição dos gabinetes de deputados?

Os gabinetes são distribuídos por sorteio, realizado antes da posse dos deputados. O titular reeleito tem o direito de permanecer em seu gabinete original, ainda que ocupado por suplente. Além dos reeleitos, estarão dispensados do sorteio os deputados incluídos nos critérios abaixo, segundo a ordem de preferência estabelecida:

01. ex-presidentes da Câmara dos Deputados;
02. pessoas com dificuldades de locomoção ou com necessidades especiais, comprovadas mediante laudo atestado pelo Departamento Médico desta Casa;
03. pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;
04. mulheres;
05. titulares da Legislatura vigente;
06. suplentes eleitos que tenham exercido o mandato na Legislatura vigente por período igual ou superior a 365 dias;
07. ex-congressistas que tenham exercido mandato como Titulares;
08. o cônjuge, pai, filho ou irmão de Titular não reeleito da Legislatura vigente.

Em caso de empate em cada critério, terá preferência o Deputado mais idoso entre os de maior número de legislatura.

(Ato da Mesa 88/2006)

Quanto o deputado pode utilizar de gráfica, reprodução de documentos e material de expediente?

A cota, não cumulativa e intransferível, é destinada à impressão de trabalhos gráficos relativos à atividade parlamentar: separatas de

discursos, projetos, pareceres e trabalhos que contenham legislação ou textos ligados à atuação do deputado ou de interesse público; pastas para transportes de avulsos; cartões destinados à apresentação pessoal e de cumprimentos e os de expediente para gabinetes, todos em formato padrão, com o nome do deputado; blocos e folhas para ofício personalizados.

Os limites máximos de impressão, por Sessão Legislativa Ordinária, são os seguintes:

01. 4 mil exemplares impressos de até 50 páginas para separatas, podendo variar a tiragem de acordo com o aumento ou a redução do número de páginas
02. 1 mil exemplares de pastas para avulsos; duas mil folhas de papel ofício personalizadas; 50 blocos personalizados de 100 folhas, além dos seguintes cartões:
 - de apresentação (9cm x 5cm), 5 mil exemplares;
 - de cumprimentos (10cm x 7cm), 2 mil exemplares;
 - de gabinete, simples (10cm x 15cm), 5 mil exemplares;
 - de gabinete, duplo (20cm x 15cm ou 10cm x 30cm), 1 mil exemplares.

Cada deputado poderá solicitar a reprodução ou a multiplicação de documentos, respeitado o limite mensal de:

01. até 15 mil cópias, tamanho A4
02. até 2 mil cópias, tamanho 105x148mm
(Ato da Mesa 65/1997; Ato da Mesa 62/2005)

Quais são as regras para utilização de correio eletrônico?

São três caixas postais eletrônicas: pessoal, institucional e política. O serviço de correio eletrônico é instrumento de apoio exclusivo às atividades legislativas e administrativas da Câmara dos Deputados.

As caixas postais políticas e institucionais têm como responsável a pessoa designada pelo respectivo deputado; as institucionais são destinadas à comunicação oficial com gabinetes parlamentares e unidades administrativas; as políticas, destinadas à comunicação da sociedade com os deputados federais. A caixa postal pessoal é intransferível e de uso exclusivo do seu titular.

Quantos funcionários trabalham na Câmara?

De acordo com os números de agosto de 2010, são 3.596 servidores concursados; 1.339 cargos de natureza especial (CNEs); e 11.125 secretários parlamentares.

Os servidores fazem jus a 30 dias consecutivos de férias, que podem ser acumulados até o máximo de dois períodos.

Os secretários parlamentares e CNEs não pertencem ao quadro efetivo da Câmara. Em caso de exoneração, eles têm direito a saldo de férias e saldo do 13º salário (proporcional ao ano). Não têm direito a aviso prévio e a aposentadoria é regida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

Qual o salário dos funcionários da Câmara?

Para secretários parlamentares, varia de R\$ 601,08 a R\$ 8.040,00, sendo que as contratações devem somar no máximo o limite de R\$ 60 mil mensais por gabinete. Para servidores, de R\$ 3.185,54 a R\$ 17.352,53. Para CNEs, de R\$ 2.603,44 a R\$ 12.000,00.

Navegue no portal: Para acessar as tabelas de remuneração de servidores, CNEs e secretários parlamentares, bem como para verificar sua lotação, clique em "Transparência", "Recursos Humanos" e "Quadro de Pessoal e Estrutura Remuneratória da Câmara dos Deputados"

Quantos funcionários o deputado tem à disposição?

Cada gabinete pode contratar entre 5 e 25 secretários parlamentares, que prestam serviços de secretaria, assistência e assessoramento direto e exclusivo nos gabinetes dos deputados, em Brasília ou nos estados. No total, a Câmara dispõe de quase 11 mil secretários parlamentares, o que corresponde a uma média de 21 por gabinete. A indicação para os cargos e a fixação dos respectivos níveis de retribuição são feitas pelo parlamentar (Ato da Mesa 72/1997). São proibidas quaisquer contratações de caráter particular para prestação de serviços nas dependências da Câmara dos Deputados.

Quais as atividades desempenhadas pelos secretários parlamentares?

Entre outras funções, estão previstas:

01. coordenar atividades administrativas

02. dirigir equipe de servidores, de acordo com orientação do parlamentar
03. tratar de assuntos relativos à contratação, exoneração, frequência, férias
04. redigir ofícios e correspondências
05. cuidar das emissões e reservas de passagens aéreas
06. elaborar minutas de matérias legislativas, como proposições, pareceres, votos, requerimentos, recursos, emendas
07. elaborar pronunciamentos
08. prestar assistência a autoridades em compromissos oficiais
09. assessorar o parlamentar nas reuniões de comissões, audiências públicas e outros eventos
10. acompanhar matérias legislativas e publicações oficiais de interesse do parlamentar
11. controlar o material de expediente
12. administrar caixa postal eletrônica
13. operar programas informatizados
14. manter banco de dados
15. digitar textos e documentos
16. cuidar da agenda do parlamentar
17. redigir ofícios e correspondências
18. receber e abrir correspondências
19. receber, orientar e encaminhar o público
20. conduzir veículos
21. atender telefone
22. cumprir outras atividades de apoio inerentes ao exercício do mandato parlamentar

Anotações

Anotações

Anotações

Escultura de bronze, sem título, de Alfredo Ceschiatti
Foto:Saulo CRuz



**RESPONSABILIDADE SOCIAL,
TRANSPARÊNCIA
E CIDADANIA**

Paralelamente à missão constitucional de produzir leis, representar o povo e fiscalizar o Governo, a Câmara dos Deputados preocupa-se em desenvolver programas que estimulem o uso racional dos recursos, a preservação do meio ambiente, a inclusão social, a formação para o trabalho e a educação para a cidadania, esta última especialmente entre crianças e jovens. Igualmente importante tem sido a adoção de ferramentas que garantem a total transparência na administração da Casa, permitindo que o cidadão acompanhe cada gasto do Orçamento ou processo de compra e licitação.

Acervo

Acessibilidade

Bosque dos Constituintes

Ecocâmara

e-Democracia

Educação Legislativa e Estágios

Fiscalize o Orçamento

Plenarinho

Programa de Apoio ao Trabalho do Adolescente

ACERVO

O acervo do Museu da Câmara constitui-se de mobiliário e peças decorativas oriundos de suas sedes, obras de arte, presentes oficiais doados por autoridades em visita à Instituição, condecorações e moedas comemorativas, entre outros. A Câmara dos Deputados possui uma área de preservação e restauração de obras de arte, tais como livros, documentos, quadros e esculturas

Somente em 2009, os colaboradores da Seção de Conservação e Restauração higienizaram aproximadamente 700 mil páginas de livros pertencentes ao acervo de Obras Raras, além de vários manuscritos datados a partir de 1823.

Atualmente, a equipe é constituída por sete restauradores, com formação em diversas áreas, como Química e Belas Artes, e oito auxiliares de conservação e restauração. Além desses, foram contratadas 8 pessoas com deficiência intelectual para trabalhar na higienização e limpeza do acervo bibliográfico. A iniciativa resulta de parceria entre a Câmara e a Apae-DF.

Conheça abaixo alguns dos principais artistas com obras na Câmara dos Deputados:

OSCAR NIEMEYER

Arquiteto brasileiro nascido em 1907, no Rio de Janeiro. Autor do projeto do Palácio do Congresso – sua obra preferida –, além da maioria dos palácios e edifícios originais de Brasília. Além disso, na Câmara pode ser visto um lado de sua produção artística. São dele as poltronas, sofás e banco em couro preto, com base de madeira laqueada de verde e mesa de centro, confeccionados entre 1977 e 1978, situados no Salão Nobre. Também projetou a mesa baixa, quadrada, com tampo de cristal e pés em aço inoxidável, confeccionada entre 1976 e 1977 e situada no Salão Nobre, além das poltronas e bancos estilo Paris, confeccionadas em couro e localizadas no Salão Verde.

ATHOS BULCÃO

Nasceu no Rio de Janeiro, em 1918, mas foi o único dos artistas da equipe de Oscar Niemeyer a adotar Brasília como lar, onde morreu em 2008. Prestou intensa colaboração aos projetos do arquiteto, com sua obra presente em vários prédios públicos. A Câmara dos Deputados é uma das principais colecionadoras da obra de Athos Bulcão, com nove de seus trabalhos. Entre os principais estão:

01. Painel em mármore branco e granito negro (23,94m comp. x 4,65m alt.), sem título, Salão Negro, 1960
02. Painel em madeira laqueada azul, composto por peças de madeira, sobrepostas vertical e horizontalmente (13,5m x 4,9m), sem título, Salão Nobre, 1977
03. Painel Ventania, de azulejos modulados azuis e brancos no jradim interno do Salão Verde (1.200 metros quadrados), remete às paredes de azulejos portugueses, tão frequentes nas cidades coloniais brasileiras. Salão Verde, 1971

04. Muro escultórico em madeira laqueada verde escura (10,44m x 2,16m x 25 cm). Obra formada pela combinação de um único módulo vazado montado em diferentes posições. Salão Verde, 1976
05. Paineis em metal e placas esmaltadas em amarelo e verde (10m x 2,15m), Plenário Ulysses Guimarães, 1985.

MARIANNE PERETTI

Nasceu em Paris, em 1927, de mãe francesa e pai brasileiro. Veio para o Brasil em 1953 e destacou-se na criação de vitrais, esculturas e relevos para edifícios públicos e residências particulares, no Brasil e na França. São dela:

01. Araguaia - painel de vidro temperado gravado com desenho e peças retidas por parafusos de aço (13m x 2,2m), Salão Verde, 1980
02. Pasiphae - painel de vidro artesanal nas cores branco fosco, transparente marrom e partes de cristais brancos (5,5m x 5,07m), Salão Nobre, 1979

DI CAVALCANTI

Nasceu em 1897, no Rio de Janeiro, e morreu em 1976. Idealizador da Semana de Arte Moderna no Brasil, o artista conhecido internacionalmente tem vasta obra que compreende murais, pinturas e tapeçarias. Segundo Mário de Andrade, "é o mais exato dos pintores nacionais". É dele o mural em óleo sobre tela, sem título, que compõe a parede de fundo do Salão Verde (1960).

ALFREDO CESCHIATTI

Escultor ítalo-brasileiro (1918-1989), autor de "As banhistas" – em frente ao Palácio da Alvorada –; "A Justiça" – defronte do Supremo Tribunal Federal, na Praça dos Três Poderes –; os anjos e os profetas que ornamentam a parte interior e exterior da Catedral Metropolitana de Brasília, respectivamente.

Na Câmara, é dele a escultura de bronze (1,80m x 1,50m), que faz parte dos estudos para confecção dos anjos da Catedral. Sem título, Salão Verde, 1977.

ACESSIBILIDADE

A Câmara dos Deputados vem percorrendo um longo caminho para se tornar acessível a todas as pessoas. Desde 2004 foi criado o Programa de Inclusão Social de Pessoas com Deficiência, atualmente denominado Programa de Acessibilidade da Câmara dos Deputados, com base na legislação federal vigente e em uma série de princípios e recomendações.

As equipes que trabalham no Programa realizaram diversas adaptações na Câmara para atender às necessidades das pessoas com deficiência motora, sensorial e intelectual, eliminando barreiras arquitetônicas, atitudinais e de comunicação, além de capacitar funcionários que atuam no atendimento a esse público.

Com isso, contribui-se para eliminar preconceitos, combater as desigualdades sociais, disseminar o respeito às diferenças e tornar a Câmara um exemplo de responsabilidade social na Administração Pública.

A Câmara já possui uma boa estrutura para receber as pessoas com deficiência e atender a suas necessidades. Dentre as ações realizadas estão:

01. sanitários reformados e adaptados nos prédios que compõem o complexo arquitetônico da Casa;
02. plenários de Comissões reformados e adaptados;
03. tribuna acessível no Plenário Ulysses Guimarães;
04. meios-fios rebaixados;
05. sinalização visual e em braille;
06. apartamentos funcionais e gabinetes adaptados aos deputados que possuem deficiência;
07. corrimãos nas escadas, alguns sinalizados em braille;
08. vagas reservadas nos estacionamentos em atendimento à legislação;
09. equipamentos de tecnologia assistiva disponíveis (plataformas elevatórias, terminais de auto-atendimento, impressora braille, cadeiras de rodas e triciclos motorizados para visitantes);
10. ônibus adaptado na frota de veículos;
11. palestras de sensibilização e cursos de capacitação para funcionários;
12. páginas do Portal da Câmara na Internet acessíveis;
13. leis em formato áudio disponíveis na Internet;
14. maquete tátil do Congresso Nacional para visitantes;

15. sessões plenárias e diversos programas da TV Câmara transmitidos com interpretação de Libras (Língua Brasileira de Sinais) e legenda oculta;
16. prestação de serviços de higienização de livros no Centro de Documentação e Informação por alunos da Apae-DF.

BOSQUE DOS CONSTITUINTES

A Câmara dos Deputados adotou o Parque Bosque dos Constituintes em 2008, nas comemorações dos 20 anos de promulgação da Constituição Federal. Com 70 mil metros quadrados, o espaço fica localizado ao lado da Praça dos Três Poderes.

A Constituição de 1988 foi a primeira na história do Brasil a incluir um artigo inteiramente dedicado à proteção ao meio ambiente, o 225. Para celebrar este feito, os parlamentares constituintes realizaram o plantio de 600 árvores. Com a adoção do espaço, em 2008, a Câmara está revitalizando o bosque, com o plantio de novas árvores e o projeto de construção de ciclovias e bicicletário, praças e jardins temáticos, além de uma calçada projetada por Athos Bulcão.

O Parque Bosque dos Constituintes tornou-se o lar de grande número de aves, inclusive migratórias. Até o momento, foram identificadas e fotografadas 55 espécies diferentes vivendo ali. Tornou-se, assim, local para preservação das aves que habitam o cerrado.

ECOCÂMARA

O Núcleo de Gestão Ambiental da Câmara dos Deputados (EcoCâmara) foi criado em 2003 para promover de forma integrada a gestão socioambiental incentivando, orientando e consolidando as ações sustentáveis para a preservação do meio ambiente. Os projetos estão divididos em áreas temáticas.

Novas Tecnologias Hídricas e Energéticas

O Ecocâmara conseguiu reduzir em 17% o consumo de energia elétrica e 20% o de água, gerando economia anual de R\$ 4 milhões e R\$ 1 milhão, respectivamente. O programa de eficiência energética consiste na troca de lâmpadas, instalação de banco de capacitores, modernização de circuitos elétricos, programa de desligamento para ar condicionado,

computadores e iluminação, envolvendo campanha de conscientização dos funcionários. A economia também é obtida com reaproveitamento da água do espelho d'água do Congresso, equipamentos para detectar vazamentos e instalação de filtros, para substituir garrafas.

Arquitetura e Construção Sustentável

O prédio do Centro de Formação da Câmara (Cefor) foi totalmente projetado para garantir eficiência energética e de utilização de água. Técnicas de construção sustentável também são adotadas nas reformas de anexos e apartamentos funcionais. Em 2008, a Câmara promoveu o Concurso Nacional de Ideias para Estudantes de Arquitetura, que teve 118 inscritos com projetos de sustentabilidade em edificações públicas.

Área Verde e Proteção à Fauna,

01. usina de compostagem que reaproveita borras de café para utilização nos jardins
02. viveiro que planta sementes de árvores da Câmara
03. plantio de espécies nativas, com baixo consumo de água

Gestão de Resíduos Perigosos

O Departamento Médico da Câmara dos Deputados (Demed) já é referência no gerenciamento de resíduos de saúde. O programa de gestão adotado conseguiu reduzir os altos custos com incineração de materiais, tanto econômicos quanto ambientais, ao diminuir a quantidade de resíduos incinerados de 2 toneladas por mês para apenas 300 quilos. No modelo desenvolvido pela Câmara, apenas os materiais com risco de contaminação, cerca de 15%, vão para o incinerador. Antes do plano, todo o resíduo gerado no setor era considerado da área de saúde. Em 2006, a Câmara apresentou o programa de gestão de resíduos em audiência pública realizada pelo Ministério Público para debater os problemas com a incineração de lixo no Distrito Federal. Na ocasião, o Ministério Público recomendou que o plano fosse adotado em outros hospitais. Depois, o programa já foi apresentado para órgãos de governo com serviço médico, o Hospital de Base, Hospital Brasília, Hospital Santa Luzia, entre outras instituições de saúde.

Coleta Seletiva e Responsabilidade Social

A Câmara dos Deputados formalizou em 2004 convênio com a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Brasília (Brascicla), visando beneficiá-los com a doação dos materiais recicláveis e apoiando o fortalecimento e constituição da entidade conveniada. Por semana são processadas quase 4 toneladas de papel e 500 quilos de plástico, entre outros materiais.

O programa ainda introduziu a prática de reaproveitamento de papel, impressão em dupla face e “desmaterialização de processos”, que visa eliminar o uso de papéis com a adoção de ferramentas na intranet.

Os prédios administrativos da Câmara produziram no ano passado 112,2 toneladas de lixo por mês, dos quais 53,11% foram doados à Cooperativa de Reciclagem, Trabalho e Produção (Cortrap).

Outra iniciativa foi a criação de um “sebo”, para coletar e doar livros usados para bibliotecas ou alunos carentes.

e-DEMOCRACIA

O Programa de Democracia Eletrônica é um canal de interação entre o Parlamento e a sociedade brasileira. O objetivo do programa é ampliar o diálogo em torno de temas em debate na Câmara dos Deputados. Para isso, são utilizadas ferramentas digitais disponíveis na internet. Entre as ações e projetos destaca-se o Portal e-Democracia, que possibilita a participação da sociedade no processo legislativo e de fiscalização e controle, por meio da internet. O e-Democracia é composto por comunidades virtuais sobre temas específicos, que podem ser projetos de lei ou políticas públicas. Cada comunidade agrega ferramentas digitais como fóruns de discussão, chats, enquetes, siki, calendário de eventos, notícias e uma biblioteca virtual com estudos, legislação, proposições e outras informações sobre o tema.

A criação de comunidades virtuais no Portal e-Democracia pode acontecer tanto a partir da solicitação dos deputados quanto por indicação dos internautas que são membros do Portal.

EDUCAÇÃO LEGISLATIVA E ESTÁGIOS

Sob a coordenação da Diretoria de Recursos Humanos, o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (Cefor) planeja e executa as atividades relacionadas à educação legislativa, bem como ao recrutamento, seleção e desenvolvimento de pessoas na Câmara dos Deputados.

Em relação à educação legislativa, destacam-se as ações voltadas ao aperfeiçoamento da relação da instituição Câmara dos Deputados com a sociedade, tendo em vista ser a função representativa a essência do Poder Legislativo. Nesse campo, são apresentados programas com participação direta da população, como por exemplo o Parlamento Jovem Brasileiro, o Estágio-Visita, o Escola na Câmara. Cabe destacar os cursos que, desenvolvidos na modalidade a distância (ead), permitem a participação de todo cidadão interessado, sem qualquer custo. Também o programa de pós-graduação alcança a sociedade, seja por intermédio de grupos de pesquisa, de publicações ou dos próprios cursos de especialização.

Programa Parlamento Jovem Brasileiro e Programa Estágio-Visita de Curta Duração: Instituídos por Atos normativos internos e dirigidos a estudantes de nível médio e universitário de todo o País, possibilitam a participação em atividades que proporcionam o conhecimento das rotinas dos trabalhos parlamentares e do funcionamento da Casa.

Seminários de Interação Legislativa: São realizados em pólos regionais de todos os estados brasileiros e agregam públicos de servidores de outros órgãos do Poder Legislativo, vereadores e deputados estaduais, visando à disseminação de diversos conhecimentos próprios do Legislativo. Esses eventos também são realizados com o objetivo de promover o alinhamento da legislação federal no âmbito estadual e municipal.

Programa de Visitação Pedagógica: É dirigido a jovens estudantes do ensino médio das escolas da rede de ensino do DF e busca possibilitar o acesso a conhecimentos relacionados ao funcionamento da Câmara dos Deputados e sobre a forma de atuação de seus representantes, dando cumprimento às diretrizes estratégicas relacionadas à qualidade no atendimento, à prestação de serviços e à divulgação de informações ao público em geral, bem como às metas organizacionais de fortalecimento e consolidação da imagem institucional perante a sociedade por meio do incentivo à participação democrática e ao exercício da cidadania.

FISCALIZE O ORÇAMENTO

A Câmara dos Deputados mantém disponível o sistema Fiscalize (na página da Transparência no portal www.camara.gov.br), tendo por fonte dados do Siafi, que possibilita consultas à execução orçamentária e financeira da União.

Na parte relativa ao “Cidadão” são apresentados relatórios pré-elaborados para proporcionar uma visão geral dos gastos do governo federal.

Na parte relativa às “Transferências da União” para Unidades da Federação e Municípios, é apresentada consulta detalhada (ex.: FPM/FPE, merenda escolar, saúde, transferências voluntárias, etc.), para cada Município ou Estado/DF favorecido, contendo a relação das transferências da União, com dados mensais e acumulados.

Em “Relatórios específicos”, é possível elaborar consultas que combinem níveis diferentes de agregação das despesas orçamentárias (ex.: despesas por órgão, por função, por programa) com o uso de filtros de variáveis. Tratam-se, basicamente, de novos relatórios, implementados em ambiente web, que se somam aos já existentes relatórios da execução orçamentária em banco de dados Access, que continuam disponíveis para download.

PLENARINHO

O programa Plenarinho é voltado para difusão de valores de cidadania e formação política entre o público infantil, com site próprio na internet: www.plenarinho.gov.br Entre suas iniciativas está a promoção da Câmara Mirim, programa educativo que simula uma sessão ordinária da Câmara dos Deputados. No dia do evento, alunos do ensino fundamental fazem o papel de deputados mirins e apresentam, debatem e votam três projetos de lei selecionados entre todos os projetos enviados pelas crianças. O evento dura aproximadamente 3 horas.

PROGRAMA DE APOIO AO TRABALHO DO ADOLESCENTE

Com o intuito de encontrar formas próprias e eficazes de atuar em parceria com a comunidade na construção do bem-estar comum e de

uma sociedade mais justa e igualitária, a Câmara dos Deputados criou o Programa de Apoio ao Trabalho do Adolescente — Pró-Adolescente no ano de 1993.

A essência do Programa Pró-Adolescente é a inclusão social pelo trabalho tendo como finalidade oferecer ao jovem a oportunidade de desenvolver o aprendizado por meio do contato com novas tarefas, obter qualificação especializada, auxiliar o aumento da renda familiar e, sobretudo, ampliar os seus horizontes para abraçar uma atividade profissional e até mesmo uma carreira. O Pró-adolescente conta com 418 jovens (adolescentes com 15 anos, oriundos de famílias com renda per capita igual ou inferior a 1/2 salário mínimo, matriculados em escola pública e cursando a partir da 7ª série do Ensino Fundamental e residentes no DF) que trabalham de segunda à sexta-feira, com jornada de trabalho de 4 horas diárias, nos horários da manhã (8h30 às 12h30) ou da tarde (14 às 18 horas). Os adolescentes recebem 1(um) salário mínimo, vale-transporte de acordo com o local de residência, vale-alimentação, crachá de identificação e uniforme (camiseta branca personalizada).

O adolescente é admitido no programa como aprendiz, de acordo com a Lei 10.097/2000, e desenvolve qualificação em atividades de naturezas diversas, sendo oferecida capacitação nas áreas de atendimento ao público presencial e telefônico, noções de secretariado, técnicas de recepção, arquivamento e protocolo e cursos na área de informática. O adolescente ainda pode desfrutar de conhecimento das responsabilidades orgânicas de uma grande Instituição e principalmente do acompanhamento *in loco* do Processo Legislativo Brasileiro.

O Programa opera por meio de um contrato celebrado entre a Câmara dos Deputados e uma Instituição sem fins lucrativos, sendo esta atualmente o Centro Salesiano do Menor — Cesam, responsável pelo processo de inscrição, seleção e contratação dos adolescentes para a Câmara dos Deputados e, também, pelo acompanhamento psicopedagógico dos participantes do Programa.

Anotações

Anotações

Anotações

Painel Araguaia, de Marianne Peretti
Foto:Saulo Cruz



GUIA DO PORTAL DA CÂMARA
(www.camara.gov.br)

Acessibilidade

O portal da Câmara pode ser usado por portadores de deficiência visual. Todas as cerca de 30 mil páginas estão disponíveis em áudio para quem instalar um *software* de leitura de tela, encontrado gratuitamente na internet.

Para ter acesso ao conteúdo do sítio pelo sistema de áudio do computador é preciso instalar um dos programas “leitores de tela”, como o DosVox, *software* livre que pode ser baixado na página da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Existem também outros equivalentes disponíveis no mercado. O computador deve estar ainda equipado com sistema multimídia. Dessa maneira, o usuário pode navegar no sítio usando a tecla TAB no lugar do *mouse*.

Acompanhamento da tramitação de projetos

Ao abrir as páginas com informações relativas à tramitação dos projetos (a partir do item “acompanhamento de proposições”, na página inicial), o internauta pode se cadastrar para receber, por e-mail, informações a respeito do andamento da proposição escolhida, sempre que houver alterações na tramitação.

Agenda das comissões

Clicar em “Agenda”, página inicial, à esquerda, e, em seguida, em “Comissões”.

Agenda do Plenário

Clicar em “Agenda” (página inicial, à esquerda) e, em seguida, em “Plenário”.

Agenda do presidente da Câmara

Basta clicar em “Presidência”, no menu direito da página inicial, e depois em “Agenda”, no menu à esquerda.

Atos da Mesa

Para pesquisar os Atos da Mesa, o internauta deve acessar “Atividade legislativa” (página inicial, menu superior), clicar em “Legislação”, escolher “outros tipos” no item “Tipo de norma” e, em seguida, selecionar “Atos da Mesa”.

Áudio e vídeo

O portal da Câmara disponibiliza o áudio e vídeo das sessões do Plenário e da maioria das reuniões de Comissões. Basta entrar no item *“Atividade legislativa”*, na página inicial, e acessar *“Webcâmara”*.

Bancadas dos partidos

Entrar em *“Deputados”* (página inicial, menu superior) e, em seguida, em *“Lideranças e Bancadas”*, no menu à esquerda.

Boletim Eletrônico

O Boletim Eletrônico é um serviço da Agência Câmara destinado a qualquer pessoa que tenha interesse em receber, via e-mail, notícias setoriais a respeito de temas de seu interesse em tramitação na Câmara. É um serviço gratuito. Basta cadastrar-se para saber o que acontece nas comissões, reuniões e no plenário da Casa. Para isso, o usuário deve, na página inicial, clicar em *“notícias”*, no menu superior, clicar em *“Agência Câmara”* e, em seguida, em *“Boletim eletrônico”*, na parte superior esquerda da página.

Comissão Mista de Orçamento

Na página inicial, no menu superior, clicar em *“Atividade Legislativa”*, *“Comissões”* e escolher *“Comissão Mista de Orçamento”*. Nessa página é possível consultar os destaques e os votos apresentados à Lei Orçamentária, as proposições em fase de emendas (inclusive Medidas Provisórias), o quadro de tramitação das Medidas Provisórias, os avisos do TCU, os relatórios apresentados à Comissão por relatores (inclusive de medidas provisórias), emendas apresentadas e aprovadas, o quadro da tramitação dos projetos de lei, a proposta orçamentária do ano em vigor, os resultados das reuniões, as leis orçamentárias anteriores, as atas de reuniões e as notas taquigráficas.

Comissões

O portal da Câmara oferece informações completas e atualizadas a respeito da agenda e do resultado de reuniões das comissões, com as respectivas pautas. Basta entrar, no menu superior da página inicial, em *“Atividade Legislativa”* e escolher *“Comissões”*. Depois o usuário pode escolher uma das seguintes opções: *“Comissões Permanentes”*, *“Comissões Temporárias”* (como CPIs, comissões externas, especiais e grupos de

trabalho) e “*Comissões Mistas*” (formadas por deputados e senadores, como a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização).

Essa página tem opção de pesquisa sobre a ordem do dia e as reuniões anteriores das comissões. Avançando na pesquisa, é possível ainda pesquisar os membros das comissões, presidentes e as páginas de cada uma delas, com informações mais detalhadas, até mesmo o áudio das reuniões e os resultados.

Constituição Brasileira

É possível acessar a Constituição Federal, bastando para isso clicar em “*Atividade Legislativa*”, no menu superior da página inicial, e, em seguida, em “*Legislação*”.

Contratos

Para obter as principais informações relativas a todos os contratos celebrados pela Câmara, clique em “*Transparência*”, no menu superior da página inicial, escolha “*Licitações e Contratos*”, e, depois, “*Contratos*”.

Cota para Exercício da Atividade Parlamentar

Para consultar a cota para exercício da atividade parlamentar, que desde 2009 cobre as despesas anteriormente custeadas pela Cota de Transporte Aéreo, Cota Postal-Telefônica e Verba Indenizatória, o usuário deve acessar o item “*Transparência*”, no menu superior da página inicial, e depois escolher “*Cota para Exercício da Atividade Parlamentar*”; em seguida, basta selecionar o nome do deputado.

Decretos legislativos

Para pesquisar os decretos legislativos, acesse “*Atividade legislativa*”, no menu superior da página inicial, e, em seguida, em “*Legislação*”; depois basta selecionar “*Decreto legislativo*” no item “*Tipo de norma*” do quadro de pesquisa da página.

Deputados

Para obter informações a respeito dos deputados, clique em “*Deputados*”, no menu esquerdo da página inicial. Em “*Conheça os deputados*” há uma página com informações completas, proposições de sua autoria, proposições relatadas, discursos proferidos em plenário, votações em plenário, presença em plenário, presença em comissões, biografia.

Discursos e pronunciamentos

As notas taquigráficas dos discursos feitos em plenário estarão disponíveis em média uma hora depois de pronunciados. Basta clicar, no menu esquerdo da página inicial, em “*Agenda*” e logo após em “*Plenário*”; depois, clicar em “*Discursos*” (em cada uma das sessões). É possível fazer pesquisas em datas anteriores na mesma página. Outra maneira de pesquisar é entrar no link “*Deputados*”, menu superior da página inicial, e, em seguida, em “*Discursos e notas taquigráficas*”, no menu à esquerda.

Emendas ao orçamento

No menu superior da página inicial, clicar em “*Atividade Legislativa*”, “*Comissões*”, “*Comissões mistas*”, no menu à esquerda; em seguida, seleccione “*Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO*”. Em “*proposições em fase de emendas*” é possível consultar emendas aprovadas por ano, autor da emenda, unidade orçamentária, unidade da federação do autor e localidade.

Também é possível acessar as emendas apresentadas à proposta orçamentária em discussão na comissão. Ao entrar na página da Comissão Mista de Orçamento, basta clicar em “*Lei Orçamentária Anual (PLOA)*”, no menu à direita; em seguida, clique em “*Emendas apresentadas*” e, depois, em “*Consulta às emendas apresentadas*”. Deve aparecer um quadro em que as emendas podem ser pesquisadas por autor, partido, unidade da federação, órgão, unidade orçamentária, localidade e título.

Ver também “**Comissão Mista de Orçamento**”, “**Orçamento da União**” e “**Execução orçamentária**”.

Estudos e notas técnicas

É possível acessar os estudos técnicos elaborados pelos consultores da Consultoria Legislativa e da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira. Basta clicar em “*Documentos e pesquisas*”, no menu superior da página inicial, e, em seguida, em “*Publicações e estudos*” e “*Estudos e notas técnicas*”. Também é possível acessar a página clicando em “*Biblioteca e arquivo*”, dentro de “*Documentos e Pesquisas*”, na página inicial.

Já os temas abordados pelo Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica estão acessíveis em “*A Câmara*”, no menu superior da página inicial, “*Conselho de Altos Estudos*”.

Eventos

Informações a respeito de eventos promovidos ou apoiados pela Câmara podem ser obtidas em *“Agenda”*, no menu esquerdo da página inicial, em *“Eventos”*. Os itens do menu dão acesso aos dados e até ao serviço de inscrição.

Ex-deputados

Para consultar dados sobre deputados que tomaram posse desde 1959, entre em *“Deputados”*, no menu superior da página inicial, e, em seguida, em *“Conheça os deputados”*, preencha os campos necessários no quadro *“Pesquisa deputados”*.

Execução orçamentária

Clicar, no menu superior da página inicial, em *“Transparência”*, *“Fiscalize o Orçamento”* e, no menu à esquerda, em *“Execução Orçamentária”*. Outro acesso possível é por *“Atividade Legislativa”*, *“Orçamento Brasil”*, *“Fiscalize o Orçamento”*, *“Execução Orçamentária”*. A página é mantida pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (COFF).

Fotografias

Imagens da Câmara e dos deputados podem ser acessadas e baixadas no portal da Casa. Basta acessar o *“Banco de Imagens”*, localizado em *“Notícias”*, no menu superior da página inicial. O Banco de Imagens disponibiliza fotos das atividades parlamentares, assim como imagens institucionais — como eventos, publicações, lançamentos e programas da TV Câmara.

Frentes parlamentares

No menu superior da página inicial, entre em *“Deputados”* (página inicial) e, em seguida, em *“Frentes parlamentares”*, no menu à esquerda.

Glossário de termos legislativos

Para saber o significado de expressões usadas no Congresso Nacional — relacionadas ao processo legislativo — o usuário deve clicar, no menu superior da página inicial, em *“Conheça o processo legislativo”*, e, em seguida, em *“Glossário”*, no menu à esquerda.

Leis complementares

Para pesquisar as leis complementares, basta acessar *“Atividade legislativa”*, no menu superior da página inicial, clicar em *“Legislação”* e

selecionar *“Lei complementar”* no item *“Tipo de norma”* do quadro de pesquisa da página.

Legislação

É possível acessar, no portal da Câmara, leis editadas a partir de 1808, além da Constituição Federal, da legislação infraconstitucional e do Regimento Interno. Basta acessar *“Atividade Legislativa”*, no menu superior da página inicial, e clicar em *“Legislação”*, no menu à esquerda.

Licitações

Clique em *“Transparência”*, no menu superior da página inicial, e, em seguida, em *“Licitações e contratos”*, para acompanhar o andamento de concorrências, pregões, pregões eletrônicos, dispensas eletrônicas, pregões presenciais, pré-qualificações de empresas, tomadas de preço e leilões promovidos pela Câmara.

Líderes e vice-líderes dos partidos

Entre em *“Deputados”*, no menu superior da página inicial, e, em seguida, em *“Lideranças e bancadas”*; em seguida, escolha *“Líderes e vice-líderes dos partidos”*, no menu à esquerda.

Lista de votações de Plenário

No menu à esquerda da página inicial, clique em *“Agenda”*, *“Plenário”* e depois em *“Resultado da votação eletrônica e lista de presença”*, no menu à esquerda.

Medidas provisórias

No menu superior da página inicial, clique em *“Atividade Legislativa”*, *“Legislação”* e, em seguida, em *“Medida provisória”*, no item *“Tipo de norma”* do quadro de pesquisa da página.

Mesa Diretora

Para obter informações a respeito dos membros da Mesa Diretora, entre os quais o presidente, os vice-presidentes e os secretários, entre em *“A Câmara”*, no menu superior da página inicial e, em seguida, em *“Mesa Diretora”*, no menu à esquerda.

Notícias

Basta acessar a Agência Câmara, que cobre praticamente todas as atividades da Câmara e o processo legislativo. As notícias podem ser

reproduzidas pelos meios de comunicação, desde que citada a fonte. As notícias da Agência ocupam a parte central da página inicial. Clique em *"Notícias"*, no menu superior da página inicial, e depois em *"Agência Câmara"*. Em *"Pesquisar"*, no destaque à direita, é possível pesquisar matérias por palavras-chave.

Notícias institucionais

Notícias a respeito da produção da Câmara (programas da TV Câmara, Rádio Câmara, Agência Câmara, Jornal da Câmara) podem ser encontradas clicando em *"Notícias"*, no menu superior da página inicial, e, em seguida, em *"Institucional"*.

Orçamento da Câmara dos Deputados

Clique em *"Transparência"*, no menu superior da página inicial, e, em seguida, em *"A Transparência na Câmara"*; logo após, clique em *"Orçamento da Câmara dos Deputados"*.

Orçamento da União

Acessar, no menu superior da página inicial, *"Atividade Legislativa"*, e, em seguida, *"Orçamento Brasil"*. A página é mantida pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (COFF) e contém informações a respeito da execução orçamentária, o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual, a legislação orçamentária, fiscalização e controle, estudos e notas técnicas, relatórios de execução, sinopse da execução, adequação orçamentária, agenda orçamentária, pesquisa e links correlatos. Veja também **"Comissão Mista de Orçamento"**.

Pauta das sessões do Plenário

Acessar, no menu esquerdo da página inicial, *"Agenda"*, *"Plenário"* e, em seguida, no menu à esquerda, clicar em *"Pauta da semana"*. Ver também **"Plenário"**.

Plenário

Na página inicial, clique em *"Agenda"*, no menu à esquerda, e, em seguida, em *"Plenário"*. Uma tela vai surgir com, normalmente, as últimas seis ou sete sessões (ordinárias, extraordinárias, solenes ou de debates). Em cada uma delas há links para:

01. *"Detalhes"* - informações a respeito da **pauta** da sessão.

02. *"Discursos"* - **notas taquigráficas** (sem revisão dos deputados) com discursos pronunciados na sessão. A defasagem média em relação ao tempo real é de menos de uma hora.
03. *"Áudio"* - registro em áudio dos **discursos**.
04. *"Presença/votação"* - onde se pode fazer pesquisa em votações eletrônicas e **listas de presença**, inclusive de sessões anteriores. Neste link é possível ver a relação de presença na sessão, por unidades da federação e por partido.

Presenças nas sessões de Plenário

Veja **"Plenário"** e **"Resultado de votação e lista de presença"**.

Projetos de Lei e Outras Proposições

01. Na página inicial, no menu superior, clique em *"Atividade legislativa"* e, em seguida em *"Projetos de Lei e Outras Proposições"*, no menu à esquerda.
02. Na tela, vão aparecer quadros para pesquisa por palavra-chave ou pelo número do projeto.
03. Nessa página, o usuário pode pesquisar as seguintes proposições: anteprojetos, atos convocatórios, avisos, consultas do Congresso Nacional, consultas, denúncias por crime de responsabilidade, decisões, denúncias, destaques, emendas substitutivas aglutinativas globais, emendas aglutinativas de plenário, emendas apresentadas nas comissões, emendas, emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), emendas ao Orçamento, emendas de Plenário, emendas de relator, emenda/ substitutivo do Senado, emendas ao Plano Plurianual, emendas de redação, emendas ao substitutivo, emendas substitutivas de Plenário, indicações de autoridade, indicações, mensagens ao Ministério Público da União, medidas provisórias, mensagens, mensagem do Supremo Tribunal Federal, normas internas, objetos de deliberação, ofícios, ofícios externos, pareceres, pareceres de comissão, projeto de Decreto Legislativo, Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal, Proposta de Emenda à Constituição (PEC), petições, propostas de fiscalização e controle, Projeto de Lei (PL), Projeto de Lei da Câmara dos Deputados (PLC), Projeto de Lei Complementar, Projeto de Lei do Senado Federal (PLS), Projeto de Lei de Conversão (PLV),

Projeto de Resolução, Projeto de Resolução do Senado Federal, Projeto de Resolução do Congresso Nacional, propostas, recursos do Congresso Nacional, requerimentos de instituição de CPI, recursos, relatório, reclamações, representações, requerimentos, requerimentos de informação, subemendas, substitutivo, sugestões de emenda à LDO, solicitações de informação ao TCU, sugestões de emenda ao Orçamento, sugestões de emenda ao Plano Plurianual (PPA), subemendas substitutivas de Plenário, sugestões, súmulas, termos de implementação, atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio, Voto em Separado.

Veja também **“Tramitação de Projetos e outras proposições”**.

Publicações oficiais

Estão disponíveis as seguintes publicações oficiais da Câmara dos Deputados: Diários da Câmara dos Deputados (a partir de 16 de novembro de 1890); Diários do Congresso Nacional (a partir de 1º de agosto de 1953); Anais da Câmara dos Deputados (de 29 de abril de 1826 a 17 de junho de 1974); e os Anais e Diários das Assembleias Constituintes (de 17 de abril de 1823 a 1º de junho de 1994). Basta clicar, no menu superior da página inicial, em “Documentos e Pesquisa”, “Publicações e estudos” (página inicial) e, em seguida, em “Publicações editadas pela Câmara dos Deputados”.

Regimento Interno

No menu superior da página inicial, clique em “*Atividade Legislativa*”, “*Legislação*”, e, em seguida, em “*Regimento Interno*”, no menu à esquerda.

Resoluções

Para pesquisar as resoluções da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional, acesse “*Atividade Legislativa*” e em “*Legislação*”, no menu superior da página inicial, e, em seguida, selecione a resolução desejada no item “*Tipo de norma*” do quadro de pesquisa da página.

Resultado das votações

No menu esquerdo da página inicial, clique em “*Plenário*”, e, em seguida, busque na sessão específica o campo “*detalhes*” clique em “*resultado*”.

Senado Federal

Para acessar a página do Senado através do portal da Câmara, clique no ícone “*Senado*”, localizado na parte superior direita, ao lado da Bandeira do Brasil.

Sessões de homenagem

Na página inicial, no menu à esquerda, clicar em “*Agenda*”, “*Plenário*”, e, em seguida, no menu à esquerda, clicar em “*Sessões de homenagem*”, onde estão disponíveis informações a respeito das próximas sessões previstas.

Suplentes em exercício

Na página inicial, no menu superior, entrar em “*Deputados*”, “*Conheça os Deputados*”, e, em seguida, clicar em “*Suplentes em exercício*”, no campo “*Destaques*”, do lado direito da página.

Tramitação de Projetos e outras proposições

Selecionado o projeto, depois de cumpridas as etapas previstas no item “*Projetos de Lei e outras proposições*”, estará disponível na página toda a tramitação do projeto, além das seguintes informações:

Apresentação - se a proposição em questão está sujeita à apreciação do Plenário ou se pode ser aprovada em caráter conclusivo pelas comissões — sem necessidade de ir a Plenário. Nesse caso vai aparecer a expressão “*Art. 24, II*” (artigo do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que prevê a norma).

Regime de tramitação - se é urgente ou normal.

Situação - em que fase da tramitação está a proposta.

Despacho: informação a respeito de que comissões vão apreciar a proposição.

Importante: Os pareceres das comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e de Finanças e Tributação (CFT) são terminativos, ou seja, se a proposição for rejeitada por elas, vai para o arquivo, após o prazo recursal de cinco sessões. Nesse caso estará escrito no despacho: “*Art. 54 RICD*” (o que significa que esse poder terminativo está previsto no artigo 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados).

Íntegra dos projetos, dos pareceres e das emendas, assim como a redação final: ícones na página vão permitir a consulta aos textos.

Veja também “**Projetos de Lei e Outras Proposições**”

Trocas de partidos

Para pesquisar as trocas de partido feitas pelos deputados ao longo da legislatura, acessar, no menu superior da página inicial, *“Deputados”* e, em seguida, *“Histórico de Movimentação Parlamentar”*.

Verba indenizatória

Ver **Cota para Exercício da Atividade Parlamentar**

Viagens em missão oficial

Para obter informações a respeito das viagens oficiais dos deputados — inclusive sobre os gastos e os relatórios — clique em *“Transparência”*, no menu superior da página inicial, e, em seguida, em *“Viagens em missão oficial”*.

Anotações

Anotações

Anotações

Anotações

Sessão no Plenário Ulysses Guimarães
Foto: Rodolfo Stuckert



GLOSSÁRIO LEGISLATIVO

Abstenção - é a possibilidade de o parlamentar escolher não tomar parte na votação, registrando simplesmente “abstenção” no sistema eletrônico de votação do Plenário. Equivale a um voto em branco. Não tem efeito sobre o resultado final da votação e é computado exclusivamente no quorum de presença exigido para a validação da deliberação. (Arts. 180 e 183 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD).

Admissibilidade - análise dos pressupostos de constitucionalidade e juridicidade e de adequação financeira e orçamentária de uma proposição (Arts. 32 e 34 do RICD).

Aparte - interrupção, breve e oportuna, de discurso para indagação ou esclarecimento, relativo ao assunto tratado pelo orador durante determinadas fases da sessão.

Apensação - Mais de uma proposição podem tramitar conjuntamente. Isso acontece quando a Mesa verifica que há outra proposição tratando de matéria correlata e a matéria mais antiga ainda não está na Ordem do Dia ou não recebeu parecer da primeira comissão de mérito, no caso de tramitação conclusiva, pode ser feita também a requerimento.

Apreciação Conclusiva – prerrogativa das comissões permanentes de discutir e votar projetos de lei, sem que este precise ir a Plenário. O projeto só vai a Plenário se houver recurso de 10% dos membros da Casa nesse sentido. Essa prerrogativa é definida pela Mesa, quando é feita a distribuição das proposições. (Art. 24 do RICD)

Apreciação conjunta - apreciação de determinada matéria feita em reunião conjunta do Congresso Nacional. VER *Sessão conjunta*.

Audiência Pública - reunião de comissão técnica, na qual são convidados a expor suas ideias especialistas, representantes de entidades da sociedade civil, autoridades e interessados no tema em discussão. Destinada a instruir matéria em trâmite ou apenas ao debate de assunto de interesse público. Para ser realizada é preciso que um deputado faça o pedido.

Autógrafo - documento oficial assinado pelo presidente que encerra a versão final de uma proposição aprovada pela Casa Legislativa.

Avulso - exemplar das proposições, pareceres ou relatórios publicado oficialmente pelas Casas. É uma das formas de dar conhecimento oficial ao parlamentar sobre determinada matéria. Os sistemas de informação da Câmara têm buscado reduzir a publicação de avulsos em papel.

Bancada informal - é um conjunto de parlamentares que informalmente se agrupam para representar e defender interesse social, profissional, religioso ou cultural (bancada dos funcionários públicos, bancada ruralista, bancada dos evangélicos, por exemplo).

Bancada partidária - conjunto de parlamentares que integram determinado partido político.

Bicameral - Poder Legislativo composto por duas câmaras ou casas legislativas, como no caso do Congresso Nacional Brasileiro, integrado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

Bloco parlamentar - aliança das bancadas de dois ou mais partidos políticos para constituir uma bancada comum. Funciona como se fosse um único partido - com líder e demais atribuições regimentais para efeitos de distribuição de comissões e demais prerrogativas.

Câmara dos Deputados - Formada por 513 deputados - o número de eleitos varia proporcionalmente à população dos estados: entre 8 e 70 deputados. Além do trabalho legislativo, tem a função de fiscalizar os atos do Poder Executivo. Elege dois representantes para integrarem o Conselho da República, o órgão superior de consulta do Presidente da República, que se pronuncia sobre intervenção federal, Estado de Defesa e Estado de Sítio; e questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas.

Casa Revisora - assim é chamada uma das Casas (Câmara ou Senado) quando recebe um projeto já aprovado pela Casa de origem. A Casa revisora poderá rejeitar, aprovar integralmente ou com emendas a matéria de lei.

Cassação do mandato - perda do mandato do deputado como forma de punição por atos incompatíveis com o decoro parlamentar ou nos casos previstos na Constituição (Art. 24 do RICD). VER *Perda de Mandato*.

Código de Ética e Decoro Parlamentar - norma que estabelece os princípios éticos e as regras básicas de decoro que devem orientar a conduta dos que estão no exercício do cargo de deputado federal.

Colégio de Líderes - é formado pelos líderes da Minoria, Maioria, dos partidos, dos blocos parlamentares e do governo. Sempre que possível, as decisões devem ser tomadas por consenso e, quando isso não for possível, por maioria absoluta calculada de acordo com as representações partidárias. O presidente convoca a reunião de líderes para discutir temas variados, dentre eles a agenda de votações na Ordem do Dia. Essas reuniões não têm frequência determinada.

Comissão - órgão integrado por parlamentares, com composição partidária proporcional à da Casa Legislativa, tanto quanto possível, e pode ter caráter permanente ou temporário. É comissão permanente quando integra a estrutura institucional e comissão temporária quando criada para apreciar determinado assunto, especial ou de inquérito, ou para o cumprimento de missão temporária autorizada. São destinadas a apreciar tecnicamente a matéria sob deliberação do Poder Legislativo. As comissões também exercem a fiscalização dos atos do Poder Público. Cada uma delas tem um presidente e três vice-presidentes, eleitos por seus pares. As comissões têm as seguintes atribuições: discutir e votar projeto de lei que não precisa ser votado em Plenário; realizar audiências públicas; convocar ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições; receber petições, reclamações ou representações de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas; determinar a realização de diligências, perícias, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas dos três poderes, da administração direta e indireta. Nenhum deputado pode ser titular de mais de uma comissão permanente.

Comissão Geral - nome que recebe a sessão plenária da Câmara dos Deputados quando interrompe seus trabalhos ordinários para, sob o comando do seu presidente, debater matéria relevante, por proposta conjunta dos líderes ou a requerimento de um terço dos deputados, discutir projeto de lei de iniciativa popular ou receber ministro de Estado.

Comissão mista - integrada por deputados e senadores e constituída para tratar de matéria pertinente à competência do Congresso Nacional. Pode ter caráter permanente ou temporário.

Comissão Mista do Orçamento - comissão mista permanente. Entre outras funções, aprecia os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos créditos adicionais.

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) - comissão criada a requerimento de pelo menos um terço do total de membros da Casa Legislativa, destinada a investigar fato determinado e de relevante interesse para a vida pública e para a ordem constitucional, legal, econômica ou social do país. Tem poderes de investigação equiparados aos das autoridades judiciais. Para instituir uma CPI, é necessário um requerimento com assinaturas de um terço dos deputados. A CPI, que

poderá atuar também durante o recesso parlamentar, terá o prazo de 120 dias, prorrogável por até metade, mediante deliberação do Plenário, para conclusão de seus trabalhos.

Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul - uma das comissões mistas (compostas por senadores e deputados), destina-se a acompanhar o Acordo Internacional de Integração Econômica da América Latina, assinado pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, que permitirá, além de outras medidas, a livre circulação de bens e serviços entre os países conveniados.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) - comissão criada em sessão conjunta, integrada por deputados e senadores, a requerimento de um terço de parlamentares de cada Casa legislativa, para apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e nos regimentos.

Comissão permanente - órgão permanente de caráter técnico-legislativo ou especializado, integrante da estrutura institucional de cada Casa Legislativa. Tem por finalidade apreciar os assuntos ou proposições submetidos ao seu exame e sobre eles deliberar, exercer o acompanhamento dos planos e programas governamentais e a fiscalização orçamentária da União. A Câmara tem 20 comissões permanentes (veja no site www.camara.gov.br o link "Atividade Legislativa", clique em "Comissões").

Comissão Representativa do Congresso - grupo de parlamentares composto por sete senadores e dezesseis deputados, que representa o Congresso Nacional no recesso parlamentar. Seus membros são eleitos por ambas as Casas e sua atuação limitada ao período de recesso para o qual foram eleitos.

Comissão temporária - comissão criada para tarefa específica, com prazo certo de funcionamento, devendo extinguir-se ao término da legislatura ou antes disso, se alcançado o fim a que se destinava ou expirado o prazo previsto para sua duração. Pode ser especial, externa ou parlamentar de inquérito.

Comissões especiais - as comissões especiais são criadas para dar parecer sobre projeto de Código e Proposta de Emenda à Constituição ou para analisar proposições que devem ser distribuídas a mais de três comissões para análise do mérito, quando emite parecer terminativo. Nesse caso, a comissão examina tanto mérito quanto constitucionalidade

e adequação financeira. Pelo menos metade da comissão deve ser composta por integrantes das comissões permanentes que deveriam analisar a proposição.

Comissões externas - são missões autorizadas que implicam o afastamento do parlamentar pelo prazo máximo de oito sessões, se exercida no país, e de trinta, se desempenhada no exterior, para representar a Câmara nos atos a que tenha sido convidada ou a que tenha de assistir. As comissões externas poderão ser instituídas pelo presidente da Câmara, de ofício ou a requerimento de qualquer deputado, para cumprir missão temporária autorizada. Se importarem ônus para a Casa, sua criação estará sujeita à deliberação do Plenário.

Comissões temporárias - Quando o tema (proposição a ser votada) é muito novo ou específico, são criadas as comissões temporárias. Elas atuam por tempo determinado. Há três tipos de comissões temporárias: as Especiais, as Parlamentares de Inquérito e as Externas. Quando os deputados precisam investigar uma denúncia, é criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). A comissão temporária extingue-se ao término da legislatura, quando alcançado o fim a que se destina ou, ainda, quando expirado o seu prazo de duração.

Comunicações parlamentares - parte de sessão ordinária do Plenário. É destinada a discursos de representantes dos partidos e blocos parlamentares, indicados por seus líderes. Nas Comunicações Parlamentares, os deputados indicados pelos líderes de seus partidos poderão falar por até dez minutos.

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar - é o órgão encarregado do procedimento disciplinar destinado à aplicação de penalidades nos casos de descumprimento das normas relativas ao decoro parlamentar. Os trabalhos do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar são regidos por regulamento próprio, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados no processo disciplinar parlamentar, de acordo com o disposto no Código de Ética e Decoro Parlamentar e no Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Controle de frequência de deputados - o registro da presença do deputado na Casa é realizado de duas formas: registro visual (funcionários localizados nas portarias enxergam o parlamentar entrando na Casa) e registro eletrônico, realizado também nas portarias por meio da digital e de um código. Este registro é usado para dar início às sessões ou à Ordem do Dia. Nas sessões destinadas à votação de proposições, os deputados registram presença em Plenário por meio da digital e de um

código. Eventuais faltas não justificadas acarretam corte proporcional ao número de sessões deliberativas do mês na parte variável do vencimento do deputado. As faltas dos parlamentares podem ser justificadas de duas formas: licença médica ou missão oficial autorizada. Não há prazo para apresentação da justificativa.

Convocação Extraordinária – é o funcionamento do Congresso Nacional em período diferente do previsto na Constituição. A convocação pode ser feita: pelo presidente do Senado Federal, em caso de decretação de estado de defesa ou de intervenção federal, de pedido de autorização para a decretação de estado de sítio e para o compromisso e a posse do presidente e do vice-presidente; pelo presidente da República; pelos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ou a requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas, em caso de urgência ou interesse público relevante, em todas as hipóteses deste inciso com a aprovação da maioria absoluta de cada uma das Casas do Congresso Nacional. Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, a não ser que haja medidas provisórias em vigor na data da convocação. As MPs são automaticamente incluídas na pauta da convocação. É vedado o pagamento de parcela indenizatória em razão da convocação.

Corregedoria Parlamentar - O presidente da Câmara não pode enviar diretamente para o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar representações contra parlamentares apresentadas por qualquer pessoa ou entidade que não sejam a Mesa Diretora ou partidos políticos. Para que a Mesa Diretora subscreva o pedido, é preciso que este seja examinado antes pela Corregedoria Parlamentar. O artigo 267 do Regimento Interno dá ao corregedor a incumbência de zelar “pela manutenção do decoro, da ordem e da disciplina no âmbito da Casa”. Quando a Corregedoria concluir o parecer a respeito do pedido, este tem que ser aprovado pela Mesa Diretora. Só então a Mesa poderá enviar o processo para o Conselho de Ética – se o parecer por ela aprovado for pela perda de mandato. VER *Perda de Mandato*.

Decreto legislativo - regula matérias de competência exclusiva do Poder Legislativo, sem que haja necessidade de sanção do presidente da República.

Despacho – decisão do Presidente, da Casa Legislativa ou comissão, anunciada por escrito, sobre assunto submetido à sua apreciação. Nos processos referentes a proposições, é o ato que determina a tramitação

a ser seguida, impõe o percurso a ser observado e os órgãos a serem ouvidos.

Destaque - instrumento regimental concebido para promover alterações no texto de uma proposição no momento em que está sendo votada. É apresentado por meio de requerimento específico, que pode ser concedido automaticamente ou depender de deliberação do Plenário.

Diário da Câmara dos Deputados - publicação oficial da Câmara dos Deputados que contém decisões legislativas, administrativas e pronunciamentos dos parlamentares.

Diploma de Deputado - documento expedido pela Justiça Eleitoral, considerado requisito para posse no cargo. Contém o nome do parlamentar e a respectiva legenda partidária e unidade da federação.

Discussão - fase de apreciação de uma proposição que precede a votação, quando os parlamentares inscritos usam da palavra para falar contra ou a favor da proposição.

Distribuição - quando são distribuídas às comissões técnicas, para análise e manifestação, as proposições apresentadas à Mesa Diretora.

Dois turnos - consiste na discussão e votação de proposição pelo Plenário por duas vezes, nos casos especificados na Constituição ou no regimento da Casa - como as propostas de Emenda à Constituição (PEC).

Efeito Suspensivo - recurso que permite a suspensão da eficácia da decisão da Presidência em questão de ordem, até que seja julgado o recurso apresentado contra ela.

Emenda - proposição apresentada como acessória de outra, que pode ser um projeto de lei ordinária, complementar, projeto de código, emenda à Constituição, projeto de decreto legislativo, etc. As emendas podem ser supressivas, substitutivas, modificativas, aditivas, aglutinativas. Estas são emendas que alteram o mérito da proposição. Há emendas que alteram apenas o enunciado linguístico, as emendas de redação. Subemendas são emendas a emendas. Quando o projeto de lei vai ser votado em plenário, as emendas também são votadas para saber se o que vai valer é o texto original ou o texto apresentado pela emenda.

Estatuto - é um conjunto de regras sobre um determinado assunto. Exemplo: o Estatuto da Criança e do Adolescente, que trata dos direitos das nossas crianças. Tem força de lei.

Fiscalização do Executivo - a Câmara tem o poder de realizar fiscalização financeira, orçamentária, contábil, operacional e patrimonial, de atos de gestão administrativa ou do presidente e vice-presidente da República, ministros de Estado ou do Superior Tribunal Federal, do Procurador-Geral da República e do Advogado-Geral da União.

Fiscalização do Executivo (ferramentas) - os deputados têm algumas ferramentas para fiscalizar o Poder Executivo. São elas:

01. Requerimento de informação: são pedidos escritos de informações a ministros de Estado. Se o ministro não atender o pedido no prazo de 30 dias, prestar informações falsas ou se recusar a responder pode ser acusado de crime de responsabilidade;
02. Proposta de Fiscalização e Controle: proposição destinada a propor apuração de irregularidades no âmbito da administração pública. Pode ser apresentada por qualquer deputado à comissão. Se a proposta for aprovada, o relator fica encarregado da sua implementação.
03. Convocação de ministros de Estado: qualquer deputado pode apresentar requerimento para convocação, que deve ser aprovado pela maioria absoluta da comissão ou em Plenário.
04. Comissão de Fiscalização Financeira e Controle: executa as seguintes funções:
 - tomada de contas do Presidente da República, na hipótese do art. 51, II, da Constituição Federal;
 - acompanhamento e fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, incluídas as sociedades e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Federal, sem prejuízo do exame por parte das demais Comissões nas áreas das respectivas competências e em articulação com a Comissão Mista Permanente de que trata o art. 166, § 1º da Constituição Federal;
 - planos e programas de desenvolvimento nacional ou regional, após exame, pelas demais Comissões, dos programas que lhes disserem respeito;
 - representações do Tribunal de Contas solicitando sustação de contrato impugnado ou outras providências a cargo do

Congresso Nacional, elaborando, em caso de parecer favorável, o respectivo projeto de decreto legislativo (Constituição Federal, art. 71, § 1º);

- exame dos relatórios de atividades do Tribunal de Contas da União (Constituição Federal, art. 71, § 4º);
- requisição de informações, relatórios, balanços e inspeções sobre as contas ou autorizações de despesas de órgãos e entidades da administração federal, diretamente ou através do Tribunal de Contas da União;

Grande Expediente - parte de uma sessão ordinária do Plenário, que sucede à do Pequeno Expediente, com duração máxima de 25 minutos para cada orador. É admitido aparte, com a permissão do orador.

Imunidade Parlamentar – prerrogativas constitucionais de que o parlamentar desfruta em função do exercício de seu mandato. Não podem ser processados, seja na esfera civil ou penal, pelos atos decorrentes de suas opiniões, palavras e votos emitidos enquanto parlamentares. São prerrogativas outorgadas pela Constituição. Admite duas espécies: imunidade formal ou processual, e imunidade material, também chamada inviolabilidade parlamentar. (Art. 233 do RICD e Código de Ética e Decoro Parlamentar)

Indicação - Quando um deputado pretende obter mais informações sobre um determinado assunto que pode se transformar em lei, ele as pede às comissões temáticas da Câmara ou mesmo ao Poder Executivo por meio de um documento chamado indicação. Pode servir para sugerir a outro Poder a adoção de alguma providência ou a manifestação de determinadas comissões sobre algum assunto. Pode ser feito por meio de requerimento escrito despachado pelo presidente da Casa ou recebido pela Mesa e encaminhado às comissões

Interstício - intervalo de tempo necessário entre atos do procedimento legislativo. O interstício é contado por sessões ordinárias ou por dias úteis, conforme determina os regimentos internos de cada Casa. Ex.: é de três dias úteis, no Senado, e de duas sessões, na Câmara, o interstício entre a distribuição de avulsos dos pareceres das comissões e o início da discussão ou votação correspondente.

Legislatura - período de quatro anos coincidente com o mandato do deputado.

Lei complementar - dispositivo legal destinado a regulamentar norma prevista na Constituição Federal. São apreciadas em dois turnos, como as emendas constitucionais.

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) - lei que estabelece metas e prioridades da administração pública federal que deverão ser respeitadas na Lei Orçamentária Anual. É com base na LDO aprovada pelo Legislativo que a proposta orçamentária para o ano seguinte é elaborada. A LDO deve ser encaminhada até o dia 15 de abril ao Congresso Nacional, que tem prazo até 30 de junho para aprová-la. Se isso não ocorrer, o Congresso não pode entrar em recesso em julho (Art. 165, II da Constituição Federal).

Lei Delegada - é elaborada pelo Presidente da República, a pedido, e por delegação expressa do Poder Legislativo. A autorização é votada por meio de resolução.

Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) - É ela que define as responsabilidades e deveres do administrador público em relação aos orçamentos da União, estados e municípios. Ela define os limites dos gastos com pessoal e proíbe as despesas sem recursos equivalentes.

Lei Orçamentária Anual (LOA) - é a lei que define os recursos públicos a serem aplicados, a cada ano, nas ações do governo. VER *Orçamento*.

Lei Ordinária - Toda regra de direito aprovada pelo Poder Legislativo, o que a torna obrigatória para disciplinar a vida em sociedade. Quando a lei é ordinária, significa que ela é comum, habitual. Isso a torna diferente da lei complementar e da Constituição Federal, que é a lei básica ou lei maior.

Levantamento de sessão - equipara-se ao encerramento de sessão plenária e ocorre nos casos de tumulto grave, falecimento de congressista da legislatura, de Chefe de um dos poderes da República ou quando for decretado luto oficial ou presença nos debates de menos de um décimo do número total de deputados. (Art. 71 do RICD)

Líder - parlamentar escolhido para representar sua bancada partidária ou bloco parlamentar. VER *Líderes*.

Lideranças - as lideranças são constituídas de um líder e vice-líderes, na proporção de um vice para cada quatro deputados da bancada. O líder é escolhido pela maioria absoluta dos membros do partido no início da legislatura ou na criação do bloco parlamentar. Somente os partidos com pelo menos cinco integrantes têm direito a liderança. As bancadas que não atingirem esse número têm direito a indicar um integrante

para orientar as votações e falar em sessão por cinco minutos, uma vez na semana.

Liderança do Governo - exercida por até seis deputados, é a representação dos interesses do Poder Executivo dentro da Casa. A Liderança do Governo pode encaminhar votações, participar dos trabalhos das comissões e fazer uso da palavra durante as sessões.

Líderes (prerrogativas) - os líderes são os representantes dos partidos perante a Câmara e têm algumas prerrogativas: proferir comunicados de liderança, que representam a manifestação do líder a qualquer momento da sessão, por tempo proporcional ao tamanho da bancada; participar dos trabalhos de qualquer comissão, sem direito a voto, mas podendo requerer verificação de votação; orientar sua bancada durante votação em Plenário; indicar membros da bancada que irão integrar as comissões: registrar candidatos a cargos da Mesa e inscrever membros da bancada para comunicações parlamentares.

Maioria - é o partido ou bloco parlamentar integrado pela maioria absoluta dos deputados. A Maioria deve possuir 257 deputados. Dado que o sistema eleitoral é proporcional, torna-se muito difícil que um só partido tenha maioria absoluta na Casa, embora seja possível obtê-la por meio de uma coalizão de partidos políticos distintos. O Regimento Interno afirma que, não havendo agremiação com tal composição, será considerado Maioria o partido ou bloco que possuir o maior número de deputados.

Maioria Absoluta – quorum de aprovação segundo o qual a proposição é aprovada se obtiver a metade mais um dos membros da Casa Legislativa.

Maioria Simples – Quorum de aprovação para as matérias em geral. Presente a maioria absoluta dos membros da Casa Legislativa, as deliberações são tomadas por maioria de votos dos presentes à sessão. (Art. 246 do RICD)

Medida Provisória (MP) - instrumento, com força de lei, adotado pelo presidente da República, em casos de relevância e urgência, cujo prazo de vigência é de sessenta dias; prorrogável, nos termos do § 7o do art. 62 da Constituição Federal, uma vez por igual período. Produz efeitos imediatos, mas depende de aprovação do Congresso Nacional para transformação definitiva em lei. As MPs trancam a pauta da Casa em que se encontrarem se não forem votadas em 45 dias. Se a Câmara ou o Senado rejeitar a medida provisória ou, ainda, se ela perder sua eficácia, os parlamentares terão que editar um decreto legislativo para disciplinar

os efeitos que tenha gerado durante sua vigência. Se o conteúdo de uma medida provisória for alterado, ela passa a tramitar como projeto de lei de conversão. Depois de aprovada na Câmara e no Senado, a medida provisória (ou projeto de lei de conversão, se for o caso) é enviada à Presidência da República para sanção. O presidente tem a prerrogativa de vetar o texto parcial ou integralmente, caso discorde de eventuais alterações feitas no Congresso.

Mesa Diretora - órgão que dirige os trabalhos legislativos ou administrativos da Câmara dos Deputados. Seus integrantes são eleitos a cada dois anos pelos 513 deputados. Compõem a Mesa sete Membros titulares: um presidente, dois vice-presidentes e quatro secretários. A Mesa conta também com quatro suplentes de secretário. A divisão de cargos é resultado de critérios matemáticos a partir da representação partidária ou de acordos entre as lideranças. Pode haver candidatos indicados pela liderança partidária e candidatos independentes. Para ser eleito, o candidato precisa da maioria absoluta. Se nenhum atingir este número, há segundo turno com os dois mais votados. A eleição dos demais integrantes da Mesa só ocorre quando o presidente for eleito. (Arts 14 a 19-A do RICD).

Minoria - é a menor representação numérica, que expressa posição diversa da defendida pela maioria.

Obstrução - recurso utilizado pelos parlamentares, em uma Casa legislativa, com o objetivo de impedir o prosseguimento dos trabalhos e ganhar tempo dentro de uma ação política. Os mecanismos mais utilizados são os pronunciamentos, pedidos de adiamento da discussão e da votação e saída do Plenário para evitar quorum. Tem que ser previamente comunicada à Mesa pela liderança ou bancada.

Orçamento - instrumento legal que fixa os recursos públicos a serem aplicados, a cada ano, nas ações do governo. Nenhuma despesa pública pode ser executada fora dele, mas nem tudo que ele prevê é executado pelo governo federal. Ele é aprovado pelo Congresso, mas é simplesmente autorizativo.

Ordem do Dia - corresponde ao período da sessão ordinária ou extraordinária ou das reuniões das comissões da Câmara ou do Senado destinado à apreciação das proposições em pauta. É uma das partes da sessão - que é dividida em quatro fases: Pequeno Expediente, Grande Expediente, Ordem do Dia e Comunicações Parlamentares. Para discutir proposição constante da Ordem do Dia, o deputado deve inscrever-se

em livro próprio, junto à Mesa, até o anúncio da discussão da matéria. Nessa fase também são permitidos apartes.

Outorgar - Aprovar, consentir.

Ouvidoria - recebe e examina reclamações, representações e sugestões de pessoas físicas ou jurídicas em relação a trabalhos legislativos e administrativos. O Ouvidor é escolhido pelo presidente da Casa e tem mandato de dois anos. (Art. 21-A do RICD).

Parecer - espécie de proposição legislativa, acessória, na qual se expressa uma opinião favorável ou contrária à proposição à qual se refere. O quorum para aprovação é maioria simples.

Parecer vencedor - VER *Tramitação* (votação na comissão)

Partido político - organização formada por pessoas com interesse ou ideologia comuns, que se associam com o fim de assumir o poder para implantar um programa de governo. Tem personalidade jurídica de direito privado e goza de autonomia e liberdade no que diz respeito à criação, organização e funcionamento, observados os princípios e preceitos constitucionais. (Art. 17 da Constituição)

Pauta – Relação de matérias que devem ser submetidas ao exame do Plenário ou da comissão técnica. VER *Ordem do Dia*.

Pedido de vista - solicitação de vista do processo referente a uma proposição que se encontra em apreciação numa comissão. (Art. 57, XVI, do RICD) VER também *Vista de proposição*.

Pequeno Expediente - primeira parte da sessão ordinária do Plenário, tem duração máxima de 60 minutos e é destinado às comunicações de parlamentares previamente inscritos. Nesta fase, não são permitidos apartes. A lista de oradores é organizada mediante sorteio mensal (Arts. 79 a 81 do RICD).

Perda de mandato (abertura de processo) - qualquer cidadão é parte legítima para representar contra deputado junto à Mesa da Câmara dos Deputados, especificando os fatos e respectivas provas. Após receber a representação, a Mesa verifica a existência dos fatos e das provas e encaminha (ou não) ao Conselho de Ética, cujo presidente instaurará o processo, designando relator. Apenas partidos políticos e a Mesa Diretora da Câmara, esta na qualidade de órgão colegiado, têm atribuição de subscrever representação por quebra de decoro parlamentar contra deputados junto ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Nem comissões parlamentares de inquérito têm legitimidade para isso.

Qualquer pedido nesse sentido feito por CPIs, se não for de autoria de partidos políticos, tem que ser subscrito pela Mesa Diretora para ser apreciado. A Mesa, por sua vez, pede a manifestação da Corregedoria Parlamentar. É o que está previsto no artigo 55 da Constituição – regra reproduzida no artigo 240 do Regimento Interno da Câmara. VER *Corregedoria Parlamentar*.

Perda de mandato (processo) - Instaurado o processo, o Conselho promoverá a apuração sumária dos fatos, assegurando ao representado ampla defesa e providenciando as diligências que entender necessárias, no prazo de 30 dias. No Conselho de Ética, o deputado acusado recebe uma cópia da representação e tem o prazo de 5 sessões ordinárias para apresentar sua defesa escrita e indicar provas. Apresentada a defesa, o relator começa a investigação. Ao terminá-la, em 5 sessões deve apresentar o parecer concluindo pela procedência da representação ou por seu arquivamento. O parecer deve, então, ser discutido e votado em sessão aberta para ser encaminhado à Mesa. Após a votação no Conselho, o deputado pode recorrer à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. O prazo para deliberação do Plenário sobre os processos que concluírem pela perda do mandato não poderá exceder 90 dias.

Perda de mandato (votação) - A votação do parecer do Conselho de Ética no Plenário é secreta. A aplicação das penalidades de suspensão temporária do exercício do mandato, de no máximo 30 dias, e de perda do mandato são de competência do Plenário da Câmara dos Deputados.

Período de funcionamento do Congresso Nacional - período em que ocorrem as reuniões anuais do Congresso Nacional. Vai de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro. (Art 2º do RICD e Art. 57 da Constituição Federal) VER *Recesso Parlamentar*.

Plano Plurianual (PPA) - o PPA define as prioridades do governo por um período de quatro anos e estabelece ligação entre elas e a Lei Orçamentária Anual (LOA). O presidente da República deve encaminhá-lo ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto do primeiro ano de sua posse.

Plenário - é o órgão máximo das decisões da Câmara dos Deputados, a última instância das deliberações. Participam ordinariamente das reuniões do Plenário todos os 513 deputados.

Poder conclusivo - é o poder que as comissões permanentes têm de discutir e votar projetos de lei, sem a necessidade deles passarem pelo

Plenário para serem votados. O poder é definido pela Mesa Diretora, quando é feita a distribuição das proposições no Plenário.

Poder Legislativo - é o poder que elabora as leis e que fiscaliza os atos do Poder Executivo. No Brasil, esse poder concentra-se no Congresso Nacional, formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal - além do Tribunal de Contas da União.

Preferência - no momento de discussão ou de votação, a ordem de apresentação dos projetos de lei pode ser alterada de acordo com os critérios definidos pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados. A ordem decrescente de preferência é a seguinte: projetos em regime de urgência, de prioridade, de tramitação ordinária para o qual tenha sido dado preferência e projetos com pareceres favoráveis de todas as comissões a que foram distribuídos. Qualquer deputado, antes de iniciada a Ordem do Dia, pode pedir prioridade para a apreciação de determinado projeto. (Art. 159 do RICD)

Prejudicialidade - declaração, pelo presidente da Casa, ou de comissão, de que determinada matéria perdeu a oportunidade de apreciação. Da declaração de prejudicialidade cabe recurso para o Plenário.

Presidente da Câmara - o presidente é o representante da Câmara dos Deputados quando ela se pronuncia coletivamente e o supervisor dos seus trabalhos e da sua ordem. O cargo é privativo de brasileiro nato. Sua principal competência é definir, junto com o Colégio de Líderes, a pauta de proposições a serem deliberadas pelo Plenário. Entre outras atribuições, o presidente da Câmara dos Deputados substitui o presidente da República e integra o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional. Na ausência do presidente, as sessões do Plenário são presididas, sucessivamente, pelos vice-presidentes, secretários e suplentes, ou, finalmente, pelo deputado mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas. Decide as questões de ordem e as reclamações. Tem o poder de convocar extraordinariamente o Congresso Nacional, junto com o Presidente do Senado. Assina proposições de autoria da Mesa. Participa de votações secretas. Nas ostensivas, só vota se houver empate.

Prioridade - dispensa das exigências regimentais para que determinada proposição seja incluída na Ordem do Dia da sessão seguinte, logo após as em regime de urgência. (Art. 151 do RICD) VER *Preferência e Regime de Prioridade*.

Processo contra o presidente da República - segue a seguinte ordem: o presidente do Supremo Tribunal Federal solicita autorização para instauração de processo penal comum contra o presidente e vice-presidente da República e ministros de Estado à Câmara; o presidente da Câmara recebe o pedido e encaminha à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que emite parecer. Aprovado o parecer, este é submetido ao Plenário. A Câmara autoriza a abertura do processo por dois terços de seus membros.

Processo Legislativo - é a elaboração de emendas, de leis complementares, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções para serem acrescentadas na Constituição, assim como das leis ordinárias.

Procuradoria Parlamentar - órgão que tem por finalidade promover, em colaboração com a Mesa, a defesa da Câmara, de seus órgãos e membros quando atingidos em sua honra ou imagem perante a sociedade, em razão do exercício do mandato ou de suas funções institucionais. Providencia a defesa judicial e extrajudicial da Casa, por meio de advogado, Ministério Público ou Advocacia-Geral da União, e também a ampla publicidade reparadora, com direito de resposta, direito a indenização por dano moral ou material, no caso de algum órgão de comunicação ou de imprensa veicular matéria ofensiva à Casa ou a seus membros. Composição: 11 membros, designados pelo presidente da Câmara, com mandato de 2 anos.

Projeto de Consolidação - proposição destinada a sistematizar, em texto único, toda a legislação existente sobre determinada matéria. (Arts. 212 e 213 do RICD)

Projeto de Decreto Legislativo - espécie de proposição legislativa destinada a regular matérias inseridas na competência exclusiva do Congresso Nacional, não se sujeitando a sanção ou a veto presidencial. Um exemplo é o que trata da remuneração dos parlamentares. (Art. 109, II, do RICD)

Projeto de Lei - espécie de proposição destinada a regular matéria inserida na competência normativa da União e pertinente às atribuições do Congresso Nacional, sujeitando-se, após aprovada, à sanção ou ao veto presidencial. (Art. 109 do RICD)

Projeto de Lei Complementar - proposição destinada a regulamentar dispositivo da Constituição, quando este não é auto-aplicável. Para sua aprovação, é necessária a maioria absoluta dos votos dos membros da

Câmara dos Deputados (metade mais um dos membros da Casa). Também são exigidos dois turnos de discussão e votação. (Art. 109 do RICD)

Projeto de Lei de Conversão - espécie de proposição que abriga qualquer alteração proposta a texto de medida provisória em apreciação. Contempla o texto final que deverá resultar das alterações propostas.

Projeto de Lei de Iniciativa Popular – proposição pela qual os cidadãos têm participação direta na iniciativa da elaboração das leis, desde que haja assinatura de um por cento do eleitorado nacional, distribuído por cinco estados ou Distrito Federal, com não menos de três décimos por cento (0,3%) dos eleitores de cada um deles. A Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados foi criada para receber sugestões de iniciativa legislativa apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos. (Art. 252 do RICD)

Projeto de Lei Orçamentária - projeto de lei no qual são estimadas as receitas e fixadas as despesas para o exercício seguinte, formalmente remetido ao Poder Legislativo pelo Poder Executivo, dentro do prazo constitucional, com a estrutura e nível de detalhamento definido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do exercício. VER *Orçamento*.

Projeto de lei ordinária - pode ser proposto por qualquer membro ou comissão da Casa, pela Mesa, pelo presidente da República, pelo Senado Federal, pelo Supremo Tribunal Federal (STF) ou pelo Procurador-Geral da República. Passa pela Câmara e Senado antes de ser sancionada pelo presidente da República. Quorum de aprovação: maioria simples.

Projeto de Resolução - proposição que se destina a regular, com eficácia de lei ordinária, matérias de competência privativa da Câmara dos Deputados, de caráter político, processual, legislativo ou administrativo, ou quando a Casa deva pronunciar-se em um dos seguintes casos: perda de mandato de deputado; criação de Comissão Parlamentar de Inquérito; conclusões de Comissão Parlamentar de Inquérito; conclusões de comissão permanente sobre Proposta de Fiscalização e Controle; conclusões sobre as petições, representações ou reclamações da sociedade civil; matéria de natureza regimental; assuntos de sua economia interna e dos serviços administrativos. (Art. 109 do RICD)

Projeto Legislativo – proposição que regula matérias disciplinadas ou disciplináveis em lei ordinária, em lei complementar, em decretos legislativos ou em resoluções.

Promulgar - etapa da elaboração da lei que atesta, oficialmente, a existência desta, com a ordem de seu cumprimento. É ato privativo do Congresso Nacional. Ocorre, por exemplo, no caso de emendas à Constituição (Art. 200 do RICD)

Proposição - toda matéria sujeita à deliberação da Casa. Considera-se proposição a proposta de emenda à Constituição, os projetos, a emenda, a indicação, o requerimento, o recurso, o parecer e a Proposta de Fiscalização e Controle.

Proposta de Emenda a Constituição (PEC) - Proposição legislativa destinada a propor alterações ao texto constitucional vigente. Tem que ser votada em dois turnos em cada uma das Casas e precisa do apoio de 3/5 dos deputados e dos senadores. Pode ser proposta por pelo menos 1/3 dos deputados; pelo presidente da República; por mais da metade das assembleias legislativas, cada uma com a maioria de seus membros; e pelo Senado Federal. Não pode propor a abolição da forma federativa; do voto direto, secreto, universal e periódico; da separação dos poderes; nem dos direitos e garantias individuais. (Art. 60 da CF e Art. 201 do RICD)

Proposta de Fiscalização e Controle - proposição que tem por objetivo fiscalizar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. Qualquer deputado pode apresentar a proposta à comissão técnica competente, que delibera sobre ela. Tem que ser aprovada por maioria simples.

Publicação - é a transmissão da promulgação das leis aos seus destinatários, sendo publicado no Diário Oficial. É condição de eficácia e de vigência da lei.

Questão de ordem - toda dúvida sobre a interpretação do regimento na sua prática exclusiva ou relacionada com a Constituição. Da decisão do presidente cabe recurso ao Plenário, ouvida a Comissão de Constituição e Justiça, no caso de apresentação em sessão. Em comissão, a questão de ordem será resolvida pelo seu presidente, cabendo recurso a ser dirigido ao presidente da Casa.

Quorum mínimo - número de parlamentares necessário para a realização de determinados procedimentos:

- Abertura de sessão em Plenário: um décimo (51 deputados);
- Início da Ordem do Dia em Plenário: maioria absoluta (257);
- Abertura de sessão deliberativa em comissão: metade dos membros;

- Requerimento para verificação de quorum em Plenário: seis centésimos (31 deputados);
- Requerimento para realização de Comissão Geral: um terço (171 deputados);
- Realização de sessão secreta: um terço dos deputados, Colégio de Líderes ou requerimento de comissão;
- Votação secreta: um décimo dos membros da Casa ou de Líderes que representem esse número.

Quorum de aprovação - número mínimo de votos necessários para que determinada matéria seja aprovada.

Quorum de deliberação - número mínimo de parlamentares que devem estar presentes na sessão para que se delibere sobre as matérias da Ordem do Dia. São 257.

Quorum de presença - número de presença mínima exigida numa Casa para que se dê a abertura da sessão ou seu prosseguimento.

Quorum (verificação) - Para haver verificação de quorum, seis centésimos dos deputados, ou líderes que representem esse número, devem fazer o pedido. Deve haver, no mínimo, 257 deputados em Plenário

Recesso Parlamentar - período de férias ou de suspensão temporária do Congresso nacional. Na Câmara, vai de 23 de dezembro a 1º de fevereiro e de 18 de julho a 31 de julho.

Reclamação - uso da palavra pelo parlamentar durante sessão plenária ou reunião de comissão, a fim de chamar a atenção para determinado ponto do Regimento Interno.

Recurso - Espécie de proposição legislativa por meio da qual se propõe a reversão de uma decisão tomada, apelando-se a uma instância superior como, por exemplo, o Plenário. Qualquer parlamentar pode apresentar em um prazo de cinco sessões a partir da publicação da decisão. Se tratar de conflito de competência entre comissões, o prazo é de duas sessões. Normalmente são julgados pelo Plenário e podem depender de parecer opinativo da CCJ. (Art. 100 do RICD)

Regime de tramitação - é o tipo de encaminhamento das proposições, determinado pelo tempo que demoram nas diversas comissões. Elas podem ser urgentes, de tramitação com prioridade e de tramitação ordinária.

Regime de prioridade - para tramitar em regime de prioridade, a proposição deve ser de iniciativa do Poder Executivo, do Poder Judiciário,

do Ministério Público, da Mesa, de comissão permanente ou especial, do Senado Federal ou dos cidadãos. Ainda tramitam nesse regime os projetos de lei complementares e ordinárias que regulamentem dispositivos constitucionais, de lei com prazo determinado, de regulamentação de eleições e de alteração do Regimento Interno. VER *Prioridade*.

Regime de urgência - dispensa algumas formalidades regimentais. Para tramitar neste regime, a proposição deve tratar de declaração de guerra, estado de defesa, estado de sítio ou intervenção federal nos estados, acordos internacionais e fixação dos efetivos das Forças Armadas, entre outros casos (Art. 151 do RICD). Nesse caso, as comissões devem emitir o parecer em cinco sessões. A urgência também pode ser solicitada por meio de um requerimento. Caso a urgência seja aprovada, a proposição será colocada na Ordem do Dia da sessão seguinte. VER *Urgência*.

Regime de urgência urgentíssima - é a possibilidade de inclusão da proposição na Ordem do Dia da sessão em andamento. Para uma proposição tramitar em urgência urgentíssima, um requerimento assinado pela maioria absoluta de deputados (ou líderes que representem esse número) deve ser aprovado pela maioria absoluta dos votos. VER *Urgência urgentíssima*.

Regimento Comum - norma administrativa que regula o funcionamento do Congresso Nacional.

Regimento Interno da Câmara dos Deputados - conjunto de normas elaborado para adequar o funcionamento da Casa Legislativa ao processo legislativo previsto na Constituição Federal. Tem eficácia de lei ordinária.

Relator - deputado encarregado de examinar determinadas proposições legislativas, em sua forma e conteúdo, elaborando um relatório sobre estes aspectos, no qual recomenda sua aprovação ou rejeição.

Relator substituto - VER *Tramitação* (votação na comissão)

Relatório - documento elaborado pelo relator, em que ele recomenda a aprovação ou rejeição da matéria legislativa.

Requerimento - proposição por meio da qual o parlamentar pede a adoção de alguma providência. Ex: convocação de determinada autoridade para esclarecer algum assunto em uma comissão.

Resolução - proposição que regula matérias da competência privativa da Casa Legislativa, de caráter político, processual, legislativo ou administrativo.

Reunião reservada – Reuniões realizadas a juízo da comissão para apreciação da matéria. Além dos integrantes da comissão, só podem comparecer funcionários em serviço e autoridades convidadas.

Reunião secreta – são secretas as reuniões do Plenário nos casos previstos na Constituição Federal ou por decisão dos deputados, a requerimento de um décimo dos membros da Casa Legislativa ou de líderes que representem esse número. Também são secretas as reuniões em que as comissões sejam chamadas a deliberar sobre declaração de guerra, acordo de paz ou passagem de forças estrangeiras pelo território nacional ou sua permanência nele. (Art. 48, parágrafo segundo, I e II do RICD) VER *Sessão Secreta e Votação secreta*.

Sanção presidencial - é o ato do Poder Executivo pelo qual um projeto aprovado pelo Poder Legislativo é transformado em lei. Não confundir com promulgação da lei, que tem o mesmo efeito, mas é ato privativo do Congresso Nacional - como no caso das emendas à Constituição.

Secretaria-Geral da Mesa - Assessora a Mesa da Câmara dos Deputados, em todos os trabalhos legislativos, e a Presidência, no desempenho de suas atribuições regimentais e constitucionais. Compete-lhe dirigir, coordenar e orientar todas as atividades legislativas da Casa, consoante a Constituição Federal e o Regimento Interno; acompanhar e assessorar as sessões plenárias e demais eventos de natureza técnico-política relacionados às atividades legislativas; registrar e divulgar as informações sobre processo legislativo e movimentação parlamentar; supervisionar o comparecimento efetivo dos deputados às sessões plenárias da Câmara. Todo projeto é protocolizado perante a Secretaria-Geral da Mesa, que verifica se foram cumpridas as exigências constitucionais para sua apresentação e remete a proposição às comissões.

Secretários da Mesa Diretora - são os seguintes: Primeiro-Secretário (superintende os serviços administrativos); Segundo-Secretário (responsável por passaportes, estágio universitário e relações com as embaixadas); Terceiro-Secretário (requerimento sobre licença e justificação de faltas, requisição de passagens aéreas para parlamentares e Corregedor-Substituto); Quarto-Secretário (habitação funcional). Os suplentes podem atuar como relatores das matérias não reservadas especificamente a outros membros da Mesa.

Sessão Conjunta - reunião conjunta do Congresso Nacional, da qual participam deputados e senadores.

Sessão de debates - reunião dos parlamentares em Plenário sem que haja matérias a serem objeto de deliberação. Normalmente são realizadas às segundas e sextas-feiras e constam de Pequeno Expediente, Grande Expediente e Comunicações Parlamentares, podendo as lideranças aproveitar o período para as respectivas comunicações de Liderança. VER *Sessão Ordinária*.

Sessão deliberativa - reunião dos parlamentares em Plenário para deliberação de matérias. Normalmente, é realizada às terças, quartas e quintas-feiras e constam de Pequeno Expediente, Grande Expediente, Ordem do Dia e comunicações parlamentares. A duração destas sessões é de cinco horas. VER *Sessão Ordinária*.

Sessão Extraordinária - são as sessões realizadas em dia ou hora diversos dos das sessões ordinárias. É destinada exclusivamente à discussão e votação das matérias constantes da Ordem do Dia, tendo duração de quatro horas.

Sessão legislativa ordinária - ano parlamentar que abrange o período de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro. (Art 2º do RICD e Art. 57 da Constituição Federal) VER *Período de Funcionamento do Congresso Nacional*.

Sessão legislativa extraordinária - ocorre quando o Congresso é convocado fora do período ordinário. Numa legislatura há quatro sessões legislativas ordinárias. VER *Convocação Extraordinária*

Sessão ordinária - acontecem uma vez por dia em todos os dias úteis de uma sessão legislativa. Com exceção de sexta-feira, quando começa às 9h, as sessões ordinárias iniciam-se às 14h. A sessão ordinária pode ser deliberativa ou de debate. Apenas os líderes podem se pronunciar a qualquer momento da sessão, por período proporcional ao número de membros das respectivas bancadas, com o mínimo de três e o máximo de dez minutos. A sessão da Câmara só poderá ser interrompida antes do horário previsto em três ocasiões: tumulto grave; falecimento de congressista da legislatura, de chefe de um dos poderes da República ou quando for decretado luto oficial; ou quando houver presença nos debates de menos de um décimo do número total de deputados.

Sessão pública - é aquela em que é permitida a presença, em Plenário, dos parlamentares, dos suplentes, dos ex-parlamentares, dos parlamentares da outra Casa e dos funcionários em serviço. A imprensa deve ficar em local próprio e o público em geral no lugar que lhe for

reservado, conservando-se em silêncio e sem qualquer sinal de aplauso ou reprovação ao que nela se passar.

Sessão secreta - aquela realizada somente com a presença dos parlamentares. É obrigatória no caso de declaração de guerra, acordo de paz ou a requerimento dos parlamentares e deliberação do Plenário, para outros fins (Art. 92 do RICD). VER *Reunião Secreta e Votação Secreta*.

Sessão solene - É a que se realiza para grandes comemorações, homenagens especiais ou recepção de grandes personalidades. Pode haver, no máximo, duas sessões solenes por mês. Para acontecerem, devem ser solicitadas por um décimo dos deputados.

Sessões preparatórias - nome que se dá às duas sessões que precedem a inauguração dos trabalhos das Casas do Congresso, no início de cada legislatura, e têm o objetivo de dar posse aos novos parlamentares e de proceder eleição da Mesa de cada Casa. A primeira ocorre às 15h do dia 1º de fevereiro do primeiro ano de cada legislatura, quando ocorre a solenidade de posse (Art. 4º do RICD). A segunda ocorre às 15h do dia 2 de fevereiro e é destinada à eleição da Mesa Diretora.

Sobrestamento - suspensão temporária de deliberação de qualquer proposição, enquanto não for decidido o motivo que ocasionou o sobrestamento. Por exemplo: se uma Medida Provisória não for votada em 45 dias, passa a sobrestar a pauta do Plenário. O mesmo que trancar a pauta. VER *Trancamento de Pauta*.

Subcomissão - sem poder decisório, constituída no âmbito de comissão temática. Podem ser permanentes, quando lhes é reservado parte das matérias do respectivo campo temático ou área de atuação; ou temporárias, quando destinadas ao desempenho de atividades específicas ou o trato de assuntos definidos no respectivo ato de criação.

Subemendas - são emendas a emendas

Substitutivo - espécie de emenda substitutiva que altera, substancial ou formalmente, a proposição em seu conjunto. (Art. 118, parágrafo quarto RICD)

Tramitação - curso de uma proposição legislativa de acordo com as normas constitucionais e as estabelecidas pelo Regimento Interno. A proposição recebida pela Mesa deve ser despachada, no prazo de duas sessões, às comissões competentes. (Arts. 131 a 136 do RICD)

Tramitação (na comissão) - ao receber a proposição, o presidente da comissão designa um deputado relator. Se a tramitação for conclusiva,

abre-se o prazo de cinco sessões para apresentação de emendas. Após esse período, o relator deve analisar o texto e apresentar o relatório e o voto. Se a matéria tiver que ser analisada em Plenário, será diretamente encaminhada ao relator, sem fase de emendamento.

Tramitação conclusiva - VER *Apreciação Conclusiva*.

Tramitação (substitutivo) - o relator pode propor a aprovação total ou parcial e a rejeição da proposição, apresentar emendas, sugerir seu arquivamento ou apresentar um projeto dela recorrente (substitutivo). Se o relator apresentar um substitutivo, será aberto novamente prazo para emendamento. Mais cinco sessões são dadas como prazo para apresentação de destaques.

Tramitação (vistas) - no momento em que o presidente anunciar a discussão de determinada matéria, qualquer membro da comissão poderá pedir vista, que será concedida por duas sessões.

Tramitação (votação na comissão) - após acontecer a discussão da matéria, há a votação, geralmente simbólica nas comissões. Se o voto do relator for rejeitado, o presidente nomeia outro membro da comissão para redigir, até a reunião seguinte, o parecer vencedor, que represente a posição da maioria. A proposição, então, segue para a comissão seguinte. Se tiver sido apreciada pela última comissão, a proposição segue para o Plenário.

Tramitação conjunta - tramitação simultânea de duas ou mais proposições da mesma espécie, que regulem matéria idêntica ou correlata. (Arts. 142 e 143 do RICD).

Trancamento de pauta - termo empregado para designar a interrupção do cumprimento da pauta até que se remova o obstáculo que a provocou. Também é conhecido como sobrestamento de pauta. VER *Sobrestamento*.

Turma - todas as Comissões, menos as que já estão divididas em subcomissões, podem dividir-se em até duas turmas para discussão e análise de um tema que, depois, é apresentado em reunião com todos os componentes da comissão. As turmas não têm nenhum poder de decisão sobre o tema, apenas de análise. Por isso, apresentam o seu relatório para os demais membros da comissão.

Turno de votação - de acordo com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), as proposições em tramitação são subordinadas a turno único, ou seja, são votadas uma única vez. As exceções são as Propostas de

Emenda à Constituição, os Projetos de Lei Complementar e outros casos previstos no Regimento Interno, que são votados em dois turnos.

Turno único - alguns tipos de leis necessitam de apenas uma discussão e votação para a sua aprovação. Algumas leis precisam de dois turnos (como leis complementares e emendas à Constituição). VER *Turno de Votação*.

Urgência - dispensa de prazos ou formalidades regimentais para que determinada proposição seja de logo considerada, até sua decisão final. Não se pode dispensar os requisitos de publicação e distribuição do avulso das proposições principal e acessórias, os pareceres das comissões e o quorum para deliberação. (Art. 152 do RICD) VER *Prioridade e Regime de urgência*.

Urgência urgentíssima - na Câmara, é um mecanismo de deliberação instantânea de matéria considerada de relevante e inadiável interesse nacional, necessitando da aprovação da maioria absoluta da composição da Casa. No Senado, é um instituto utilizado para situações que envolvam calamidade pública ou perigo para a segurança nacional. VER *Regime de Urgência Urgentíssima*.

Veto presidencial - discordância do presidente da República a texto de projeto de lei aprovado pelo Poder Legislativo. Pode ser parcial ou integral. Pode ser parcial ou integral.

Vice-presidentes da Câmara - os vice-presidentes, segundo sua numeração ordinal, substituem o presidente em suas ausências. Na ausência dos vices, são chamados, os secretários e suplentes. Se não houver membro da Mesa, assume a presidência dos trabalhos o deputado mais idoso entre aqueles de maior número de legislaturas.

Vista de proposição - dispositivo regimental que possibilita ao parlamentar suspender o processo de apreciação da proposição por duas sessões para análise mais detalhada do seu conteúdo. (Art. 57 do RICD) VER *Tramitação (Vistas) e Pedido de Vistas*.

Votação - fase do processo legislativo que completa o turno regimental da discussão de proposição. Para iniciar a votação, é realizada a verificação de quorum. Deve haver, no mínimo, 257 deputados em Plenário. Cada deputado só pode se pronunciar uma vez, com exceção do autor e do relator da proposição, que podem se manifestar duas vezes cada um. Durante a votação, os deputados não podem manifestar opinião, somente o voto. As proposições são sempre votadas em globo, ressalvados os destaques ou por deliberação do Plenário. As votações podem ser ostensivas, adotando-se o processo simbólico ou nominal; ou

secretas, por meio do sistema eletrônico ou de cédulas. Anunciada uma votação, é lícito o uso da palavra para encaminhá-la, ainda que se trate de matéria não sujeita a discussão ou que esteja em regime de urgência. Cada líder poderá manifestar-se para orientar sua bancada ou indicar deputado para fazê-lo em nome da Liderança. Pode ser simbólica, nominal ou secreta. (Arts. 180 a 193 do RICD)

Votação em globo - votação do texto de uma proposição em seu conjunto e não de forma parcelada ou artigo por artigo. (Art. 189 do RICD)

Votação nominal - processo de votação em que é possível identificar os votantes e seus respectivos votos, ou apenas os votantes, no caso em que os votos devam permanecer secretos. Pode ocorrer por meio de chamada individual dos deputados, sistema vigente nas comissões, ou por sistema eletrônico, mais comum no Plenário. (Arts. 186 e 187 do RICD)

Votação ostensiva - sistema de votação em que são públicos os votos de cada parlamentar. (Art. 184 do RICD)

Votação secreta - sistema de votação em que não há identificação dos votos dos parlamentares. É utilizada para deliberação, durante o estado de sítio, sobre a suspensão de imunidades do deputado, ou por decisão do Plenário, a requerimento de um décimo dos membros da Casa Legislativa ou de líderes que representem esse número. (Art. 188 do RICD) VER *Sessão secreta* e *Reunião secreta*.

Votação simbólica - processo de votação por meio de manifestação física, como levantar a mão ou permanecer de pé. (Art. 185 do RICD)

Voto em separado - espécie de manifestação alternativa ao do relator numa comissão, podendo ser apresentado por qualquer dos demais membros. (Art. 57 do RICD).

Anotações

Anotações

Anotações

Anotações

